

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**A Funcionalidade de “*Territórios Estratégicos*” da
Colômbia para a Acumulação Capitalista pela Via da Violência
(1985-2005)**

Doutoranda

Aura González Serna

Orientadora Professora Doutora

Edvânia Tôrres Aguiar Gomes

Recife/Pernambuco-Brasil

Dezembro 2005

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social junto à Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Professora Doutora Edvânia Torres Aguiar Gomes.

A Funcionalidade de “*Territórios Estratégicos*” da Colômbia para a Acumulação Capitalista pela Via da Violência (1985-2005).

Aura González Serna
Recife/Pernambuco-Brasil
Dezembro 2005

González Serna, Aura

A funcionalidade dos “Territórios Estratégicos” para acumulação capitalista pela via da violência na Colômbia, nas duas últimas décadas / Aura González Serna. – Recife : O Autor, 2005.

174 folhas : il., fotos, gráf., mapas, quadros.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2005.

Inclui bibliografia.

1. Colômbia – Caracterização geográfica, política, histórica e socioeconômica. 2. Questão social e movimentos sociais – Territórios estratégicos – Funcionalidade. 3. Acumulação capitalista – Via violência. 4. Comunidades afro-descendentes – Litoral do Pacífico colombiano – Comunidades indígenas, Amazônia colombiana – Reapropriação de riqueza – Base produtiva – Novas significações. I. Título.

**364.14
361.2**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2005-668**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

TESE

Aura González Serna

A Funcionalidade dos “Territórios Estratégicos” para a
Acumulação Capitalista pela Via da Violência na Colômbia, nas Duas
Últimas Décadas.

Banca Examinadora:

.....
Professora Doutora em Geografia Edvânia Tôrres Aguiar Gomes -
Orientadora

.....
Professor Doutor em História Alberto Vivar Flores – Examinador Externo

.....
Professora Doutora em Ciências Sociológicas e Saúde Coletiva Maria de
Fátima Gomes de Lucena

.....
Professora Doutora em Filosofia Maria Alexandra Mustafá

.....
Professora Doutora em Serviço Social Anita Aline

.....
Professora Doutora em Serviço Social Edelweiss Falcão de Oliveira -
Suplente

.....
Professora Doutora Economista e Geógrafa Tânia Bacelar - Suplente

Recife-PE/Brasil
Dezembro-2005

In memoriam dos meus pais Aura Rosa e Libardo Antonio porque foi a partir deles que minha história de vida ancorou.

De Aura Rosa aprendi a encarar, desde muito cedo, o hábito precoce da solidão como um bem infinito; ter a ilusão de conseguir participar de causas úteis e impor essa participação através de uma certa provocação aos próximos.

De Libardo Antonio aprendi a descrever de vagas expressões de conforto, demasiado banais para se iludir; fui testemunha de sua impossibilidade de impostura e de seu senso comum para perceber que na relação do ser humano com o trabalho, se condicionava seu sentido de existência. Por outro lado, sua idade e seu perspicaz humor brincalhão, me despertaram a inquietação por compreender o significado do poente na existência humana.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Pós-graduação em Serviço Social: à Coordenadora Professora Ana Cristina de Souza Vieira, hoje, na minha conclusão do Doutorado, como outrora em 1998, na minha chegada no Mestrado, esteve, pela contingência da vida, encaminhando os procedimentos para facilitar-me os processos acadêmicos;

À Professora Ana Elizabete S. Motta pela sua interlocução quando a procurei, tanto durante minha permanência no Rio de Janeiro, como no Recife. Nosso relacionamento não foi muito próximo, mas confiável para me colocar novas descobertas e dividir comigo leituras, diante das minhas inquietações profissionais e pessoais;

À Professora Maria de Fátima Gomes de Lucena, pelo gesto de sua amizade incondicional; pela palavra sempre aberta, sua sensibilidade para perceber, através de mim, a oportunidade de conhecer um pouco a realidade colombiana e fazer sempre questão de verbalizar sua empatia pelo destino de nossos povos da América Latina e do Caribe;

Serão inesquecíveis, no meu carinho, as Professoras Alexandra Mustafá; Anita Aline e Edelweiss Falcão pela autenticidade e pelo respeito que me dispensaram, expressos na palavra na hora certa. Sou-lhes muito grata!

Agradeço a disponibilidade da Jacilene Carvalho, pela paciência nas trocas resolvendo as necessidades administrativas com o Curso.

O César Benjamin será inolvidável, na minha passagem pelo Rio de Janeiro, como professor e coordenador do Curso sobre o desenvolvimento da economia brasileira, no contexto da América Latina; da sua mão tive acesso à bibliografia sobre diversos *intérpretes do Brasil*.

Obrigada Professora Tânia Bacelar, por me colocar diante do desafio de participar do Curso de Especialização, junto aos técnicos do Banco de Desenvolvimento do Brasil–BNDES.

Cabe-me, agora, agradecer à Universidade Federal de Pernambuco, ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas-CFCH e à Pós-graduação em Geografia, por facilitar-me a vivência de construir conhecimento sob critério de troca de saberes, especialmente junto aos geógrafos, professores e alunos com os quais participei em diferentes momentos da vida acadêmica deste Centro.

A ligação com o CFCH foi sempre um abrir de portas pela intermediação especial de Antônio Carlos Duprat, como administrador dirigente, sempre tem consigo as diversas *chaves* do Centro, muito obrigada.

Nesta hora, manifesto minha admiração, gratidão e carinho pela pessoa e profissional Professora Geógrafa Edvânia Torres Aguiar Gomes, na qualidade de amiga e orientadora. Ela configura para mim a expressão da *grande mestre*. As razões: seu cuidado, empatia, escuta, capacidade de trabalho, energia de projeção entre Continentes, seu espírito de mulher inquieta na construção de um projeto social. Pelo seu lado demasiado humano de se problematizar diante das atitudes desumanas do convívio diário, em espaços de concorrência e, claro, pelo ensino essencial que

ficará em mim sobre o assunto da importância em observar os tempos em conflito e coincidentes para costurar qualquer processo social.

E, bem, aos meus amigos brasileiros de ontem, quando escrevi as gratidões na Dissertação (2000), e de hoje: Maria do Socorro Veloso Albuquerque, Edeleuza Severiano dos Santos e sua família, Antonia Bernadete de Sousa Melo e sua família, Dona Maria e José Lucimar da Silva pela certeza de nossa incondicionalidade no caminho. Aos amigos brasileiros que se instalaram, à vontade, no meu mundo de afetos prezados: à lutadora sem pausa, Elsa Correia; à Tânia Regina e Claudia Durans. Aguardo-as na Colômbia, sem dúvida!

Cabe aqui agradecer aos meus colegas da Secretaria de Saúde do Recife, na Diretoria de Epidemiologia e Vigilância à Saúde. Em primeira instância, a Tereza Lyra, profissional inteligente, íntegra e sensível, com quem tivemos oportunidade de construir muitas trocas, em breve tempo. Guardarei uma lembrança especial de Osmar, Djalma, Jupuirá, Alexandra, Cazumbá, Fátima, Sinara, Everaldo, João, Anselmo Oliveira e de cada um dos Agentes de Saúde que constroem o desafio de fazer vigilância ambiental no Recife, em uma conjuntura crítica de flexibilização do trabalho vivo e precarização da condição do gestor.

Voltam aqui, como em 2000, minhas manifestações de gratidão para os amigos colombianos: Clara Lia, sua família; Fanny Gomes e família, seres que me ajudaram a amadurecer como mulher latino-americana. À Esperanza, Patrícia Lerma, Blanca Stella, Alba Lucy, ao sempre presente Abelardo Cruz e para os amigos que tiveram que emigrar, procurando se resguardar das violências do nosso País: Gabriela, Alberto, Jaime, Rosa, e tantos outros.

Neste ponto, agradeço à minha família, pela força que coloca sempre em nossos projetos, sem importar a presença física. Especial menção aos meus sobrinhos e ao Javier Andrés, que me fez ser “tia-avó”!

Acima de tudo, minha gratidão é para com o povo brasileiro que, pelos subsídios da CAPES, me concedeu a oportunidade de fazer este Doutorado.

RESUMO

Esta Pesquisa se inscreve no contexto das manifestações da realidade econômica e política da Colômbia, privilegiando os desdobramentos que, nas últimas duas décadas, vêm configurando o conflito armado e civil. Constatamos que da mão da violência exercida contra a população civil, consegue-se instaurar o terror e se estruturar uma forma relativamente estável de governo. A partir destas observações empíricas, a questão central será desvelar se a aparência do conflito solapa interesses para viabilizar o processo de reapropriação de riqueza [usos] destes *territórios estratégicos*, garantindo, por sua vez, retorno para o capital, em escala ampliada. Os objetivos da Pesquisa foram: i) Identificar nas práticas do capital hegemônico, os conteúdos de “legalidade” e “ilegalidade” que fundamentam sua procura do controle social nos territórios estratégicos, fazendo possível a confrontação das falácias que mascaram na esfera da economia; ii) Identificar, nos territórios estratégicos, novas significações na base produtiva e iii) Apreender e compreender como vem acontecendo [nas duas últimas décadas] a recomposição do processo de acumulação para os interesses do capital em territórios estratégicos. Através de um estudo comparativo de base qualitativa entre conteúdos ideológico-políticos e econômicos, dos conflitos mapeados em escala; realizamos pesquisa documental, entrevistas e observação direta no foco de territórios localizados no Litoral do Pacífico colombiano e da Amazônia. Os desdobramentos no processo nos fizeram compreender a necessidade de investigar os *territórios de fronteira* para melhor identificar sua funcionalidade na direção de projetos transnacionais e os rebatimentos nas regiões foco da pesquisa. As categorias essenciais que nos subsidiaram para estabelecer mediações foram: Estado; Sociedade Civil; classe, produção, reprodução, trabalho; ideologia, alienação, violência, território, legalidade e ilegalidade. O resultado desta pesquisa nos coloca as seguintes informações: i) existe relação entre os conteúdos que caracterizam o uso e apropriação dos territórios alvo de intervenção pela violência com os interesses direcionados aos territórios de fronteira; ii) a riqueza que provoca a procura por subordinar estes territórios é a exploração de seus recursos naturais, mas também é a reapropriação destes espaços, dada sua estratégica localização geográfica, como corredores para a circulação de mercadorias e conexão entre países no território das Américas; iii) a reprodução do capital privilegia a dinâmica econômica baseada na procura por áreas de “nova colonização”, o que provoca formas diversas de mobilização territorial e uma suscetibilidade de trocas instrumentais na relação Estado-mercado; iv) é falácia fundamentar a intervenção internacional na Colômbia como orientada a provocar desenvolvimento nacional e regional, pois as novas significações na base produtiva não têm como rumo desenvolver as forças produtivas e, muito pelo contrário, as relações de produção ficam presas ao padrão da acumulação pela via especulativa e a flexibilização perversa das condições de trabalho que explora resulta na desaceleração do desenvolvimento local; v) os movimentos sociais estão sendo bloqueados, na sua tentativa por construir uma representação política, pois a função social de controle, exercida desde o Estado, consegue impor o clima favorável de repressão e de terror; vi) na esfera política, esta conjuntura coloca a condição de sociabilidade na Colômbia ao avesso do que significou, para a humanidade, priorizar no paradigma de construir um *Estado Social de Direito* e, finalmente, vii) impõe-se o desafio histórico de abraçar a luta no sentido de emancipar-se do capitalismo, como única alternativa possível para se evitar continuar construindo a hecatombe da humanidade.

ABSTRACT

This research inserts itself in the manifestations concerning the economic and politic situation of Colombia, favoring the unfoldings forming military and civil conflicts at the last two decades. We ascertain that by violence hands against civilian population terror can be established and it can structure a relative fixed form of government. From this empiric observation, the main question is to reveal if the conflict's aspect does undermine interests to make viable the retake process of riches [uses] of these *strategic territories*, in turn guaranteeing benefits to the capital, in large scale. Research objectives were: i) to identify in the practices of hegemonic capital the contents of "legality" and "illegality" that justify its search for social control at the strategic territories, making possible confrontation of the fallacies that mask in economics ambience; ii) to identify, in the strategic territories, new significations in the productive bases and iii) to apprehend and comprehend how the recomposition of accumulation processes is becoming [in the last two decades] to capital interests at strategic territories. Through a comparative study of qualitative basis between ideological-politic and economical contents of scale-charted conflicts; we achieved documental researches, interviews and direct observation in the focus of territories located at the Colombian Pacific shores and Amazonia. Unfoldings during the process made us understand the necessity of investigations concerning the *boundary territories* to a better identification of their functionality concerning the direction of transnational projects and the impacts over the researched regions. The essential categories that subsidized us to establish mediations were: State; Civilian Society; production, reproduction, work; ideology, alienation, violence, territory, legality and illegality. The results of this Research give us the following informations: i) there exists relation between the contents characterizing the use and appropriation of territories aimed by the intervention through violence with interests directed to boundary territories; ii) the riches that cause the search for subdue theses territories are the exploration of their natural resources, and also the reappropriation of theses spaces, given their strategic geographic position, as a corridor for the circulation of goods and connection between American-territory countries; iii) the reproduction of capital privileges economical dynamics based on the search for "new colonization" areas, causing several forms of territorial mobilization and a susceptibility of instrumental exchanges in the State-Market relationship; iv) is a fallacy to justify the international intervention in Colombia as directed to cause national and regional development, because the new significations in productive basis does not have as an objective to develop productive forces and on the contrary, production relations stay strapped under accumulative patterns by speculative ways, the perverse flexibility of the explored work conditions result on the deceleration of local development; v) the social movements are being blocked to build a politic representation, because the social function of control, exerted since the State, does impose the favorable clime of repression and terror; vi) at the politic ambience, this conjuncture put the sociability conditions at Colombia backwards of that that signified to humankind to prioritize in a construction paradigm of a *Social State of Right* and finally, vii) it does impose the historical challenge of embrace the fight for freedom from Capitalism, as the only possible alternative to avoid a continued building of humankind hecatomb.

L'USAGE ET LA FONCTION DE "TERRITOIRES STRATÉGIQUES" DE LA COLOMBIE POUR L'ACCUMULATION CAPITALISTE PAR LA VOIE DE LA VIOLENCE (1985-2005).

RÉSUMÉ

Cette recherche s'insère dans le contexte des manifestations de la réalité économique et politique de La Colombie en privilégiant les impacts divers qui, ces vingt dernières années, ont donné forme au conflit armé et civil. Nous constatons que par le biais de la violence contre la population civile, la terreur est instaurée et qu'une forme relativement stable de gouvernement se structure. A partir de ces observations empiriques, il s'agit de vérifier si l'aspect du conflit recouvre des intérêts cherchant à viabiliser le processus de réappropriation de richesse [utilisations] de ces *territoires stratégiques*, en garantissant, en même temps du bénéfice pour le capital, à plus grande échelle. Les objectifs de la recherche étaient: i) Identifier dans les pratiques du capital hégémonique, les contenus de "légalité" et d'illégalité" qui s'appuient sur la recherche de l'exercice du contrôle social dans les territoires stratégiques, rendant possible la confrontation des duperies qui se cachent dans la sphère de l'économie ; ii) Identifier, dans les territoires stratégiques, de nouvelles significations dans la base productive et iii) appréhender et comprendre comment se déroule [dans les deux dernières décennies] la recomposition du processus d'accumulation pour les intérêts du capital dans des territoires stratégiques. À travers une étude comparative (de forme qualitative) des contenus politico-idéologiques et économiques et des conflits cartographiés à différentes échelles, nous avons mené une recherche documentaire et des entretiens dans les territoires localisés dans le littoral du Pacifique colombien et en Amazonie. Le développement du processus de violence dans les territoires nous a conduit à enquêter sur les territoires de frontières pour mieux identifier son rôle dans les projets transnationaux et son inscription dans les régions étudiées. Les catégories essentielles que nous avons utilisées pour mesurer le phénomène ont été : l'État ; la Société Civile ; la production, reproduction, travail ; l'idéologie, l'aliénation, la violence, les territoires, la légalité et l'illégalité. Le résultat de cette recherche apporte les informations suivantes : i) il existe une relation entre les contenus qui caractérisent l'utilisation et l'appropriation des territoires cible et l'intervention par la violence avec des intérêts dirigés vers les territoires de frontière ; ii) la richesse de ces territoires favorise l'exploration de leurs ressources naturelles, mais aussi la réappropriation de ces espaces, étant donnée sa localisation stratégique d'un point de vue géographique, pour la circulation de marchandises et la connexion entre des pays dans le territoire des Amériques ; iii) la reproduction du capital privilégie la dynamique économique basée sur la recherche de secteurs de "nouvelle colonisation", ce qui provoque des formes diverses de mobilisation territoriale et une possibilité d'échanges inféodés aux rapports Etat/Marché ; iv) c'est une erreur de fonder l'intervention internationale en Colombie comme susceptible de provoquer du développement national et régional, car en réalité les nouvelles interventions dans la production n'ont pas pour vocation de développer les forces productives mais tout au contraire elles assujettissent les relations de production à la norme de l'accumulation spéculative et l'assouplissement pervers des conditions de travail (flexibilité) affaiblissent les potentialités du développement local ; v) les mouvements sociaux sont bloqués pour réussir à construire une représentation politique car la fonction sociale de contrôle, exercé depuis l'État, réussit à imposer un climat favorable de répression et de terreur ; vi) dans la sphère politique cette conjoncture place la société toute entière en Colombie au contraire de ce qui est pour l'humanité la priorité c'est-à-dire : la construction d'un État Social de Droit et, finalement, vii) s'impose le défi historique d'êtreindre la lutte dans le but de s'émanciper du capitalisme, comme seule alternative possible pour éviter de continuer à construire l'hécatombe de l'humanité.

SUMÁRIO

	PÁGINA
Dedicatória	v
Agradecimentos	vi
Resumo	viii
Abstract	ix
Résumé	x
LISTA DE DIAGRAMAS	13
LISTA DE FOTOS	13
LISTA DE GRÁFICOS	14
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	15
LISTA DE QUADROS	15
LISTA DE MAPAS	15
INTRODUÇÃO	16
CAPITULO I	21
DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	
1.Problema e Justificativa.	21
2.Hipóteses.	32
3.Objetivos do Estudo.	32
3.1 Objetivo Geral.	32
3.2 Objetivos Específicos.	35
4.Metodologia.	35
4.1. Território, Territorialização - uma tentativa de interpretação das categorias geográficas, empíricas, presentes no objeto de estudo.	38
4.2. A Violência como mediação para a compreensão empírica do objeto de pesquisa.	41
CAPÍTULO II	45
CENÁRIO DO CONFLITO: QUALIFICAÇÃO DA COLÔMBIA NESTE CONTEXTO.	
1. Caracterização geográfica, política, histórica e sócio-econômica da Colômbia, na perspectiva do foco de Pesquisa.	45

2. A estrutura <i>pré-capitalista</i> : problemática conformação do <i>Estado Nacional</i> .	78
3. Gênese e composição do modelo de acumulação implementado na Colômbia sob o lema da <i>industrialização</i> .	84
3.1. Articulações com o capital hegemônico nos últimos quarenta anos de desenvolvimento dos processos de violência.	88
4. A Colômbia no início do Século XXI: crise econômica e social.	98
5. A sociedade civil como alvo da política estatal contra-insurgente.	104
 CAPITULO III	 109
OS PROCESSOS DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE E SUAS ARTICULAÇÕES COM AS ECONOMIAS DOS CHAMADOS “PAÍSES PERIFÉRICOS”.	
1. Considerações sobre a recomposição do capital na escala global, no contexto de crise e de luta de classes	109
2. Destaques para as articulações do capital com os “países periféricos”.	111
 CAPÍTULO IV	 121
A FUNCIONALIDADE DOS “TERRITÓRIOS ESTRATÉGICOS”: UMA GUERRA CONTRA A SOCIEDADE.	
1. Caracterização dos <i>territórios estratégicos</i> , foco de pesquisa.	121
1.1. O Estado de Caquetá: conflito pela legitimidade entre Guerrilhas/Paramilitares/Governo.	122
1.2. <i>Tapón del Darién</i> , selva compartilhada entre Chocó e Antioquia: conflito <i>Conexão Terrestre Colômbia-Panamá</i> .	128
1.3. Nariño, Baja Bota Caucana e Putumayo: conflito pela erradicação de cultivos de coca.	135

2. A tendência da “ <i>liberdade de mercado</i> ” através do lema do “desenvolvimento” e da “segurança nacional” para a implantação da funcionalidade dos territórios.	145
3. A tendência progressista das organizações ambientalistas que acompanham as lutas nos territórios foco de pesquisa e sua funcionalidade para a recomposição do capital.	149
4. O conflito de guerrilhas [de extrema direita e de esquerda], posicionamentos ideológicos e suas expressões no real/concreto [objetivações].	156
CONCLUSÕES	160
BIBLIOGRAFIA	166

LISTA DE DIAGRAMAS

01. Esquema Metodológico da Sistematização de Pesquisa	44
--	----

LISTA DE FOTOS

FOTO

01. Guerrilheiros entregando armas na Praça Cabrera, em 1953	62
02. Jorge Eliécer Gaitán, 09.04.1948.	65
03. Indígenas no Sul de Cauca, erradicação voluntária e manual de <i>cultivos ilícitos</i> em território indígena..	101
04. San Vicente del Caguán: economía tradicional camponesa.	123
05. San Vicente del Caguán: efeito de minas terrestres	124
06. Rodovia Panamericana, trecho não asfaltado, no Estado de Chocó.	132

07. Trecho em construção na Província de Darién.	132
08. Ponto final da Rodovia Panamericana em território colombiano.	132
09. Área do Rio Atrato, na Reserva dos Kátios,	133
10. Organização típica da moradia indígena no Sul da Colômbia	144
11. Rituais culturais em comunidade indígena de Putumayo.	144
12. Economia de subsistência, criação de galinhas em muitas comunidades, como alternativa de alimentação e de trocas.	145
13. Paisagem urbana: passeatas em massa manifestando protesto contra as privatizações das empresas públicas.	153

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO

01. Economia “subterrânea” na Colômbia	95
02. Economia “subterrânea” comparativo entre países da América Latina.	95

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO

Ponto terrestre mundial (projeção)	134
------------------------------------	-----

LISTA DE QUADROS

QUADROS

01. Comparativo das características de dois tipos de partido político.	153
02. Propostas programáticas dos sujeitos armados.	155

LISTA DE MAPAS

MAPAS

01. Localização dos "Territórios Estratégicos"	34
02. Localização da Colômbia na América do Sul.	46
03. Mapa Físico da Colômbia	47
04. A América Central e América Latina, entre 1810 e 1914.	53
05. Hidrografia colombiana	57
06. O "U": zonas de colonização	60
07. Presença guerrilheira e paramilitar em destaque	73
08. Guerrilhas de ontem e de hoje em América Central e na América Latina.	74
09. Intervenções dos EUA na América Central e no Caribe, depois de 1898.	83
10. Fronteira Colômbia - Panamá	115
11. Frágeis economias da América Latina.	120
12. Estado de Caquetá	122
13. Reserva Natural dos Kátios e o <i>Grande Território do Darién</i>	129
14. Conexão viária projetada atravessando o "Tapón del Darién".	130
15. Estado de Putumayo.	137
16. Fronteira Colômbia – Ecuador.	138
17. Fronteira Colômbia – Peru.	139
18. Fronteira Colômbia – Brasil.	140

INTRODUÇÃO

Na Dissertação de Mestrado em Serviço Social (2000)¹ conseguimos identificar as táticas, entendidas como pequenas conquistas que [no local] a luta do movimento social põe no embate ante a força da racionalidade prática da hegemonia burguesa, na ordem do capitalismo². Ao mesmo tempo em que, por seu lado, as estratégias entendidas como os cálculos articulados à racionalidade política, econômica, social e cultural, postuladas em um lugar, avançam pressurosas, beneficiando interesses particulares e colocando o público a seu serviço.

Ao encerrar nosso trabalho, nas conclusões, sinalizávamos, concordando com Edmundo Dias (1999), que a hegemonia, no capitalismo, não é apenas um projeto político; é também o campo do possível, do praticável. Ela ocorre quando as produções/práticas se pensam na produção/racionalidade material.

Essa possibilidade de gerar síntese frente às demandas dos vários sujeitos se coagula no quadro de complexidade da *mundialização capitalista*³: exploração do mercado mundial, o tornar cosmopolitas a produção e o consumo de todos os países, a capacidade de retirar da indústria sua base nacional, desenvolver um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações, a estratégia atualizada da *globalização*, assim como as fronteiras instáveis que caracterizam os domínios mundiais, mudando em concordância com os interesses em jogo em cada região do mundo⁴.

1 Na Dissertação privilegiou-se a análise de uma experiência representativa das práticas do Estado: sendo ele a sociedade política e a sociedade civil, envolvidos diretamente na construção de uma linha de transporte de hidrocarbonetos na Colômbia. Projeto desenvolvido no Município Dagua, entre os anos 1993 e 1998, vinculado a uma empresa estatal colombiana, a Ecopetrol. Empresa estatal responsável pela exploração, refinação, comercialização e transporte dos hidrocarbonetos no país.

2 O capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas, fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital. Vale lembrar que já existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadoria, de que é exemplo o capital mercantil. Para um debate aprofundado sobre este "sistema de sociometabolismo do capital" recomenda-se o Capítulo 2 de Para além do capital (2002: 94-106), de Mézáros, István.

3 Chesnais, François...[et al.] São Paulo: Xamã, 2003

4 O Neoliberalismo, seja enquanto prática efetiva do capital, seja enquanto ideologia, impôs a necessidade de expansão de seus próprios espaços, cujas primeiras manifestações, ao longo da década de 80, foram as aventuras do capital financeiro. Na Colômbia veio acontecer de maneira acentuada na década de 90, em que o rebatimento da superprodução de capital apareceu como abundância de capital financeiro em busca de espaço de reprodução,

Deste modo, nos parece recente o sublinhado no Manifesto Comunista ao caracterizar a expansão-dominação do capital com uma precisão profética (Marx: 1848)⁵. Essa diversidade de manifestações das formas de dominação que o capital comanda nos leva a continuar privilegiando a análise sobre as formas de acumulação contemporâneas articulando *territórios estratégicos*⁶, independente de fronteiras, e sob critérios de geração de riqueza para um *mercado-mundo* que se coloca como sujeito de poder trans-nacional.

Trata-se, aqui, nesta Tese de Doutorado em Serviço Social⁷, de analisar estratégias de reorganização das formas de dominação societal que o capital⁸ comanda em convivência com o Estado colombiano e seus embates com os movimentos que estão questionando, no país, o regime dominante.

Mobilizações que têm, nas últimas duas décadas, no centro do conflito armado e civil, na Colômbia, como alvo de intervenções a pequenos proprietários rurais. Estes vêm sendo obrigados a abandonar suas terras, suscitada esta migração interna pela disseminação do medo que se espalha através da prática de diversas violências.

arrebatando os limites que o constroem, para isto rompendo as barreiras comerciais e políticas que pudessem emperrá-lo.

5 Todas as esferas da vida humana: relações sociais, cultura, arte, política, sexualidade, saúde, educação, esporte, lazer, submetidas ao capital e mergulhadas no cálculo egoísta. O direito humano da liberdade é o direito humano da propriedade privada. Quer dizer, é o direito do interesse pessoal. Poder desfrutar individualmente da riqueza socialmente produzida, dispor dela independente do seu aproveitamento em coletivo. Essa liberdade individual e sua materialidade constituem o fundamento da sociedade burguesa. Assim a sociedade é a expressão da limitação da liberdade do ser individual.

6 Para um esclarecimento, áreas do território colombiano que vêm sendo escolhidas para alcançar ou manter articulações econômicas e sócio-políticas sob controle do interesse de segmentos da classe dominante [capital financeiro], em escala nacional e internacional e em convivência com o Estado colombiano. Desse modo, executam-se planos diversos visando mudanças no uso produtivo desses territórios. Por tanto, relações de produção e forças produtivas estão sendo redefinidas, gerando êxodo camponês para outras áreas e determinando rumos particulares na apropriação da terra e sua vocação. Estes territórios estão sendo reconfigurados, não só pelas determinações do mercado mundial e da reorganização da divisão capitalista do trabalho, senão também desde os conflitos sociais e políticos locais que dão forma aos processos de transição social e econômica correspondente. ALDANA, Walter [et al.], (1998); MOLANO, Alfredo (1985, 1989, 1990, 1997)

7 Com ênfase em Estado, movimentos sociais e políticas sociais. Curso reconhecido a través da Portaria nº 2530/02, do MEC do Brasil, publicada no DOU em 06.09.2003.

8 A partir do final da década de 1960, quando se iniciou a falência dos princípios estabelecidos nos acordos de Bretton Woods, o Capitalismo entrou numa crise diferente das grandes crises anteriores (década de 1870 e 1929/1945). Trata-se de uma Crise Estrutural do Capitalismo, indicada por autores como István Mészáros e corroborada por dados de instituições multilaterais e transnacionais como o Banco Mundial e a ONU, em que a taxa de Lucros Geral do Sistema Capitalista atingiu níveis muito próximos de zero, como já previa Marx.

Os sujeitos armados que comandam o conflito [Estado; *paramilitares* e *guerrilhas*] se deslocam nos territórios concordando com os interesses que visem explorar-lhes: riquezas mineral, energética, alimentaria, petrolífera, produtos agrícolas, pecuários e/ou água. Quando refletimos na função social que estes territórios representaram historicamente, identificamos que foram regiões de economia camponesa, com ampla riqueza em recursos naturais, acusando falta tanto de infra-estrutura viária como de serviços de bens públicos essenciais para a vida humana digna. Hoje, grande numero de estas populações estão sofrendo extermínio, deslocamento forçado e sem compreendê-lo ainda, constatam que suas regiões deverão ser transformadas concordando com os projetos definidos por um *novo dono-controlador*.

O Estado participa na qualidade de mediador, desenvolvendo estratégias ágeis que garantam os investimentos pactuados desde a esfera política. Constatamos que muitos destes projetos exigem grandes investimentos financeiros e tecnológicos, assim como o controle da mídia favorável para garantir a decisão política, pois o alcance destas construções se projeta por varias décadas no futuro.

Desse modo, nossa trajetória de pesquisa na Pós-graduação poder-íamos demarcá-la na seguinte procura:

O objetivo da investigação do Mestrado foi estudar a relação existente entre a busca de legitimidade pelo Estado (consenso), a partir do discurso da participação da comunidade em projetos de impacto ambiental e as possibilidades de apropriação de resultados dos projetos no desenvolvimento da luta dos movimentos sociais comunitários, na perspectiva da defesa de seus interesses coletivos (2000:24).

Nessa fase de formação julgávamos chave compreender o lado político-institucional, apreender expressões significativas dos interesses do governo (como o instrumento político – jurídico – administrativo) e da sociedade civil nestes tipos de projetos, assim como outorgávamos importância central à dimensão política para visualizar o campo dos interesses em embate.

Essa abordagem do objeto de pesquisa impede que as questões econômicas sejam expostas e debatidas, de modo que a debilidade na abordagem econômica gera o viés politicista e permite uma aproximação pobre ao fenômeno. Fenômeno que passa a ser caracterizado no campo ideológico e

prático, sem apreensão possível da totalidade, em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais entre a economia e a política.

É sobre esse fio condutor que tratam as investigações, tanto do Mestrado como no Doutorado, procurando identificar modos particulares de objetivação do capitalismo e com a convicção de que a subsunção real do trabalho ao capital exige ações práticas racionalmente orientadas e fundadas nas tendências, construções e potencialidades objetivamente existentes para superar armadilhas na análise de realidade.

No horizonte vislumbramos, desde logo, o socialismo, para ter-mos luz, empenho e visão histórica sobre as possibilidades concretas de infletir, a lógica perversa do modelo de desenvolvimento que nossos países abraçaram. Deste modo, tomando cuidado para não confundi-lo com a assimilação do chamado *socialismo de acumulação*. Para tanto a efetivação da perspectiva do trabalho como necessidade de contínuos momentos de ruptura com o modo de produção capitalista, implica o estudo dos traços singulares de cada formação social, de sorte que no concreto real a história nada mais é que a história da luta de classes.

Marx, citado por MÉSZÁROS(2002:218) teve de insistir em que “a arma da crítica não pode substituir a crítica pelas armas, a força material deve ser derrubada pela força material(...) não basta o pensamento esforçar-se por sua realização, a própria realidade deve esforçar-se para chegar ao pensamento (...) a teoria também se torna uma força material quando agarra as massas. A teoria pode ser realizada num povo apenas na medida em que seja a realização das necessidades desse povo”. MÉSZÁROS afirma “Marx sabia muito bem que(...) todas as verdadeiras realizações traziam consigo as sementes de sua necessária superação futura. E também sabia que o sucesso permanente do projeto socialista só poderia ser visado se as aspirações nele expressas correspondessem às necessidades reais das pessoas” (Id., *ibid.*).

Vale salientar que esta Tese faz parte de um processo de amadurecimento do sujeito político e social, que tanto vem acontecendo no convívio intelectual, como no arraigo orgânico, onde dividimos intervenção empírico-concreta. Isto exige colocar o limite da nossa possibilidade de mergulho na construção dos cruzamentos interpretativos para chegarmos à síntese ou aos momentos predominantes (essência). Ainda sentimos falta de um maior

embasamento teórico, pois achamos que o material empírico está carregado de significações, o que nos faz considerar da sua riqueza. Gostaríamos de conseguir aliados, na qualidade de *sujeitos históricos do mundo*, para tocar este desafio de tentar viver de olhos abertos (ao dizer de Marguerite Yourcenar, 1903-1987)⁹, sendo que ainda somos iniciantes aprendizes no ofício.

Na tentativa de dar conta da análise desenvolvida, através da pesquisa empírica e teórica, esta Tese se debruça na seguinte estrutura: o Capítulo I considerará o embasamento na delimitação do objeto de pesquisa, a partir do subsidio do Projeto e do alcance estabelecido com relação às Hipóteses, Objetivos e Metodologia, assim como uma apresentação da estrutura de sistematização da Pesquisa; Capítulo II qualificará a Colômbia no contexto geográfico, histórico, político e socioeconômico; Capítulo III estará focando a acumulação capitalista contemporânea, fazendo uma interpretação sobre sua dinâmica e expressões essenciais na sua articulação com os chamados países periféricos, recuperando uma cronologia dos processos que caracterizam esta acumulação nos aspectos econômicos e sócio-políticos e o Capítulo IV analisará os chamados "*territórios estratégicos*", caracterizando-os na tentativa de desdobrar sua funcionalidade para a reprodução do capital. A procura será apreender os interesses dos diversos sujeitos que configuram seus usos [apropriações], destes territórios; demarcar os impactos sobre as vítimas do conflito e sinalizar os rumos que estão liderando as decisões estratégicas sob comando dos sujeitos que vêm colocando o projeto de desenvolvimento nestas zonas.

E, finalmente, as conclusões da Pesquisa.

9 De Olhos Abertos. Conversas com Matthieu Galey" Marguerite Yourcenar, Distri Editora(1990). Na longa entrevista (que durou anos) a Matthieu Galey ela confessou pudicamente os "quatro votos budistas" que orientaram a sua existência, na tentativa de viver de olhos abertos: lutar contra as más inclinações; entregar-se ao estudo até ao fim: aperfeiçoar-se na medida do possível; e trabalhar para salvar todas as criaturas do Universo.

CAPÍTULO I

DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

1. Problema e Justificativa

Na Colômbia se debate o Estado numa luta pela dominação do território, seu controle e respectiva legitimidade. Diante da presença de movimentos sociais¹⁰ de afrodescendentes, indígenas e camponeses¹¹, assim como de guerrilhas, contra-guerrilhas (para-militares)¹², todos procurando participar na correlação de forças para incidir na transformação econômica e política do país – Capítulo II -.

Historicamente a luta camponesa significou o confronto frente às contradições profundas da estrutura gestada na sociedade agrária e seu

10 Historicamente conhecidos como “organizações”, pensadas desde o debate funcionalista e estruturalista que descreve os processos de mobilização social articulando-os a formas institucionais, para nosso trabalho lhes chamaremos de movimentos sociais: observamos que tanto no seu momento de emergência, como no processo de consolidação, seu posicionamento é anti-institucional, tentando desenvolver seus planos de maneira distinta da institucional, assim como, ao caráter das suas reivindicações que, geralmente, os levam a entrar em conflito com as instituições políticas. Muito embora, reconhecemos que sua identidade seja um campo contínuo em construção, na qual se expressa a contradição, o antagonismo e que de outro ponto de vista, também se possa ver neles formas distintas de instituição social. Nesta perspectiva, a análise da forma/conteúdo ganha importância e possibilita fazer visíveis determinações oriundas da experiência imediata, na reflexão sobre práticas sociais e na busca da produção de conceitos teóricos que explicitem as contradições existentes e permitam obter conhecimentos sobre sua problemática atual, neste dado tempo histórico. IBARRA, Pedro e TEJERINA, Benjamin (1998:9-89).

11 Fazemos a distinção entre afrocolombianos, indígenas e camponeses, sabendo que muitas das populações afro e indígenas são também camponesas, mas, o que as distingue dos camponeses mestiços, é seu caráter de etnia associado a valores, costumes, formas organizacionais, estabelecimento de princípios de coesão e posicionamento com relação a outras frações da sociedade do país. Os movimentos indígenas e afrocolombianos vêm liderando processos que motivam a adesão dos excluídos; certamente, também, por ser os territórios que eles ocupam os mais apreciados para a exploração do capital. Territórios para onde historicamente tiveram que migrar, sendo de uma topografia e de condições muito difíceis, mas que hoje em dia, representam oportunidades na sua riqueza de recursos, muito atrativos para o capital. É significativo pensar que em nosso país, até o ano de 1991, se falava com certeza e sob reconhecimento Constitucional que os territórios do litoral Pacífico eram “baldios”, sem proveito, sem ocupação ou posse humana, como terrenos inúteis. Assim, fundamentava-se o discurso para não permitir a titulação das terras a favor dos que historicamente as ocuparam, o governo e o capital fizeram inúmeras “concessões” para sua exploração, recebendo a população habitante desse território só esmolas ou compensações lastimosas. É só, a partir da luta dos movimentos sociais afrocolombianos que se introduz o artigo transitório 55 na Constituição (1991), e fruto de maior trabalho de base, regulamentasse a Lei 70 em 1993, a qual é reconhecida como “a Lei das comunidades afro”, e que regulamenta a posse da terra em favor dos que historicamente têm-na ocupado, isto só é um exemplo entre muitos outros que teríamos para lembrar das lutas e conquistas do movimento social comunitário.

12 No Capítulo II estaremos qualificando este cenário do conflito na Colômbia.

descompasso com a riqueza dos processos liderados por diversos segmentos da sociedade civil.

É nesse cenário histórico de participação reivindicatória dos diversos segmentos da sociedade, que ganha expressão a luta armada, tanto de grupos de esquerda como de direita, propagando-se uma conjuntura de conflito que o Estado consegue administrar muito mais pela via da repressão que pela busca de consenso.

Frente Nacional (1958-1974)¹³; “Plan Nacional de Rehabilitación-PNR” (década de 1980); pactos entre movimentos e guerrilhas em 1985, 1990- 1991, 1994, 2003 todos estes paliativos circunscritos aos interesses dos partidos Liberal e Conservador e às suas múltiplas frações, para se relacionar com os diversos movimentos sociais, porém, fortalecendo mais a burocracia em uma direção instrumental da vida política. O poder oferecendo atrativos para cooptar as diversas oposições e ganhar tempo em certas regiões ou territórios do país. Para os chefes guerrilheiros que negociavam a desmobilização de suas forças foi um meio de legitimação e controle internos. Impossível não relacionar este continuísmo colombiano das classes dirigentes, com a lógica de exclusão e segregação implícitas no modelo de economia política que impera. Tal parece que os governantes têm certeza que é historicamente possível administrar a relação com as classes populares, tanto rurais e urbanas, oferecendo paliativos a conta gotas.

O resultado é a fragilidade da ordem democrática, a inoperância das ramas do poder, com o desdobramento da urbanização caótica, da acelerada participação do País na mundialização do crimem organizado sob múltiplas expressões e conseqüências sociais, das quais o narcotráfico tem sido a mais perversa devido, a nosso ver, à força com que seus rebatimentos vêm

13 A década do 50 é marcada pelas lutas sindicais, os camponeses tentando romper a hegemonia conservadora e os assassinatos, desde então, como mecanismo para calar consciências e gerar desconfiança. Entre 1945 e 1965, a Colômbia teve 300 mil camponeses assassinados, nas lutas em nome de ideologias azuis (conservadoras), vermelhas (liberais), com a retórica de representantes da Igreja, do governo e a participação de pessoas do povo que tentavam ser fiéis a ideais alheios. Ao término desse período, o país tinha menos proprietários de terras, desemprego e escuro futuro para as maiorias. Os partidos tradicionais impõem o conhecido acordo da “Frente nacional”, trata-se da decisão de governar cada um durante 4 anos, num prazo de dezesseis (16) anos, negando quaisquer oposição e participação que não fossem liberal ou conservadora. GONZÁLEZ(2000:54)

causando a despolitização dos conflitos agrários, o mergulho do país na subordinação ao capital internacional e o aumento da desigualdade social¹⁴.

Sublinhamos que, ainda depois de seis décadas violentas, na Colômbia, não aconteceram as condições para o triunfo da guerrilha, dentre outras razões, porque esta não conseguiu aglutinar uma organização de base econômica e social para fazer o embate político atrelado a um projeto de nação. O Estado fracassou também, pois historicamente não tem conseguido prevenir, nem muito menos resolver o conflito. Consideramos que em virtude de sua fragmentação, o segmento na direção política não articulou uma estratégia proporcionada à gravidade, complexidade, profundidade e persistência do conflito, quer dizer, não articulou um projeto nacional.

Concordamos com MÉSZÁROS (p.219) quando sinaliza que a situação hoje é radicalmente diferente ao que foi enquanto Marx vivia e afirma:

“Embora o aprofundamento da crise estrutural do capital signifique que a realidade está começando a se movimentar em direção ao pensamento, parece que em consequência das derrotas e falhas do movimento socialista(...) o próprio pensamento – e as indispensáveis forças materiais e organizacionais, sem as quais nem o mais válido pensamento tem condições de “agarrar as massas” e tornar-se uma força material eficaz – se recusa a caminhar na direção da realidade e “lutar por sua própria realização”. Nesse meio tempo, as necessidades das pessoas continuam frustradas e negadas, como sempre.”

Diante deste contexto nacional, setores políticos e militares, inspirados no debate que surgiu na década de 1970 sobre a realidade nos países periféricos, consideram que existe na Colômbia uma “crise de governabilidade”. Identificamos esta leitura com uma bem marcada preocupação conservadora para viabilizar propostas de “construção democrática”, “estabilidade política” ou “preservação da ordem” (Turbay, Gaviria, Pastrana, Uribe, López, Serrano,

¹⁴ A essência da propriedade privada é uma relação social de apropriação que se configura no processo produtivo. Sendo que o modo como este processo produtivo se configure, historicamente, constitui o pressuposto prático absolutamente necessário para instaurar o patamar de necessidade/possibilidade [atual patamar] ou de necessidade/liberdade [emancipação humana]. É neste sentido que o território local ou nacional constitui espaço privilegiado para configurar o modo de produção e as relações sociais pertinentes às relações de subordinação do trabalho ao capital na ordem atual. Concordamos com Ivo Tonet (1999: 37) ao afirmar que ao não ter a propriedade privada uma essência de caráter jurídico-político, sua mera abolição nas esferas jurídica-política, não caracteriza uma mudança que viabilize a superação da desigualdade social.

Arellano. Tratam-se de políticos e autoridades militares contemporâneas que palestram sobre a problemática colombiana nas últimas duas décadas).

É necessário insistir na particularidade colombiana no âmbito latino-americano. A saber, que as classes governantes e dirigentes da república oligárquica colombiana nunca têm sofrido derrota e, deste modo, sua experiência e sensibilidade políticas são bastante restritas aos seus interesses. Isto lhes impede dialogar com os movimentos populares e suas diversas organizações. Os governantes defendem de forma ultrapassada um Estado fiscalmente frágil. Nem revoluções como as de México, Bolívia ou Cuba; nem ditaduras tradicionais ao estilo das do Caribe ou Venezuela ou burocrático-modernizadoras como as do Cone sul; nem populismos frágeis como o de Velasco Ibarra no Equador; nem duros como os de Vargas e Perón respectivamente em Brasil e Argentina; nem golpes militares reformistas como os de Peru ou Panamá, na década de 1970; nem guerras civis como o ocorrido em Costa Rica em 1949; nada do acontecido tão perto geopoliticamente da Colômbia provocou rupturas na dominação de uma classe oligárquica que usando diversas arbitrariedades continua governando, ainda na beira do abismo alimentado por suas próprias pugnas e ambições. Algumas das quais aconteceram em 1949, 1959, 1961, em diferentes momentos de crise de governabilidade, essa classe optou pelo sectarismo e a violência, mascarando uma legitimidade democrática.

O conflito colombiano, desse modo, tem dado ensejo a volumosa bibliografia, que revela a crescente preocupação dos intelectuais e das organizações internacionais. Praticamente têm sido abordados todos os aspectos relacionados à guerra, desde as variáveis econômicas e políticas, passando pelas culturais, as jurídicas e levando em consideração, também, a repercussão internacional do fenômeno. Há até um **boom** literário dos anos noventa, no que respeita a uma nova narrativa em torno ao conflito. Um exemplo disto é o escritor Jorge Franco, cuja obra "Rosario Tijeras" (Ed. Bogotá: Plaza & Janés, 1999), que retrata a destruição do tecido social colombiano ensejada pela narco-guerrilha, constitui hoje um **best seller**.

Outros autores novos que giram ao redor da mesma temática são Lina María Pérez Gaviria (ganhadora do Prêmio Internacional de Contos "Juan

Rulfo", 1999), Miguel Angel López poeta da etnia Wayúu (premiado pela Casa de las Américas de Cuba, 2000), Héctor Abad Faciolince (ganhador do prêmio Casa de América de Narrativa Inovadora, 2000) e Juan Felipe Robledo (ganhador do Prêmio Internacional Jaime Sabines, do México, 1999). Esse **boom** literário é acompanhado, também, por um grande surto de criatividade no plano do cinema. Apenas para lembrar um dos diretores mais premiados (recebeu a Palma de Ouro em Cannes, 1998), citaremos o nome do Victor Gaviria, que dirigiu os filmes "Rodrigo D" e "La vendedora de rosas", verdadeiras epopéias dos jovens heróis-vítimas do submundo criado pela luta armada colombiana, assim como seu recente filme "Sumas y Restas" (melhor filme no Festival de cinema em Cartagena, 2005). "María Llena Eres de Gracia", ópera prima de Joshua Marston (EUA e Colombia, 2004) que resgata a história de uma jovem de dezessete anos, determinada a se livrar da vida que leva em sua cidade natal e decide dar um passo ousado em direção a um futuro incerto.

No terreno dos estudos sociológicos e políticos recentes, poderíamos mencionar os seguintes: do general Rosso José Serrano, "Jaque mate" (1999); de Alfonso Monsalve e Eduardo Domínguez (organizadores) "Colombia: democracia y paz" (1999); de Hermes Tovar Pinzón, "Colombia: droga, economía, guerra y paz" (1999); de Alfredo Rangel Suárez, "Colombia: guerra en el fin de siglo" (1999); de Alvaro Camacho, Andrés López e Francisco Thoumi, "Las drogas: una guerra fallida" (1999); de Francisco Javier Barreto (organizador), "La otra guerra: el derecho como continuación del conflicto y lenguaje de la paz" (1999), Hernando Gomez Buendia (organizador) "Conflicto Colombiano" (2003).

A revista francesa **Problèmes d'Amérique Latine**, no número 34 (1999), publicou cinco artigos de grande atualidade: de Daniel Pécaut, "Colômbia, uma paz inatingível"; de Camilo Echandía Castilla, "A guerrilha colombiana: condições objetivas e estratégias de uma expansão"; de Fernando Cubides, "Colômbia: a violência dos paramilitares"; de Adolfo León Atehortúa Cruz, "Colômbia: o lugar do exército no conflito político armado" e de Mauricio Rubio, "Colômbia: grupos armados e justiça penal".

A pesquisa sobre estes diversos registros, elaborados a partir das manifestações do conflito colombiano, nos gera a preocupação em demonstrar que o pensamento dominante, na Colômbia, permanece no nível da *imediaticidade*, enquanto o “ponto de vista da totalidade” da classe que vive do trabalho é, capaz de insistir, historicamente, em construir as mediações, graças à situação objetiva da própria classe em relação à totalidade social. Subsidiar esta reflexão é possível a partir de refletir no seguinte texto trazido de MÉSZÁROS(2002:463):

“enquanto a burguesia *permanece enroscada na imediaticidade* em virtude do seu papel de classe, o proletariado é impulsionado, pela dialética específica de sua posição de classe, a abandoná-la(...) O elemento único em sua situação é que seu *ultrapassar da imediaticidade* representa uma *aspiração* para a sociedade em sua totalidade, não importando se esta aspiração é *consciente* ou se permanece *inconsciente* no momento. Esta é a razão por que sua lógica não lhe permite permanecer estacionário em um estágio relativamente elevado da imediaticidade mas o força a perseverar em um movimento ininterrupto para a totalidade, isto é, a persistir no processo dialético cujas imediaticidades são constantemente anuladas e transcendidas.”

Uma vez conferida esta investigação sobre as informações secundárias assumiremos, como premissa de uma discussão crítica sobre esta temática, o ponto de vista de que as transformações sociais contemporâneas, operadas pela programática neoliberal sob o comando do capital financeiro, trazem maiores desafios ao conjunto de homens e mulheres que sobrevivem da venda de sua força de trabalho.

Assim, é consenso entre muitos pesquisadores e pensadores que a ordem capitalista ingressou, depois de quase trinta (30) anos de franca expansão econômica (1945-1973), a uma profunda crise (1973-1985) de seu padrão de produção (fordista: assentado na capacidade do poder estatal enquanto promotor do desenvolvimento econômico e social), de seu sistema de regulação (keynesiano¹⁵), de seu Estado (**Welfare State**), do tipo de trabalhador (especializado), de sua racionalidade (positivista), assim como da

15 No período Keynesiano o desenvolvimento Per Capita em EUA foi de 2.44; Europa de 4.06; Japão 8.05; Latinoamerica 2.52; Ásia 2.92; de África 2.07; URSS 2.49 e do World 2.93. Sendo nesse mesmo período o PIB em EUA de 4.03; Europa 4.01; Japão 9.29; Latinoamerica 5.33; segundo esses dados este período foi a época de ouro em termos econômicos e sociais. Visão progressista

crise fiscal, do padrão dólar (após do Bretton Woods/ FMI, BID, Banco Mundial [padrão ouro-dólar]), de fontes energéticas (petróleo), de subconsumo¹⁶.

Frente a tal fenômeno, a fração da classe hegemônica (o grande capital financeiro)¹⁷, aliado aos capitais nacionais (fazendeiros, empresários, banqueiros), desenvolve diversas formas de enfrentamento da crise, explorando ainda mais ao trabalhador do agro, por um lado, e por um outro, submetendo aos pequenos e medianos capitais através de operações que colocam grandes extensões de território no rumo de projetos de desenvolvimento transnacional: por exemplo, “corredor industrial”; “melhor esquina”; “canal interoceânico”; “estrada Pan-americana”.

Mas qual é, nesta ordem social determinada, o significado importante que possam ter esses territórios caracterizados hoje como *atrasados* ou *subdesenvolvidos*? Em que medida seria possível considerar que propostas de desenvolvimento de modos de produção estariam gerando riqueza para o capital, toda vez que este atravessa uma profunda crise estrutural? À luz da contribuição teórica oferecida por Marx, em sua principal obra, “O Capital”, vamos examinar essa relação.

O desenvolvimento das forças produtivas se torna o fator decisivo e fundamental no processo de produção capitalista. Isto porque é por meio do desenvolvimento das forças produtivas, cujo efeito prático é o aumento da produtividade, que os capitalistas logram a diminuição do valor de suas respectivas mercadorias, o que lhes propicia sua sobrevivência no mercado competitivo e, ao mesmo tempo, a redução do valor da força de trabalho, que resulta na produção da mais-valia relativa, com a condição de que o incremento da produtividade tenha atingido as cadeias de fabricação dos meios de subsistência necessários para produzir a vida do trabalhador. Aumento de produtividade significa, entretanto, a produção de uma quantidade cada vez maior de valores de uso com uma grandeza relativamente menor de valor, o

16. Sobre isto ver: Hobsbawm (1995), Coriar (1994), Aglietta (1998), O'Connor (1977), Harvey (1993).

17Os grupos financeiros internacionais, com fundos que já tiveram diversas nomeações: petrodolares; eurodólares; euromonedas e empréstimos internacionais, na atualidade incorporam uma outra denominação, os derivados financeiros e são opções de compra e venda de ações ou divisas para todo tipo de produtos, independente de localização geográfica e que hoje se colocam no circuito do mercado do controle, exploração e subordinação de territórios estratégicos.

que é um problema gravíssimo para o capital, pois redundando na tendência de diminuição da taxa de lucro e de acumulação, já que o capital é resultado de um processo de valorização do valor e não de acúmulo de valor de uso, ou seja, de riqueza. Dessa forma, a solução para os capitais privados é um problema para o capital, uma vez que o mecanismo que propicia a sobrevivência dos capitais privados no mercado cria, contraditoriamente, as condições de produção que reprimem a acumulação para o capital [o processo de valorização do valor]. Capitais privados e capital estabelecem, portanto, uma relação de contradição, de tal sorte que a continuidade da existência deste último implica a destruição, pelo menos parcial, de capitais privados, e vice-versa.

Não obstante, tal fenômeno se apresenta justamente porque, dada a concorrência intercapitalista, há uma necessidade de diminuição do valor das mercadorias, o que só pode ser conseguido com o desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, com o aumento da produtividade, que exige, por sua vez, a utilização flexibilizada da força de trabalho, ou seja, a dispensa tendencial [o trabalho vivo continua sendo princípio balizador do modo capitalista de produção, só que ele é recolocado, por exemplo, terceirizado, explorado sob modalidades diversas de “ilegalidades” perante a lei] desta mercadoria que entra no processo de produção como capital variável, em detrimento da crescente utilização relativa do capital constante, redundando no aumento da composição orgânica do capital e, por decorrência, numa diminuição de sua taxa de acumulação.

Trata-se, no fundo, da contradição essencial e inextinguível, no capitalismo, entre a valorização do valor de troca, o capital, e o valor de uso, a riqueza; entre o trabalho produtivo de capital e o trabalho concreto; entre o capital e a satisfação das necessidades humanas; entre o capital hominizado e o ser social reificado; em suma, entre o capital e a humanidade.

Entendemos desde Marx que o homem deve sua existência ao trabalho, ele é um pressuposto ontológico-fundante¹⁸ da sociabilidade. É pelo trabalho como atividade humana, que o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades. Mas **o trabalho**, enquanto condição de existência humana e criadora de valor de uso, **é uma atividade que sempre**

¹⁸ Refere-se ao sentido gerador do ser social, aquilo que é motor de seu evoluir. O imanente ao ser social.

se efetiva por meio e no interior de uma forma específica de sociedade historicamente determinada. Quer dizer, o trabalho é sempre atividade historicamente determinada. Eis a razão para não considerá-lo como simplesmente “fator de produção”.

Desse modo, o trabalho não é simplesmente um “fator técnico” entre os demais elementos do processo de trabalho. Ele é historicamente constituído e determinado, **o trabalho não pode dispensar a sua dimensão teleológica, quer dizer, a capacidade de projetar intrínseca à atividade humana.**

Ele é o princípio de sociabilização das formas históricas de realização. O que quer dizer que independentemente de sua forma histórica de produção, o trabalho pode ser pensado abstratamente a partir das determinações que o constituem e que podem ser assim enumeradas: o trabalhador, os objetos de trabalho e os meios de trabalho. Do processo de trabalho se obtém como resultado a produção de valores de uso. Mas esses elementos do processo não permitem a compreensão de sua forma específica de ser, se não se complementam com a análise de seus diferentes momentos constitutivos: produção-circulação-consumo. Totalidade orgânica que, pela sua vez, forma um único processo, existindo entre seus diferentes momentos uma reciprocidade de ação.

Cada um desses momentos, ao se realizar, cria o outro: a produção cria o consumo assim como este cria aquela. Marx¹⁹ consegue fundamentar como a produção não produz unicamente o objeto de consumo, mas também o modo de consumo, quer dizer, não só objetiva, como subjetivamente. Logo, a produção cria o consumidor. O consumo cria os objetos da produção de uma forma ainda mais subjetiva. Sendo que sem necessidade não há produção. Mas o consumo reproduz a necessidade.

O trabalho é uma categoria social [ele não pode existir fora do ser social, pois não é uma categoria da natureza], ele, na relação com a totalidade social, é o local fundamental da produção das necessidades e possibilidades por novas relações sociais [categorias e complexos] que marcarão o desenvolvimento histórico do gênero humano.

19 Introdução Para a Crítica da Economia Política, São Paulo, Abril Cultural, 1982, pp. 8-12.

A questão importante para Marx, tendo como ponto de apoio a descoberta do trabalho enquanto fundante do mundo dos homens era demonstrar como e através de qual processo, de quais mediações, etc., os homens fazem sua história. Sendo assim, a essência burguesa é um patamar atual de desenvolvimento a partir do qual poderão construir-se outros, e jamais este [o burguês] será o limite insuperável de nossa história.

O desenvolvimento histórico é, também, o desenvolvimento histórico do trabalho. Todo ato de trabalho, por mais singular que seja, é sempre um ato social. Sendo assim, ele é sempre partícipe da reprodução da sociedade da qual faz parte. Ele incorpora o patamar de desenvolvimento da sociedade e, ao se realizar, participa no desenvolvimento da sociedade como um todo, com todas as mediações que na totalidade social acontecem na medida da complexidade da sociabilidade.

A inseparável relação do trabalho com a totalidade social faz com que as necessidades que se vão apresentando na esfera do trabalho repercutam por todas as relações sociais, com todas as mediações devidas. Entendemos que a afirmação de Marx, segundo a qual na história das sociedades o momento predominante é o desenvolvimento das forças produtivas, significa que a reprodução material é o momento decisivo da reprodução social, sendo que, na maior parte das vezes, as necessidades geradas na esfera do trabalho se apresentam na reprodução social com um peso maior que as necessidades geradas nas outras esferas da práxis social²⁰. É o surgimento do trabalho excedente que possibilita o surgimento de sociedades que vivem da exploração do homem pelo homem. Para efetivar esta condição histórica, é indispensável que a sociedade desenvolva uma série de complexos sociais voltados diretamente para a submissão do trabalho ao capital; quer dizer, dos trabalhadores às classes dominantes. Aqui entendemos a função social dos complexos que se distinguem como Estado, a política, a propriedade privada, o direito, etc.

Assim, o trabalho, ao longo da história, coloca necessidades e possibilidades novas que podem ser atendidas apenas se os homens

²⁰ Um aprofundamento sobre este tema se encontra no artigo "Aproximação ao Serviço Social como Complexo Ideológico" de Costa, Gilmaisa M. in *Temporalis*, Brasília: 2000 (pp. 95-119)

desenvolvem novas relações sociais voltadas a estas novas necessidades e possibilidades. Eis a razão pela qual o trabalho, na acepção marxiana, é a categoria fundante do mundo dos homens: ele é momento predominante na produção das novas situações objetivas e subjetivas que caracterizam a história humana.

O desenvolvimento do trabalho sob o capitalismo suscita a necessidade de elucidar como os homens produzem as relações e complexos sociais para esta forma possível de sociabilidade humana. E neste particular, é a produção sob comando do capitalismo onde se objetiva a base material que, por sua vez possibilita tornar compreensível os complexos sociais que os homens produzem na condição de atender novas necessidades/possibilidades para sua reprodução social.

A falsidade do argumento conservador da “crise de governabilidade” e a implementação da “política de defesa e segurança democrática”, na Colômbia, tem por trás desta justificativa a real procura de exercer o controle social em vista a garantir o processo de reprodução do atual sistema dominante. Eis a razão pela qual afirmamos que a diretriz das classes dominantes está inserida no contexto dos interesses da exploração destes territórios estratégicos, subordinando-os a novas significações na base produtiva, visando assim uma maior exploração sob comando do capital.

Acreditar neste pressuposto nos coloca na necessidade da demonstração de como os homens são os construtores de sua “essência” burguesa, realizando o trabalho que se requer à reprodução social. Ao passo que realçamos a centralidade das lutas dos povos e movimentos sociais que resistem a serem determinados por projetos impostos externamente. Contradições que colocam a conjuntura histórica na Colômbia em situação de guerra. Está em jogo a vida de camponeses, lideranças, pequenos e medianos proprietários colonos, que participam em um cenário enriquecido por paradoxos e contradições múltiplas.

A seguir se destacam os objetivos da pesquisa, a partir de sinalizar as questões centrais que motivaram o desenvolvimento do trabalho e sua posterior sistematização.

2. Hipóteses

O conflito armado e civil, na Colômbia, tem a pequenos proprietários rurais como alvo de intervenções militares. Desse modo, estas populações estão sendo obrigadas a abandonar suas terras, suscitada a migração interna pela disseminação do terror que se espalha através da prática de diversas violências. Nesse contexto, o Estado também participa desenvolvendo sua política de luta “antidrogas” e “contra guerrilhas”.

Entretanto, observamos que ao mesmo tempo o Estado é conivente com grupos que exercem controle armado em territórios e se financiam da circulação de comércio de drogas e de armas. A diretriz governamental está inserida no contexto dos interesses de exploração destes territórios, subordinando-os a novas significações na base produtiva: no rumo de projetos transnacionais de desenvolvimento.

3. Objetivos do Estudo

Desvendar, a partir da aparência, a essência que configura a desumanização [submissão do trabalho ao capital] enquanto chave para identificar como os homens podem se construir também enquanto seres emancipados.

Consideramos que a partir da identificação de modos particulares de objetivação do capitalismo, se faz possível sinalizar as tendências, construções e potencialidades objetivamente existentes para superar armadilhas na análise da realidade; ao passo que se constitui na oportunidade de discernir momentos de ruptura, efetivando a centralidade da perspectiva do trabalho como sujeito de transformação e de mudança, nesta ordem.

Continuamos GONZÁLEZ (2000) acreditando que, mesmo em uma situação desesperada, sem aparente saída, não existe nenhuma situação histórica que não tenha alternativas de escolha, é preciso abraçar a tarefa de erguer uma re-leitura da realidade e gerar condições objetivas para atuar. Com estas antecipações, o assunto central que interessa como contexto desta pesquisa, será a tentativa de:

3.1.Objetivo Geral

Apreender e compreender estratégias de reorganização das formas de dominação societal que o capital comanda, no rumo de projetos de desenvolvimento de interesses transnacionais, em conivência com o Estado colombiano, através da implementação sistemática da violência e seus embates com os movimentos que estão questionando, no país, o regime dominante (1985-2005), tendo no foco “territórios estratégicos” [localizados na área do Litoral do Pacífico e da Amazônia], na Colômbia. – Mapa 01.

MAPA 01. Localização dos Territórios Estratégicos



- Conflito Tapón del Darién: Conexão Terrestre Colômbia-Panamá
- Erradicação Cultivos de Coca (Estado de Nariño)
- Conflito pela legitimidade entre Guerrilhas/Paramilitares/Governo (Caquetá)
- Erradicação Cultivos de Coca (Putumayo e Baja Bota Caucana)

3.2. Objetivos Específicos

Caracterizar a Colômbia, no foco dos territórios estratégicos: geográfica, histórica, econômica e sócio-politicamente, identificando sua funcionalidade para o capital, o Estado e os movimentos sociais;

Identificar, nos territórios estratégicos, novas significações na base produtiva [configuração de relações de produção e forças produtivas];

Identificar nas práticas do capital hegemônico, os conteúdos de “legalidade” e “ilegalidade” que fundamentam sua procura do controle social nos territórios estratégicos, fazendo possível a confrontação das falácias que mascaram na esfera da economia.

4. Metodologia

A elaboração do processo de sistematização da pesquisa foi possível a partir de um estudo comparativo de base qualitativa entre conteúdos ideológico-político e econômicos dos conflitos mapeados em escala, por níveis e relevância a partir de coleta de informação especialmente secundária. Nesse sentido tiveram destaque as objetivações construídas tanto pelo Estado como pela Sociedade Civil nas múltiplas expressões. Trata-se do significado e do sentido político, compreendido não apenas numa perspectiva metodológica, isto é, a de que todo trabalho acadêmico contém ideologias e que toda teoria remete ao plano da prática e, portanto, da política.

Nesta pesquisa, procuramos abraçar o método do materialismo dialético como forma de apreender/compreender a dimensão do real. Entendendo-se o real como uma síntese de múltiplas determinações.

Esta pesquisa não tem como foco a análise de estudo de caso, pois ao fazer a escolha de quatro territórios estratégicos, consideramos aquelas áreas que marcam o contexto dos conflitos, que caracterizam a realidade colombiana, de tal maneira a conseguirmos fazer conclusões generalizáveis, que nos subsidiassem examinar com profundidade a maior compreensão dos fenômenos complexos nesta conjuntura histórica.

Assim, com base no materialismo dialético, pretendeu-se estudar a complexidade que envolve o tema, bem como, as especificidades e as

diferenciações do objeto de investigação, sendo que o materialismo introduz para a compreensão da realidade o princípio do conflito, e da contradição como algo permanente, o que explica a transformação.

O materialismo histórico é o caminho teórico que procura entender o processo histórico em seu dinamismo, provisoriedade e transformação. Busca apreender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos e classes sociais) e realizar críticas da ideologia, isto é, do imbricamento do sujeito e do objeto. (MINAYO, 1993:36).

Por outro lado, sabemos que os processos históricos tendem a evoluir de uma situação mais simples a uma mais complexa. É preciso entender quais são os elementos de continuidade presentes nos diversos momentos e o que é o objeto hoje. Desta forma, a totalidade é uma qualidade (o todo é mais que a mera soma das partes), portanto é preciso procurar entender o mecanismo geral da relação. Entender a totalidade não significa que não se precise investigar as partes, mas procurar qual o momento predominante das partes (essência). Na maioria das vezes a essência é o todo do objeto (LESSA, 1999:10).

No entanto, a totalidade sempre será parcial, uma vez que a realidade é composta de múltiplas determinações, na qual a realidade é mais rica que o conhecimento que se tem sobre ela. Neste sentido, LUKÁCS (apud MINAYO, 1994:74) nos adverte: “nossos conhecimentos são sempre aproximações da plenitude da realidade, por isso são sempre relativos”.

A necessidade de se fazer conexões entre a realidade fenomênica e os processos de apreensão subsidiados por um conjunto de conhecimentos, filosóficos – científicos, no que tange ao estado dessa realidade a ser transformada, vem à tona numa conjuntura muito difícil que se vive na atualidade, no capitalismo, e que na aparência, tem como um dos cenários importantes à Colômbia.

No intuito de verificar, validar, sustentar e sistematizar o processo de pesquisa, as técnicas e instrumentos utilizados foram: 1) a coleta de dados, considerando a pesquisa documental, entrevistas e observação direta, 2) análise de dados, considerando os sujeitos que representam os interesses do

capital, do Estado e da classe que vive do trabalho e 3) sistematização para apresentação do relatório final da investigação.

Para conseguir o desenvolvimento da pesquisa, tendo as condições de recursos [tempo e verba] do doutorado, e a situação de risco pelo conflito exacerbado que acontece nos territórios, alvo da investigação, nosso interesse primordial foi indagar em informação secundária e pesquisa documental, porém, foi possível fazer algumas aproximações nos territórios: área do *Tapón del Darién* e proximidade do *Putumayo*. Com relação aos outros territórios, considerados representativos do conflito local, tivemos acesso a diferentes vídeos²¹, resultado de investigações recentes de grupos que sustentaram relações próximas com as populações envolvidas.

Nossa participação no *XI Congresso Colombiano de Serviço Social*, de 19 a 22 de Agosto de 2003, também permitiu-nos uma aproximação direta com representantes de movimentos sociais vindos das diversas áreas em conflito do país²². O posicionamento do Estado e do capital foi reconhecido através da coleta de informações divulgadas e sob a leitura analítico-crítica que se fez no processo de pesquisa.

Para nossa Tese, adotaremos como categorias centrais de análise, a produção [relações homem x natureza], reprodução [relações homem x homem], ideologia²³ e estranhamento²⁴. Mediações serão também as categorias empíricas de violência, legalidade e ilegalidade, capital, Estado e sociedade civil; territórios e territorialização. Assim mesmo, mediações

21 SANCHEZ, José ignacio. Vídeo "Ruta 387 – Notas de Guerra", Cali: 2002; OSPINA, Luis. Vídeo "La Desazón Suprema", Medellín.:2004; DALTON, Scott e MARTINEZ, Margarita. Filme "La Sierra", Medellín, 2005; MOGOLLÓN, Carlos. *Lúdica Macábrica*. Bogotá, 2003;BILLON, Yves e Pablo Alejandro. *50 años de monte*. Francia e Colombia, 2002.

22 Neste Congresso foram expositores tanto Gloria Cuartas (ex-prefeita do Município de Apartadó e membro da Comissão de Direitos Humanos para América Latina da ONU) como Alfredo Molano (sociólogo e pesquisador reconhecido dos territórios de colonização na Colômbia). Foi possível entrevistá-los e atualizar informações.

23 A partir da concepção gramsciana, a ideologia não é apenas um véu que inverte a realidade, mas a concepção de mundo de uma classe. Neste sentido, o referencial gramsciano discute a necessidade das classes subalternas apresentarem uma contraperspectiva, uma visão de mundo construída a partir das condições reais de existência de um sujeito coletivo novo. Assim, trabalha-se o processo de construção da hegemonia também no sentido de reconstruir, recontar a realidade, tomar outra direção em relação à que a classe dirigente impõe como "real". Sendo assim, entende-se que é preciso abraçar a tarefa de erguer uma re-leitura e gerar condições objetivas para a ação.

24 A escolha para a tradução dos termos *Entausserung/Entfremdung* sugerida por Leandro Konder e retomada por Sérgio Lessa (2002:11) será adotada neste trabalho. Exteriorização/Estranhamento. Em espanhol, o estranhamento, por sua vez, pode ser entendido como alienación. Evidenciando o caráter desumano dos processos a que se refere.

necessárias serão as categorias empíricas já descobertas por Marx para desdobrar o fetiche do processo “sócio-metabólico” do capital, a saber, por exemplo: processo de trabalho; valor de uso e valor de troca; produção-distribuição-circulação-consumo; trabalho produtivo e trabalho improdutivo, trabalho vivo e trabalho morto, etc.

4.1. Território, Territorialização - uma tentativa de interpretação das categorias geográficas, empíricas, presentes no objeto de estudo.

Acreditamos que as categorias geográficas: Território e Territorialização são apropriadas na qualidade de categorias empíricas para a análise dos processos que são nosso objeto de estudo. Pois a análise territorial permite estabelecer mediações para compreender as relações da estrutura social, econômica, política e cultural que refletem na construção, apropriação e uso destes territórios. É no território que se materializa o conflito do valor de uso e do valor de troca.

Para iniciar nossa reflexão sobre Território queremos deixar claro que concordamos com Santos (1994:15) quando diz que “(...)é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social.(...)”.

Ao compreender que o uso do território gera transformações políticas, econômicas, culturais, e, por outro lado, as transformações em todas essas dimensões provocam repercussões territoriais, a geografia amplia suas escalas de análise da realidade.

Pensar em território implica em refletir também sobre territorialização e desterritorialização. Segundo Octávio Iani, citado por Neves (1994:272) “a ‘desterritorialização’ é produto da globalização (que) tende a desenraizar as coisas, as gentes e as idéias”. É talvez por ter cada vez mais coisas, pessoas, idéias, processos produtivos, desterritorializados que há um crescente interesse pela análise territorial.

Para Neves (1994:270) “os territórios são espaços de ação e de jogos de poderes”. Neste sentido, abrange dimensões econômicas, políticas, culturais, ideológicas, possibilitando uma análise dialética mais consistente da materialidade da luta de classes no espaço e no tempo.

Becker, citada por Rückert (2004:7), define território como “um produto “produzido” pela prática social, e também um produto “consumido”, vivido e utilizado como meio, sustentando portanto a prática social”.

A partir deste conceito eles defendem a tese, da qual partilhamos, de que o poder de construir/desconstruir/restruturar/fragmentar territórios não é apenas do Estado. O poder está cada vez mais nas mãos do capital, sob as mais diversas formas. O próprio Estado constitui-se num território de disputa do capital. Nesse sentido esses autores afirmam que há uma Multidimensionalidade do poder.

“A multidimensionalidade do poder (Becker,1983, 1988; Raffestin, 1993) é conceituada no sentido de que diferentes sujeitos produzem o espaço, (re)estruturam o território através da prática de poderes/políticas/programas estratégicos, gestão territorial, enfim.(...) Interpretar o poder relacionado ao território significa relacioná-lo à capacidade desses sujeitos de gerir, de implantar políticas econômicas e tecnológicas, com incidência estratégica no território, por parte tanto do Estado como dos múltiplos sujeitos no/do poder na divisão/participação/gestão de políticas pelos capitais privados e por segmentos da sociedade civil (...)”. (Rückert, 2004:6/7)

A partir dessas reflexões, Rückert (2004:8), citando Raffestin, faz uma interessante definição de territorialização.“(...)a apropriação de um espaço, a territorialização como resultado da ação conduzida por um sujeito coletivo, resulta no fato de que o Estado, a empresa ou outras organizações organizam o território através da implantação de novos recortes e ligações (...)”

Assim, voltando ao início da nossa reflexão, podemos dizer que a territorialização está associada ao uso do território, e não necessariamente a propriedade legal. Isto significa, por exemplo, que o capital amplia sua territorialização no campo não apenas quando amplia a quantidade de terras sob sua propriedade, mas quando amplia o poder de determinar o que se produz, como se produz e para quem se destina a produção. Isto é, quando define a forma e a função da produção, conduzindo a artificialização do meio, segundo seus interesses e, assim, influenciando a configuração territorial e a dinâmica social.

Nessa perspectiva, o capital pode se territorializar mesmo dentro de áreas rurais, concentrando a propriedade de grandes extensões em poucas

mãos, territórios esses onde acontecem as lutas dos movimentos sociais. Observamos que nesses territórios a dinâmica da economia é determinada por empresas capitalistas, que podem intervir diretamente nestes espaços através da integração de agricultores, direcionando-os a atividades de plantio itinerantes, como é a experiência do cultivo de maconha, ópio e coca em territórios de fronteira, na Colômbia. Mecanismos indiretos, tais como a distribuição facilitada de sementes, meios de produção, insumos industriais, que incentivam a produção para a comercialização, etapa do processo na qual o capitalista exclui a participação do camponês.

Esta típica gestão territorial do capital, no campo, comumente se implementa com a mediação do Estado, seja pela ausência conveniente aos poderes que vão ganhando força, nessas afastadas regiões, ou seja, pela representação de poderes econômicos mascarados como aparelhos de segurança para-estatais.

Mas, Ariovaldo OLIVEIRA(2002:76) chama a atenção para o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista. Segundo o autor, “o capital não se territorializa, mas monopoliza o território marcado pela produção camponesa”. Analisemos o exemplo de uma família agricultora integrada a um complexo agroindustrial do fumo: ela não tem poder de decidir sobre como e quanto vai produzir porque a empresa determina o padrão de qualidade, os instrumentos e insumos que devem ser utilizados e a cota mínima de produção. E a família também não determina para quem vai vender porque tem um contrato de exclusividade com a indústria, que determina também o preço que vai pagar. Assim, apesar de juridicamente ter a propriedade da terra, uma família que trabalha nessas condições trabalha num território do capital. Esta família se encontra espacialmente inserida em territórios pertencentes a sujeitos estranhos aos seus próprios interesses. Desse modo, o processo de produção destas famílias camponesas se desenvolve sob a lógica de sua subordinação aos interesses do capital e do Estado, conivente, comandando táticas e estratégias de territorialização do capital. Porém, vale lembrar que o capitalismo não se desenvolve de modo simultâneo e homogêneo em todos os territórios.

Acontecerá sempre nesse cenário um jogo de forças comandado pelos interesses dos diversos sujeitos: capital, Estado e agricultores. Portanto, esses

sujeitos históricos vão configurando uma dada *territorialização*, a medida em que vão determinando novas formas de uso de territórios. As contradições que se colocam para a classe trabalhadora, expressada no campesinato, será a disputa pelas significações ou rumos que possam construir no processo. Será então que a territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice versa? Mais, quais os matizes nesses embates? Nos parece que esta compreensão será enxergada nos processos de produção e reprodução dos sujeitos, na perspectiva dos interesses de classe que os impulsionam. Como vêm acontecendo no interior do processo de territorialização do capital, nestes territórios estratégicos, a criação, destruição e recriação do trabalho camponês? Observamos que a partir da desterritorialização do campesinato se produz o trabalho assalariado precário comandado pelo capitalista. Os avanços e recuos desses processos pelo território são determinados por um conjunto de fatores políticos e econômicos.

4.2. A Violência como mediação para a compreensão empírica do objeto de pesquisa.

LEI 387 de 1997

“Por la cual se adoptan medidas para la prevención del desplazamiento forzado, la atención, protección, consolidación y estabilización socio-económica de los desplazados internos por la violencia, en Colombia”.

A aproximação empírica nos permitiu constatar o uso da violência como instrumento para dobregar ao outro, na prática rotineira dos sujeitos em conflito na Colômbia. Vamos tentar uma aproximação epistemológica da categoria **violência** para, nosso subsidio, na análise do fenômeno.

Por violência entende-se a intervenção de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo. Para que haja violência é preciso que a intervenção seja voluntária. A violência tem por finalidade destruir, ofender e coagir. Segundo o Dicionário de Política(2002:1291-1298) é violência a intervenção do torturador que mutila sua vítima, mas, não é violência a operação do cirurgião que busca salvar a vida de seu paciente. Exerce violência quem tortura, fere ou mata; quem, não obstante a resistência,

imobiliza ou manipula o corpo de outro; quem impede materialmente outro de cumprir determinada ação. *A violência pode ser direta ou indireta. É direta quando atinge de maneira imediata o corpo de quem a sofre. É indireta quando opera através de uma alteração do ambiente físico, no qual a vítima se encontra, ou através da destruição, da danificação ou da subtração dos recursos materiais. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo: uma modificação prejudicial do estado físico do indivíduo ou do grupo que é o alvo da ação violenta.*

O termo **violência** está associado ao conceito de força. Porém, é importante distingui-la da noção de “poder”. Pois o poder é a modificação da conduta do indivíduo ou grupo, dotados de um mínimo de vontade própria. O poder muda a vontade do outro. A violência é uma alteração danosa do estado físico e emocional de indivíduos ou grupos. A violência, então, muda o estado do corpo, de suas possibilidades ambientais e instrumentais. Vale destacar que a violência é também empregada como um meio para exercer o poder ou para aumentar o próprio poder no futuro. Ao se exercer poder, consegue-se intervir sobre a vontade do outro, entretanto com a violência, pode-se obter uma omissão, isto é, immobilizando, prendendo ou gerando na vítima o terror que a obriga a fugir, podemos impedi-la de realizar qualquer ação socialmente importante para sua vontade de ser. É então, o resultado de definir que não se pode fazer com que esse ser acredite em alguma questão, a não ser que recorramos à medida extrema de suprimi-lo. Ainda, pode se recorrer aos conhecimentos da bioquímica, da farmacologia como instrumento de intervenção física para alterar o habitat da vítima, alcançando limites de *eficácia* na prática da violência.

A **violência** que golpeia, suprime, nega ao outro ser, expressa de uma parte a superioridade da força do perseguidor, mas, de outra parte, expressa também sua impotência nas ameaças para dobrar a vontade da vítima. Neste sentido quem exerce violência está exposto na fragilidade que o obriga a violentar e a importância, desse modo, estará no reconhecimento dos interesses que impulsionam sua conduta. O recurso da violência é um traço característico do poder político ou do poder do governo. Max Weber²⁵, ao se

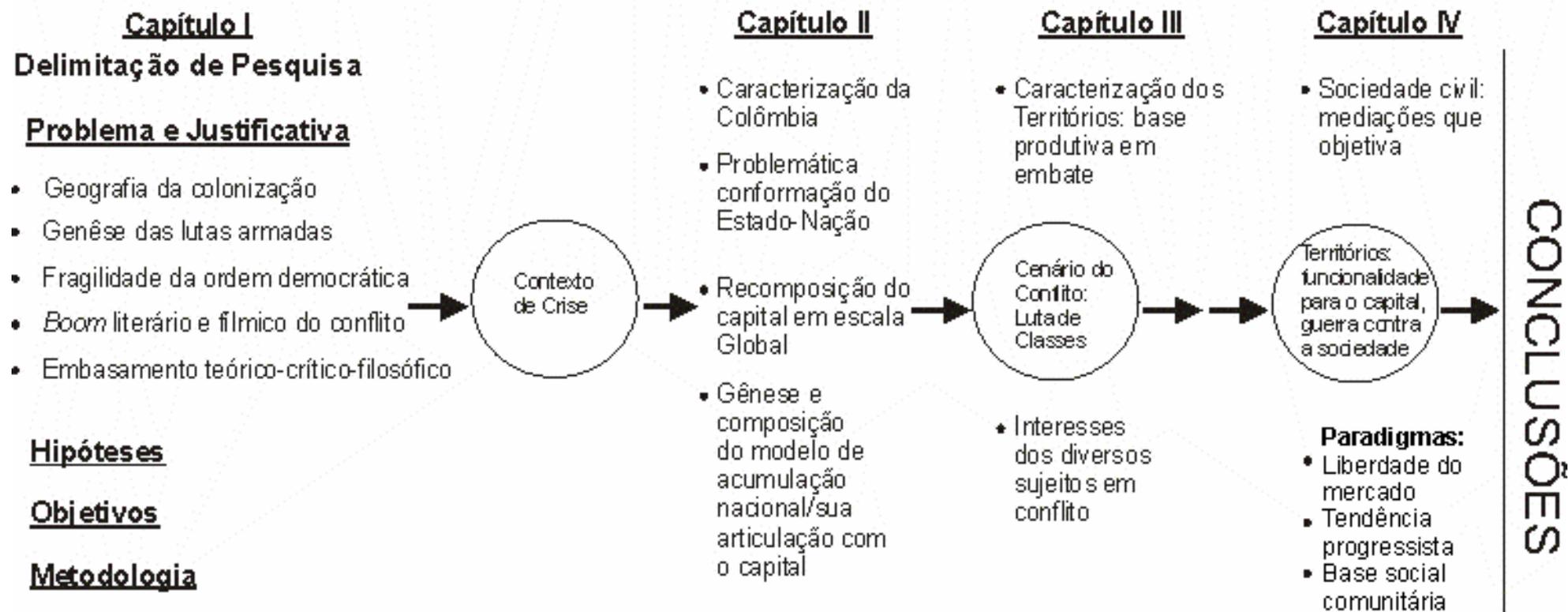
25 WEBER, Max.(1962:75)

referir ao sentido sociológico do poder do governo, afirmava que este baseia-se no monopólio da *violência legítima*.

A função de aterrorizar da violência parece indispensável para obter a finalidade mínima de um governo, no empenho da *manutenção da coexistência pacífica* entre as classes sociais, na condição de interesses antagônicos. Nessa dinâmica, o monopólio da violência nunca é absoluto: o governo utiliza a violência através de um ou mais aparelhos especializados (a polícia, o exército), que dispõem de meios materiais para exercê-la. Mas, outras violências são suscitadas, e a partir da “violência legítima”, são reconhecidos os usos que se consideram a “violência ilegítima”: os usos da violência que não partem diretamente do poder político, e são declarados como ações de particulares. Estaria aqui a razão da afirmação do pensamento dominante na Colômbia ao caracterizar o conflito como expressão de uma “dupla governabilidade” que deverá sofrer repressão internacional para se chegar ao estabelecimento da “governabilidade única e legítima” de Estado.

Finalmente no Diagrama 01 demarcamos o Esquema Metodológico da Sistematização de Pesquisa, para melhor acompanhar nossa reflexão e síntese.

Diagrama 01. Esquema Metodológico da Sistematização de Pesquisa



CAPITULO II

CENÁRIO DO CONFLITO: QUALIFICAÇÃO DA COLÔMBIA NESSE CONTEXTO

1. Caracterização geográfica, política, histórica e sócio-econômica da Colômbia, na perspectiva do foco de Pesquisa.

A Colômbia está situada no extremo noroeste da América do Sul – ver Mapa 02. O território colombiano é cortado pela Cordilheira dos Andes e coberto pela predominância de vastas áreas de florestas tropicais²⁶. É o único país de Sul América que possui costas em dois oceanos: o Pacífico, ao oeste e o Atlântico, que forma o mar Caribe ou das Antilhas, ao norte com 2.952 quilômetros de costa, sua área marítima é de aproximadamente 928.660 km².²⁷. – Ver Mapa 03.

Limita-se com onze países, dos quais com cinco fronteiras terrestres: Venezuela, Brasil, Peru, Equador e Panamá; e com seis, dividindo suas águas: Costa Rica, Nicarágua, Honduras, Jamaica, República Dominicana e Haiti.

A República da Colômbia tem como capital a Cidade de Santa-Fé de Bogotá. Sua divisão administrativa compõe-se de 32 Estados e do Distrito da Capital. A área total do país é de 1.141.748 km², segundo dados do “Instituto Geográfico Agustín Codazzi – IGAC – “ o território colombiano ocupa o quarto lugar em extensão em Sul América e o sétimo nas Américas. Sua população é de 45,29 milhões de habitantes, dos quais 50,5% são mulheres e 49,5% são homens; 72,3% vivem em centros urbanos e 27,6% em áreas rurais. Sendo que, nos últimos anos, a migração do campo às cidades está sendo intensa.

²⁶ Dois Terços do território estão cobertos por florestas tropicais.

²⁷ “Colombia está localizada entre sus extremos, así: por el norte, 12º 27’ 46” de latitud norte, en “Punta Gallinas” en la península de la Guajira, que a su vez, es el punto más septentrional de Suramérica; por el sur, 4º 13’ 30” de latitud sur, en el sitio de desembocadura de la quebrada San Antonio, cerca de la ciudad de Leticia en el departamento del Amazonas; por el oriente 66º 50’ 54” de latitud oeste del meridiano de Greenwich, en la isla de San José en el río Negro, en el departamento del Guainía, frente a la Piedra del Cocuy, punto de confluencia de los límites de Venezuela, Brasil y Colombia; y por el occidente, 79º 01’ 23” de longitud al oeste del meridiano de Greenwich, en la desembocadura del río Mira al Océano Pacífico, en el departamento de Nariño. Colombia también comprende: en el mar Caribe, el Archipiélago de San Andrés, Providencia y Santa Catalina y más cerca del litoral, la isla Fuerte y los archipiélagos de San Bernardo y del Rosario; en el Océano Pacífico, la isla de Malpelo y hacia el oriente, las islas de Gorgona y Gorgonilla, frente a las costas de los departamentos de Cauca y Nariño”. (<http://www.ASPECTOS FISICOS.Colombia.htm>)

Mapa 02. Localização da Colômbia na América do Sul.



Mapa 03 - Mapa Físico da Colômbia



A história da Colômbia pode ser dividida em cinco períodos principais:

- *Prehispânico*: começa nos anos 13.000 a 12.000 a.C. com a chegada dos primeiros povoadores procedentes da Ásia. Estes vão se espalhando até se agrupar em três grandes famílias, distribuídas no território: *Chibcha*; *Caribe* e *Arawac*;
- *Conquista*: começa no século XV com a chegada dos espanhóis, sendo reconhecido o primeiro grupo comandado por *Alonso de Ojeda*, *Juan de la Cosa* e *Américo Vesputio*, em 1499, que realizou a primeira expedição ao território.
- *Colônia*: Inicia em 1550, sob exploração do trabalho indígena e retiro massivo das riquezas, através da Coroa Espanhola que governara na figura de *virreyes*, *real audiência* e *presidente*. Este processo impulsiona diversas resistências indígenas contra a injusta ordem imposta que culminam no movimento do 20 de julho de 1810.
- *Independência*: Entre 1810 e 1819 os exércitos sob comando de Simon Bolívar, guerreiro crioulo, desenvolvem diversas batalhas contra os espanhóis até derrotá-los na *Batalha de Boyacá*.
- *República*: Constituída em 1821 como “*La Gran Colômbia*” e integrada pelos estados de *Cundinamarca*, *Venezuela* e *Quito*. Sendo que, em 1831, tanto Equador como Venezuela se organizam em repúblicas e, em outubro do mesmo ano, a Assembléia Constituinte decreta a formação da “República de la Nueva Granada”. Em 1860, se expede a constituição de “federalismo absoluto”, adotando para a república o nome de “Estados Unidos de Colômbia”. Finalmente, em 1886, a Constituição outorga ao País o nome de “República de Colombia” e se decide a divisão em Departamentos [Estados] regidos por governadores, nomeados pelo Presidente da República.

Um resumo trazido de GONZALEZ(2000: 90-93) caracteriza o processo colonial da seguinte maneira:

O “modo de produção colonial” gera-se na América com o objetivo de implementar a colonização europeia no Novo Mundo, atendendo às exigências do capital mercantil através das “colônias de exploração”²⁸.

28 No século XV, a Espanha estava em fase de transição do feudalismo para o capitalismo, sendo o capital mercantil predominante.

Seguindo o exposto por LERMA (1998: 26),

“Durante os séculos XV, XVI a Europa passava por drásticas mudanças resultantes da crise do sistema feudal e do incremento de atividades comerciais motivadas pelos novos ideários do renascimento que determinaram a redefinição dos tradicionais padrões de riqueza e poder existentes. Como consequência destas mudanças econômicas, grandes contingentes da população europeia foram expulsos do campo para as cidades à procura de emprego. Porém, existia, naquela época, uma grande demanda para qualquer emprego oferecido. As demandas da economia colonial, sustentavam a sua exploração na mineração e no cultivo da cana-de-açúcar, atividades para as quais a população europeia era inexperiente. Os europeus, tinham amplo conhecimento das habilidades das populações africanas nesse tipo de trabalho, a partir dos intercâmbios comerciais estabelecidos entre eles”

Uma vez que a escravidão negra se constituía em fonte de riqueza para as companhias metropolitanas especializadas em compra e venda de força de trabalho escravo, esta foi amplamente utilizada. Sendo assim, a continuação da extração do ouro, da exploração do cultivo da cana e do comércio de escravos, constituíam-se em princípio na base material de acumulação para a economia mercantilista espanhola da época²⁹.

Conforme OSPINA (1999);

Esos cuatrocientos hombres que sojuzgaron el Imperio Azteca y esos menos de doscientos que avasallaron el Imperio Inca eran brutales y cometieron incontables atrocidades, empujados por la necesidad y llevando cada uno a cuestras un pasado personal a menudo miserable, no conformaban ejércitos; eran pequeñas expediciones demenciales y casi suicidas enfrentadas a um mundo ignorado y cercadas de muchedumbres indescifrables... En la Conquista de América abundan los crímenes, pero históricamente más que ser vista como un hecho criminoso, tiene que mirarse como una tragedia: como el choque de dos mundos, de sus visiones que se validan cada una a si misma, pero que no logran encontrar una síntesis. Europa, además de su insaciable sed de poder y de su codicia ilimitada, necesitaba salir de si misma: estaba llena de fuerzas que, como el espíritu imperial de Roma y el espíritu del Cristianismo eran, por su propia naturaleza, expansivas.

Como esquecer que os europeus, e em particular os espanhóis, eram afeitos às conquistas. Ocupada a península sucessivamente por fenícios, cartagineses e romanos, por visigodos e pelos mouros, se algo não cabia na cabeça de um espanhol era a idéia da inviolabilidade de um território e de uma cultura. Assim, *o mundo parecia ser de quem se apoderara dele*. Destacar que

²⁹ No processo colonizador, estabeleceu-se a escravidão dos negros, desde o século XVI até o século XIX.

frente à fria ferocidade do extermínio total dos nativos que se deu na América do Norte, a conquista espanhola esteve cheia de escrúpulos, de ambigüidades, de contradições; dizer, então, que o planeta, tal como hoje o concebemos, nasceu com a Conquista de América;

OSPINA, assim menciona este processo:

O novo continente na história européia mudou de muitas maneiras a noção que o Velho Mundo tinha de si mesmo: fez aos homens ter uma nova concepção do espaço planetário; abriu uma época de explorações e conquistas e renovou as inquietações espirituais da civilização; mostrou a incompreensão, a barbaridade de uma cultura várias vezes milenária, trazendo à luz suas superstições, suas intolerâncias; movimentou um processo de exploração de riquezas incalculáveis; aniquilaram valiosas populações, fundamentais culturas; semeou a religião e as línguas de Europa sobre as cinzas dos deuses nativos; colocou no mar um povo de aves de rapina; encheu de temas novos a imaginação dos homens. Espanha, como protagonista desse Descobrimento e dessa Conquista, foi vivida num papel de hegemonia mundial que a converteu no século XVI no cruzamento de todos os caminhos e na encruzilhada de todas as forças históricas.

A posição de domínio sobre a Itália e o Mediterrâneo, a condição de herdeiros de reinos, seu poder sobre comarcas de ultramar, unindo tudo isto às grandes riquezas tiradas do solo americano, fizeram de Carlos V o primeiro rei do mundo e, de Espanha, o escudo do catolicismo contra tudo o que fosse distinto e contra todo o novo. Mas, essa cruzada múltipla e implacável feita historicamente contra a civilização moura, contra a cultura judia, contra as culturas nativas de América, somada a seu conflito frente à Reforma protestante, em tudo isso se definiu no século XVI o futuro de Espanha e, em grande medida, o futuro do mundo. Com a mudança do planeta, Espanha viveu sua própria agonia: ela se desgastava em contradições³⁰.

A Conquista da América, a cruzada contra os mouros, a expulsão dos judeus, o ouro do Eldorado, a prata do Potosí, o Concílio de Trento, a batalha de Lepanto, a Contra-reforma, a catástrofe da Armada Invencível, isto tudo lhe dizia adeus a um mundo e anunciava o advento de tempos distintos. Se podemos dizer que o século XIX foi

³⁰ A Espanha invocava os direitos soberanos da nação para expulsar os mouros e os judeus, porém, ao mesmo tempo legitimava sua invasão de outros reinos em nome da cristandade, de levar o catolicismo, sendo por sua vez, contrariada pelas evidências da ciência que negava verdades milenárias dessa religião: escuros dogmatismos foram confrontados, inaugurando-se a modernidade, a idade das grandes mestiçagens étnicas e culturais, embora a mesma Espanha tentasse estender a hegemonia monolítica de uma cultura. Sendo o país que inaugurava a Idade Moderna e um dos núcleos do Renascimento, trouxe para a América espólios da Idade Media tardia, essa contradição entre as maiores audácias e seu refúgio por séculos traz uma incompreensível muralha de conventos e de quartéis.

um século inglês, que o século XVIII foi um século francês, não temos dúvida que o século XVI foi especialmente um século ibérico e particularmente espanhol. OSPINA (1999).

Parece impossível a convergência num momento histórico de idades tão distantes, tão incompatíveis³¹. Na América, a guerra entre conquistadores e nativos não era comparável talvez com nenhuma das guerras antigas: foi o choque entre uma cultura da língua oral e uma cultura da língua escrita, entre a memória e o livro. Gabriel García Márquez, diz que houve um momento na história desse encontro em que *muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las tinham que mostrá-las com o dedo*.

Nessa condição de exploração da força de trabalho dos escravos, da luta dos nativos que conseguiram resistir à relação escravista, foi configurando-se a base material da produção da riqueza, o saque das riquezas do país, a supremacia do capital mercantil, em estreita ligação à exploração da natureza, a orientação econômica, a decisão política e o tecido de interesses entre dominadores e subalternos. Instauravam-se as bases para o nascimento da propriedade privada.

Em 1700, aconteceu a “Revolução dos Comuneros”³², primeira revolução importante que mobilizou a população basicamente mestiça contra as medidas econômicas impostas pelo regime colonial através de figuras como

31 Conforme USLAR PIETRI, Lo que comienza no es una Nueva España, ni un nuevo Portugal, sino una nueva dimensión de la heredad histórica en otro escenario y con otros autores. Cuando comienza el siglo XVIII, el Nuevo Mundo es el que se ha formado en Iberoamérica y que Europa mal conoce y poco comprende...El tiempo de la humanidad separada termina y se adquiere por primera vez la visión global del planeta, el centro del mundo se desplaza del Mediterráneo al Atlántico, todo el globo se llena de caminos de agua y la tierra se hace una. Un Nuevo Mundo americano, formado en un desarrollo secular de toma de posesión de la tierra, de convivencia física, de simbiosis de culturas, de mezcla de razas y de mentalidades, de adaptación a nuevas moradas y nuevos interlocutores. Desde ese momento ni el europeo, ni el indígena, ni el africano pudieron seguir siendo los mismos. Las tres culturas, en grado variable, se combinaron y mezclaron para crear un hecho diferente, todavía no enteramente reconocido ni definido, que se reflejó en todas las formas de la vida, de la mentalidad y de la relación entre las gentes. La grandiosidad y el misterio de la naturaleza americana iban a ejercer un poderoso influjo en la sensibilidad y la imaginación europeas...En el nacimiento del capitalismo financiero y de los modernos sistemas monetarios, está la avalancha de metales preciosos americanos. Miles de toneladas de oro y plata desbordaron el marco estrecho de las transacciones medievales para crear un mercado financiero transnacional. In. El Correo de la Unesco, Junio, 1992 pp. 9-14

32 A citada Revolução ocorreu em Zipaquirá e foi liderada por José Antonio Galán, um mestiço que lutou contra a exploração colonial.

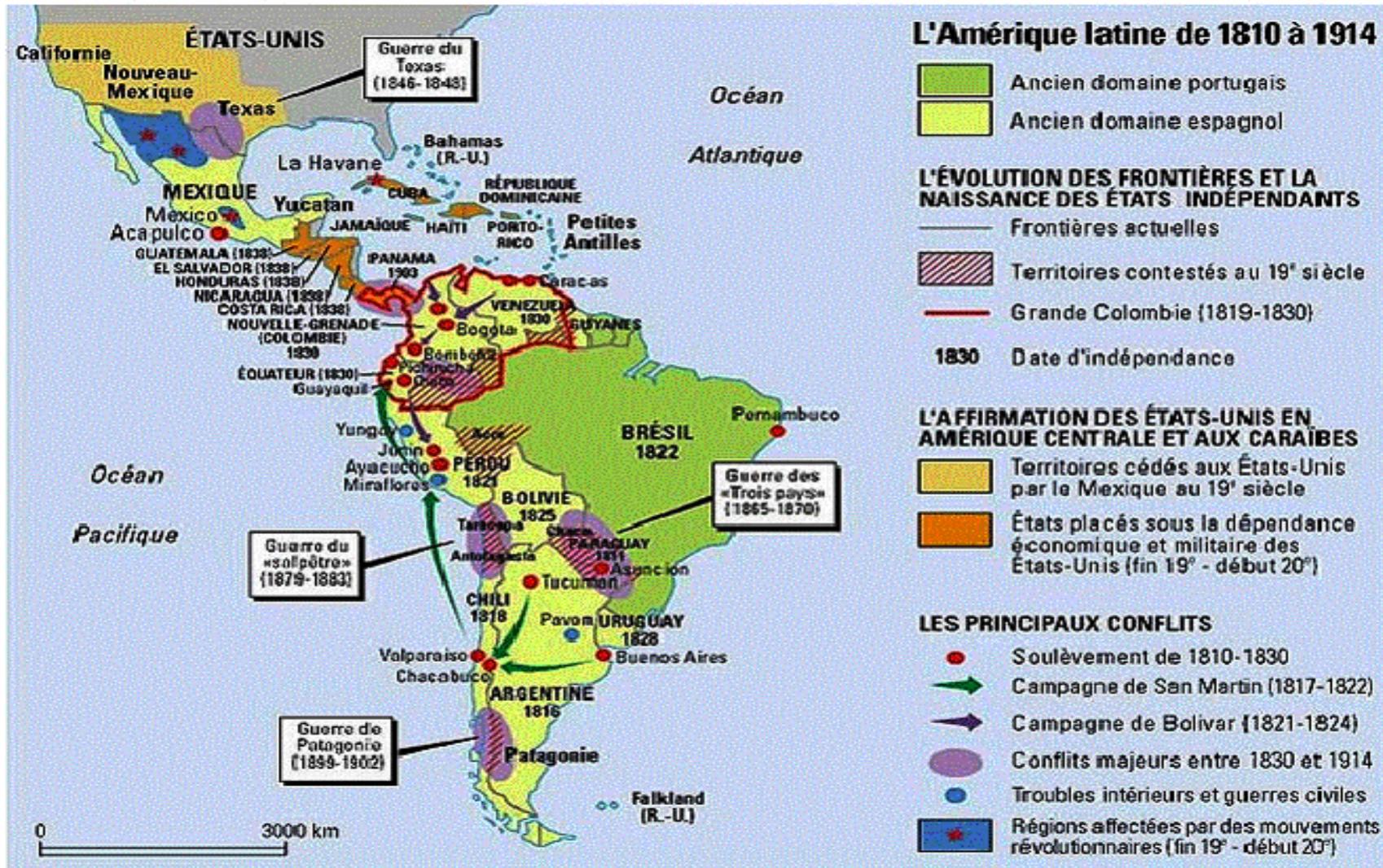
“a *mita*, a *encomienda* e os *resguardos*”, na exploração do trabalho humano e das riquezas do território.

Em 1810 foi conquistada a independência em relação às colônias espanholas. Simón Bolívar – o “Libertador da América” – vitorioso na guerra de Independência foi a partir de 1821 o presidente da “Gran Colombia”, que era constituída pela unificação da Colômbia, Panamá, Venezuela e Equador. Essa unificação é desfeita progressivamente, tendo ocorrido em 1831, a separação da Venezuela e Equador e em 1903, a separação de Panamá, consolidado, desse modo, este processo pela formação de Estados Independentes.

Vamos aproveitar a cartografia de “Le Monde diplomatique” para melhor ilustrar a história da América Central e América Latina entre 1810 e 1914 – Ver Mapa 04. As legendas nos representam as mudanças nas fronteiras e o estabelecimento da libertação dos Estados.

Assim mesmo, os principais conflitos sob comando das campanhas de libertação de José San Martín e de Bolívar. Observa-se a delimitação do território da “Gran Colômbia” entre 1819 e 1830 na visão de Simón Bolívar, assim como as datas das diversas guerras de independência, acompanhadas dos nomes dos Países. No México do Século XIX o território “cedido” aos EUA.

Mapa 04. A América Central e América Latina entre 1810 e 1914.



Fonte: Le Monde diplomatique, "La marche vers l'indépendance", por Philippe Rekacewicz, 2002

Com relação à divisão político-administrativa da Colômbia, esta estabeleceu a configuração territorial nacional sob a figura de Estados [departamentos], sendo hoje 32 estados, os quais se subdividem em 1098 Municípios que, por sua vez, se subdividem em *Corregimientos* e *Veredas*. As origens deste sistema remontam à Colônia. Hoje também há quatro distritos sob tratamento especial: *Bogotá* [Distrito Capital]; *Santa Marta* [Distrito Cultural e Histórico]; *Cartagena de Índias* [Distrito Turístico e Cultural] e *Barranquilla* [Distrito Industrial e Portuário].

O recurso bosque é a riqueza de recursos naturais renováveis que, associados ao meio ambiente, são vitais para os seres humanos. Na Colômbia esta riqueza foi calculada aproximadamente em cinqüenta e três milhões (53'000.000) de ha³³., distribuídas nas regiões naturais. Concordando com sua disponibilidade de comercialização, os bosques estão agrupados em:

Bosques comerciais e madeireiros não intervindos são os bosques que podem ser aproveitados para a indústria madeireira e seus subprodutos. Estes bosques têm tido uma mínima intervenção humana.

Bosques comerciais e madeireiros intervindos são os bosques que tendo características semelhantes aos anteriores, foram aproveitados pelos seres humanos.

Bosques não comerciais nem madeireiros, por razões físicas, são aqueles que por sua área topográfica, sob condições de fortes colinas, com difícil acesso e alta erosão do solo, não são explorados comercialmente pelo homem. Também porque neste tipo de bosques se encontram poucas espécies de valor comercial.

O principal aproveitamento de bosques se realiza na região do Litoral Pacífico, com base em espécies madeireiras de valor comercial, nas áreas próximas aos rios e desse modo, com fácil acesso para o transporte e exploração.

A Amazônia está coberta pela maior extensão de bosque do país e está considerada como a área de maior bosque sem ter tido intervenção. Situação que resulta da falta de acessos e das grandes distâncias no percurso

33 file:///D:/internet%20cbia%20artigos/revistas%20artigos/ASPECTOS%20FISICOS%20colombia.htm

pelos rios que a separam dos centros de comercialização. Isto faz que sua exploração não seja economicamente rentável.

A climatologia na Colômbia, por encontrar-se o território nacional em zona de baixas latitudes, possui um clima tropical que é afetado pela altitude com relação ao nível do mar. O sistema montanhoso, como principal fator e acompanhado pelos ventos alísios são os responsáveis pelas mudanças climáticas: as temperaturas diminuem à medida que sobe, para 1°C por cada 187 metros, aproximadamente. A Colômbia não possui, então, estações térmicas pelo fato de estar situada no Trópico, porém, ao ser perpassada pelas formações de releve [montanhas] tem diversidade de picos térmicos, especialmente na região andina.

Desse modo, o território colombiano se pode subdividir em quatro pisos térmicos: o cálido, com altitudes inferiores aos 1.000 m.s.n.m., que compreende 80% da extensão do país e temperaturas superiores a 24°C; o templado ou médio, com altitudes entre 1.000 e 2.000 m.s.n.m., que cobre aproximadamente 10% de nosso território com temperaturas que oscilam entre 17 e 24°C; o frio, compreendido entre altitudes de 2.000 e 3.000 m.s.n.m. com temperaturas entre 12 e 17°C, que cobre 8% do território nacional; e de picos, localizados a mais de 3.000 m.s.n.m. e temperaturas inferiores a 12°C.

Com relação à hidrografia a Colômbia é reconhecida como país que possui abundantes recursos hídricos no mundo, representados nas águas oceânicas do mar Caribe e do Litoral do Pacífico; assim como constituída essa riqueza pelas lagoas, várzeas e pântanos; as águas de correntes que são formadas pelos riachos, arroios, rios e águas subterrâneas. Estas últimas são abundantes e possuem riqueza em minérios, facilitando a conformação das chamadas águas térmicas.

As águas que percorrem o território estão divididas em cinco vertentes, bem identificadas no sistema orográfico, estas são:

A Vertente do Caribe está formada pelos cursos que vertem suas águas no mar Caribe diretamente, ou através do principal rio do sistema: o *Magdalena*, seus afluentes são os Rios *Cauca*, *Cesar*, *San Jorge*, *Carare*, *Sogamoso*, *Lebrija*, *Saldaña*, *Bogotá*, *Negro*, *Sumapaz*, *Guarinó*, *Lagunilla*, *la Miel*, *Malena* e *Nus*. Independente, deste sistema, mas, na mesma área, o Rio

Atrato tributa suas águas no *Golfo de Urabá*, recebendo numerosos rios em seu percurso.

-A Vertente do Pacífico está formada pelas correntes que seguem para o oceano, compreende os Rios *San Juan, Patía, Baudó, Mira, Micay, Dagua, Anchicayá, Guapi, Iscuandé* e *Mataje*, dentre outros.

-A Vertente Amazônica é a maior do mundo na Colômbia, está constituída pelas bacias dos rios *Putumayo, Caquetá, Vaupés, Guainía* ou *Negro, Apaporis, Caguán, Orteguzaza, Yará, Igará-Paraná* e *Cahuinarí*, dentre outros.

-A Vertente do Orinoco está composta principalmente pelos rios *Arauca, Meta, Vichada, Guavire, Inírida, Guayabero, Ariari, Casanare, Tomo, Cusiana, Tuparro* e *Guarrojo*.

-A Vertente do *Catatumbo* deposita suas águas no *Lago de Maracaibo* na *República Bolivariana de Venezuela* e, seus principais afluentes são os rios *Catatumbo, Zulia, Sardinata, Táchira, Tarra, Cucutilla, San Miguel, Presidente, Guarumito* e o *rio de Oro*.

A Colômbia está dividida em seis grandes regiões naturais que, a conseqüência da topografia diversa do País, oferece condições climáticas, de vegetação e solos variadas. Estas regiões são: i) Caribe; ii) Pacífico; iii) Orinoquia; iv) Amazônia; v) Andina e, vi) Insular conformada por *San Andrés, Providencia* e *Santa Catalina, Alicia, Quitasueño, Serrana, e Serranilla*; dentre outros.

Desse modo, é importante destacar que mais de 33% do território colombiano é montanhoso, entretanto, os 67% restantes estão constituídos por vales, planícies e lhanos que favorecem a formação de grandes bacias hidrográficas, gerando imensos recursos em água e fonte para a geração de energia. Ver Mapa 05 detalhando a hidrografia colombiana, IGAC(2004). Nesta diversa geografia, as riquezas de petróleo, gás, minérios, água, produtos agrícolas e pecuários, assim como os recursos biogenéticos fazem parte das importantes reservas genéticas, energéticas, alimentares e culturais de atrativo para os investidores privados. Reparamos que as bacias hidrográficas de Amazonas; Orinoco; Magdalena e Cauca são reconhecidas como “hidrovias” para a interconexão futura da América do Sul.

MAPA 05. HIDROGRAFIA COLOMBIANA



Desde a segunda metade da década de 80, a população vem reivindicando a necessidade de fazer um novo ordenamento territorial considerando as características geográficas, históricas, sócio-culturais e econômicas na ocupação e uso dos territórios. A colocação central é a partir das cinco regiões naturais. Propõe-se diminuir o número dos Estados, considerando-se a vocação econômica própria que aglutinam, em condição de sustentar um circuito econômico, cultural e social que limite a típica exploração gerada desde os centros urbanos e que redunde em prejuízo para os *territórios estratégicos*. Exploração que coloca estes territórios no rumo de projetos de desenvolvimento na mão de diversos interesses [terra; água; minérios, etc.], representando a continuidade da típica herança do comportamento colonizador³⁴.

Atualmente, as populações indígena e *afrodescendente* se concentram primordialmente assim: os descendentes dos indígenas ocupam as entidades territoriais chamadas “resguardos indígenas”³⁵ e os afrodescendentes se concentram no litoral Pacífico e no Atlântico, muito especialmente no Estado do Chocó.

Por razões climáticas, a população *precolombina* havia se concentrado na Região Andina. Os espanhóis fundaram cidades portos no Caribe e centros povoados no chamado eixo andino, ao redor dos quais estabeleceram encomendas e resguardos. Com isto, se originou uma estrutura bimodal de posse da terra: latifúndios (encomendas não divididas) ou minifúndios (encomendas ou resguardos divididos).

No minifúndio trabalhava toda a família camponesa. Havia um excedente de mão de obra relativo aos demais fatores de produção, entretanto, o latifúndio absorvia pouca mão de obra, porque o uso da terra era extensivo. Desse modo, se produzia um excedente de população rural, que tipicamente

34 No capítulo IV caracterizaremos os territórios associados aos usos que as diversas classes sociais lhe outorgam, constituindo o marco da sua participação no circuito da economia nacional e internacional.

35 Há na Colômbia 84 povos indígenas que possuem terras em qualidade de Resguardos e equivalem a cerca de 20 milhões de ha, quer dizer a quinta parte do território nacional. Na região Andina e no Pacífico habitam o 80% da população indígena, a grande maioria habitam na Amazônia, há também nos Llanos Orientais e na península da “Guajira”. Na Amazônia colombiana existem 150 territórios legalmente constituídos pelo Estado como resguardos indígenas, abarcando 400 mil quilômetros (33% da superfície do país). http://www.desdeabajo.info/mostrar_articulo.php?tipo=actualidad&id=598 EL PUEBLO NASA Y EL DERECHO A LA TIERRA Date: Tue, 6 Sep 2005 14:18:00 -

migrava para as cidades e, ao mesmo tempo constituía-se em um exército de reserva para colonizar novas zonas de fronteira.

A migração para essas zonas de fronteira se constituiu em um processo complexo que poder-se-ia efetivar de forma direta ou por etapas, ocorrendo fatores de atração e também de expulsão. Historicamente, dado à falta de reforma agrária e à abundância de terras sem ocupação, a colonização foi uma válvula de escape para a pressão demográfica e para adiar o compromisso político de liderar reformas sociais, desde o centro do poder.

Observa-se que o processo de colonização teve lugar em duas grandes margens geográficas, fora do eixo andino:

Nas margens próximas, correspondentes às Ihanuras do Caribe e às vertentes externas dos Andes. Fase que durou até bem entrado o Século XX e suas ondas foram a colonização antioquenha, a colonização das Ihanuras de costa e do Magdalena médio. Sua lógica poderia ser de conexão (do Caribe com os Andes) e densidade (incorporação plena das Ihanuras e pés de montes). Excetuando o café, essa colonização abriu novas áreas para o latifúndio, permanecendo a dualidade. Quer dizer, minifúndio nos Andes e na zona cafeeira; latifúndio fora dos Andes.

Nas margens afastadas, as Ihanuras e bosques da Costa Pacífica, Orinoquia e Amazônia. Esta fase se acelera entre 1985-2005, como resultado do crescimento demográfico, do deslocamento forçado pela violência e da bonança local, tanto lícita (petróleo, banana, esmeraldas, ouro, borracha, etc) quanto as ilícitas (cocaína, papoula, maconha, etc..). Acontece um incessante embate pelo comércio de mercadorias que resultam de processos especulativos nos quais se explora mão de obra camponesa, gerando-se valor para o capital.

Sobre esta espécie de “U”, desde o Sul até o centro do País, se encontram as **zonas de colonização**, constituídas historicamente, nas quais o conflito vem-se reproduzindo, sustentado através de diversas fontes de financiamento. Ver Mapa 06

MAPA 06. O U zonas de colonização



Nos parece que estas terras de colonização partilham a cultura de *territórios de fronteira*, onde a população desenvolve sua criatividade, seu esforço, sofre mobilidade contínua e procura diversas alternativas para a sobrevivência. Porém, sempre termina lidando com a incerteza, a vulnerabilidade, o engano, indefesa diante dos donos do capital, donos dos meios de produção e/ou do mais bem armado. São territórios nos quais o Estado historicamente intervém de maneira ambígua, segundo seus interesses em cada território.

Nestes territórios se prolonga a corrupção e acontecem diversos projetos, ao lado das peculiaridades da economia que institucionalizam práticas de controle local para o cumprimento de contratos. Por exemplo: o endividamento ou hipoteca de fundos ao colono se garante com títulos sobre sua terra; as autoridades fiscalizam e prendem traficantes de droga na comercialização menor para evitar mexer com narcotraficantes em outra escala de sua estrutura organizativa e produtiva, aos chamados “raspachines” [raspam a folha de coca] se lhes paga em “basuco” [droga derivada da coca] para atá-los ao provedor, etc. Através deste engenho e flexibilidade procuram estabelecer uma ordem diante da presença ambígua do Estado, porém, essa ordem termina beneficiando os interesses dos capitais que transitam pelas zonas de fronteira.

Arbitrariedades que levam a gerar justiça pela própria mão ou por mão contratada, sendo estas áreas vulneráveis à prática de justiça privada e à reprodução de exércitos paralelos irregulares. Estas são associações privadas de proteção, remuneradas para proteger monopólios de algum tipo de riqueza na circulação dos interesses de mercado.

Para melhor compreender a gênese dos processos de colonização na Colômbia vale trazer uma memória da década de 1950, que corresponde a guerrilheiros camponeses em fase de negociação para entregar suas armas. A Foto 01 nos ilustra uma manifestação da organização camponesa, em 1953 e, logo a seguir, um depoimento, na lembrança de um dirigente fundador da Associação Nacional de Usuários Camponeses da Colômbia - ANUC:



Foto 01- Guerrilheiros na Praça Cabrera, Cundinamarca, momentos antes de fazer a entrega das armas (30 de outubro de 1953). Fonte: "Voces de emancipación", Alfredo Molano, 2003.

"Mi abuelo materno se fue a vivir a Pasca después de la Guerra de los Mil Días. Era un hombre liberal, oriundo del oriente de Cundinamarca, que nos contaba las hazañas de los ejércitos liberales. Se sentaba con nosotros, los que éramos niños, a contarnos lo que se sabía de esos tiempos. Había sido alférez de Uribe Uribe, era muy firme. El viejo repetía que los godos no habían ganado la guerra, sino que los liberales se habían entregado. Él fue de los que tuvo que ver con el levantamiento de los peones y jornaleros de la hacienda El Retiro en el Sumapaz; fue una de las personas que ayudó a que la gente levantara cabeza y se enfrentara a los propietarios, o sea a los presuntos dueños de esas tierras. De ahí surgió mi mamá como dirigente de La Colonia. Yo nací en el 30 en una parcela que nos dejaban trabajar los dueños de la Hacienda. Éramos diez hermanos, ocho hombres y dos mujeres. Vivíamos en una casa de dos piezas y una cocina.

Mis hermanos y yo empezamos a acompañar a mi mamá a las reuniones. Al principio se me hacían largas y no entendía bien lo que decían, aunque me gustaba mirar tanta gente junta. Eran reuniones grandes de 300, 400 personas, un día llegó a La Colonia el periódico de Erasmo Valencia, que se llamaba Claridad. Mi mamá nos lo hacía leer en alta voz por las noches y al otro día se iba a hablar con sus compañeros, a contarles las orientaciones que daba Erasmo Valencia. A resultas de las peleas que salían de esas reuniones, nuestra suerte mejoró un poco. Ya por lo menos teníamos tierras donde trabajar lo nuestro. La prueba fue que la gente comenzó a construir casa. Mi primer jornal se lo gané a un tío llamado Luis, hermano de mi mamá, por

acejarle la yunta de bueyes. Después, más grande, empecé a trabajar con mi papá en la parcela que habíamos ganado peleando.

Juan de la Cruz llegó a Sumapaz, a Cabrera con su padre, don Dionisio, por allá en los años veinte. Llegaron por la falta de tierras en su tierra, Ráquira. Fue una migración por pobreza, la gente llegaba al Sumapaz a buscar como colonos otra vida. Eran tierras baldías y enmontadas. Don Dionisio estuvo también en la guerra de los Mil Días, fue corneta. Los Varela llegaron a la vereda de Pueblo Viejo, donde había una pelea con la familia Pardo Roche que pretendía ser dueña de todo aquello. Dicen que a raíz de una trifulca Juan de la Cruz se echó para los lados de Villarrica, y se afincó en una vereda llamada Mundo Nuevo. Juan de la Cruz, que era entendido y llevaba la semilla de la pelea por la tierra. Allí también se vivía muy miserablemente. Hizo un acta muy bien redactada y la gente se amañó mucho con él. Le dieron trabajo y parcela.

Allá se volvió dirigente campesino, y hasta político, cuando la muerte de Gaitán nosotros estábamos trabajando en una arveja que teníamos en lo alto de la finca. A eso de las 2 pm sonó el cacho. Era un viernes. Nos pareció raro, pero recogimos la herramienta y paramos en la casa de la Junta Campesina. Allá supimos: habían matado a Gaitán. Nadie sabía qué hacer. Todos sabíamos, sí, que era grave, muy grave y que la tormenta se venía encima. Algunos colonos sacaron las escopetas que tenían guardadas desde la guerra, y todo mundo se puso a esperar la orden de Bogotá. Todo mundo estaba listo, pero como se trataba de volver a la guerra, todos necesitaban un general, una cabeza. Y esa cabeza se regaló, se vendió. Se llamaba Darío Echandía. Ospina la compró barato. De todos modos la cosa comenzó. Don Pablo Bello y don Pedro Acosta, que eran dirigentes venidos de Chaparral, de oír pelear al indio Quintín Lame, se echaron al monte a abrir camino por ahí con los recolectores de café. Erasmo Valencia había muerto a los pocos días de ser asesinado Gaitán, y los colonos habían nombrado a Juan de la Cruz en su reemplazo. Él tenía su gente por los lados de La Concepción en lo mas frío del páramo; se mantenía por allá y desde allá dirigía el movimiento que a su lucha por la tierra había sumado otra causa después del 9 de abril, la de la lucha por la vida. Así fue que un día el ejército nos atacó en La Concepción, que era la puerta de entrada al Sumapaz. Supimos defendernos porque teníamos buena información.

Los soldaditos salieron mal librados. De La Concepción salimos con Juan de la Cruz para el Duda. La idea era luchar para derrocar a los conservadores, para tomarnos el poder. No alcanzamos a terminar nuestra tarea porque vino el acuerdo con Rojas Pinilla en Cabrera. Ese convenio de paz fue una pausa importante para reorganizarnos y coger más alientos, porque, a pesar de la paz, los problemas no se habían resuelto. Se organizaron varias marchas de huida para salvar a las familias.

Después de los bombardeos y de la invasión militar a Villarrica y a Cunday, la gente que había peleado en el Sur del Tolima organizó las autodefensas en las regiones de Marquetalia y Riochiquito. Los comunistas eran muy activos, organizaban grupos de hombres, de mujeres y de niños, juntas veredales, comités de colonos y fundaban células de partido. Eran trabajos que se hacían al mismo tiempo que otros y que consistían en organizar la autodefensa campesina. Se sabía ya para dónde iban las cosas. Y no nos equivocamos. Salíamos a trabajar y a organizar a muchas regiones del Meta, del Huila, del Tolima, de

Cundinamarca. Creábamos grupos como herramientas de nuestra lucha. La autodefensa era, de verdad, una defensa propia de la gente, de las comunidades; eran grupos que se movían dentro del campesinado sin identificarse.

La organización campesina de los años 30 fue, a la hora de la verdad, una escuela de comandantes guerrilleros. Muchos de los mandos de Marquetalia, Riochiquito, El Pato y Guayabero salieron de esos primeros conflictos. Los golpes, las frustraciones, los engaños enseñan más que los libros y que las conferencias. Lo que se luchó en los años 20, vino a nacer en los 30, a volverse problema en los 40, y sangre desde 1950 para acá”.

Gerardo González, dirigente agrario, fundador da Associação Nacional de Usuários Camponeses -Anuc
Hoje vive asilado na Europa.
Depoimento trazido do sociólogo Alfredo Molano, 2003.

Note-se que o depoimento demarca a mobilidade dos conflitos na década de 1930 e, acompanhando-se a sinalização que indicamos no Mapa 06, isto corresponde à passagem da colonização pelos Estados do Tolima e do Huila, mas também pela população de Cundinamarca, próximo ao centro do País. Este eixo, futuramente explicará a decisão das FARC de ter nestes territórios sua base de comando e organização nacional.

No filme sobre os “50 anos das FARC” de BILLON, Yves e Pablo Alejandro (2002), o comandante chefe desta organização guerrilheira Manuel Marulanda Velez traz a memória da conjuntura em 1953. Sob presidência de Rojas Pinilla, ofereceu-se uma “amnistia” aos “violentos camponeses que decidirem fazer entregue das suas armas”, Marulanda esclarece a razão pela qual um grupo de camponeses decidiu não pactuar com o governo e continuar sua luta, estabelecendo-se em uma região do estado de Tolima, Marquetalia, num Vale nos Andes,

“La pajaramenta [los conservadores], la policía, asesinaban mucha gente, nos la pasábamos de vereda en vereda, como ninguno estaba en armas, pues ellos hacían lo que querían. Las gentes en medio del desespero comenzaron a decir, pues bueno nos están matando sin deber nada, sin hacer nada, sin motivo, entonces armémonos de palos, machetes, lo que tengamos y comencemos la resistencia, pues no es posible...pues no valía la honradez, ser trabajador, sólo por el hecho de ser liberal lo iban matando, lo que hicimos fue sumarnos unos amigos al movimiento que ya había empezado(...) Como yo conocía a los comunistas de antemano, no estuve de acuerdo en apoyar el exterminio de los comunistas que Rojas Pinilla quería. Lo que resultaba malo para las oligarquías, era por culpa de los comunistas, si había crisis económica, paro obrero, si llovía, era culpa de los comunistas. Después de hacer un diálogo con mi familia, existía aún mi papá, mis 5 hermanos, llegamos a la conclusión de que se estaba dando una confrontación armada entre liberales y conservadores, que ellos seguían engañando a las gentes y no quedaba otro camino que alejarse de eso. Los comunistas no eras muchos y con ellos

andaba la población, en la mayoría eran los liberales. Vamos para allá, hay planteamientos mas sólidos, me voy a afiliarse a ese partido, no confié en la amnistía de Rojas Pinilla, no quise entregar las armas, me fui para el monte, en Marquetalia, allí nos establecimos, en ese pequeño valle en los Andes.(...)"

Manifestações camponesas de procura de emancipação, que historicamente, identificam as contradições internas de uma estrutura agrária que reproduz sistematicamente novas áreas de colonização e termina expulsando a população camponesa de seus territórios.

Estudando a história colombiana é possível reconhecer, entre 1903-1948, a fase na qual o Estado teve um comando que privilegiou a construção de *modelo de civilidade*, expressado na mediação da participação de diferentes interesses, tanto urbanos como rurais, representados em dirigentes do Partido Liberal, entre os quais a esquerda, principalmente sob comando de Gaitán [*gaitanismo*] foi a expressão mais poderosa. Em 1948-1949 se optou pelo caminho da perda de garantias de participação desses diversos interesses. Foi a partir do assassinato de Jorge Eliécer Gaitán que a fase populista estourou, dando passagem às diversas violências. Ver Foto 02, registro feito no mesmo dia do assassinato de Galán, em praça pública.

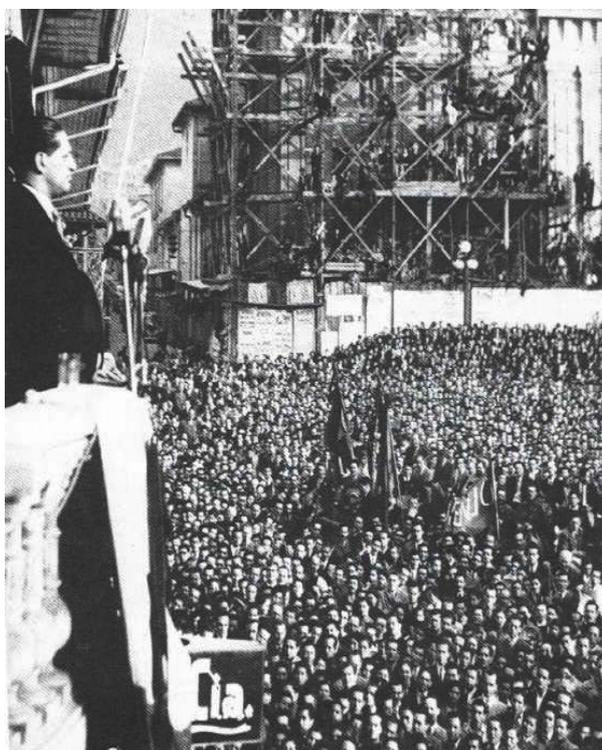


Foto 02. Jorge Eliécer Gaitán, 09.04.1948. PNUD, 2003

Vamos privilegiar algumas informações históricas sobre a luta do movimento camponês que, com certeza, nos subsidiarão para compreender o contexto econômico, político e social que, demarca a gênese de grupos guerrilheiros, na Colômbia. Cinco momentos são importantes:

As **lutas agrárias**: sindicatos e ligas camponesas que desde os anos 20 vinham atuando em regiões de Cundinamarca e Tolima, muito próximas do Partido Comunista (PC, criado em 1930), estas organizações optaram pela luta armada em algumas localidades;

As **autodefesas**: ao estourar a violência, os movimentos camponeses criaram grupos armados que oscilavam entre liberalismo e comunismo; entre a defesa territorial estrita e algumas incursões de guerrilha móvel. Por exemplo, em Cundinamarca, onde constituíram uma comunidade agrária sob inspiração comunista e defesa territorial armada. Um outro bloco permaneceu como autodefesa camponesa no sul do Tolima, onde criaram as chamadas “repúblicas independentes”, sob influência do PC. Deste bloco participava Manuel Marulanda Vélez, historicamente comandante chefe das FARC, como já foi sinalizado;

A **guerrilha**: em 1955, a partir do ataque massivo do Exército no Tolima se espalha a presença de grupos armados em diferentes áreas, constituindo as chamadas “repúblicas independentes”;

A **radicalização da guerrilha**: em 1961, o PC declarou que a “via revolucionária na Colômbia poderia chegar a ser uma combinação de todas as formas de luta’ (Vieira, 1967 Apud BILLON, 2002 em filme). O bloco sul foi constituído em 1966 como FARC, com a consigna de iniciar“ uma prolongada guerra pela tomada do poder”. Acompanhemos o depoimento que Marulanda fez no filme dos “50 anos das FARC”:

“Conservadores y Liberales comienzan a denunciar “repúblicas independientes” [comunistas] en Marquetalia, en 1964 buscan apoyo en los EUA y obtienen ayuda militar, así como varios millones de dólares para erradicar la plaga, una empresa colosal se desencadena contra 48 hombres campesinos que están resistiendo, acción de combate militar que supuestamente iba a ser una operación relámpago. En realidad durará varios meses y acabó dando nacimiento a las FARC.

Ellos tendieron un cerco sobre todo Marquetalia, tropas situadas a la espera de las salidas y lanzaron hombres a la zona para combatir. Sabemos que utilizaron mulas para llevar carga, carros, helicópteros, aviones para el bombardeo, es lo que sabemos nosotros. En la Escuela de entrenamiento de contra guerrilla

instalada en Panamá, comandada por los EUA, se organizó está ofensiva que ellos terminaron perdiendo.

En 1964 se establecieron las primeras líneas tácticas y estratégicas de las FARC, direccionadas a la toma del poder, sin un plazo fijo, pero en esa dirección. Esta dirección programática fue establecida en la 1ª conferencia nacional guerrillera realizada en Marquetalia en ese mismo año(...)."

Radicalização da esquerda: Enquanto as FARC se organizavam na periferia e o PC ia sendo excluído do sistema político, a repressão do sistema ganhava dimensão. A Frente Nacional proibiu a participação eleitoral e o acesso a cargos públicos, de maneira que muitos quadros do PC se deslocaram para as FARC. Em 1982, as FARC se declaravam “Exército Popular de Revolução Socialista”.

Esses conflitos confluíram geralmente em conjunturas de crise política e social que colocaram em cheque o modelo de dominação bipartidária e obrigaram seus chefes a pactuar governos de coalizão, como uma saída à crise, estabelecendo manejos estratégicos, memória que se trazia da experiência histórica³⁶.

A repressão, a fraude eleitoral, os mecanismos de exceção, a desinformação, constituem instrumentos recorrentes das elites políticas bipartidaristas para fazer frente às organizações populares que surgem da base da população. Assassínatos como os dos líderes Rafael Uribe Uribe, Jorge Eliécer Gaitán – 1948 -, Guadalupe Salcedo – 1957 -, Jaime Pardo Leal, Bernardo Jaramillo Ossa, Carlos Pizarro León Gómez – 1990 -, Manuel Cepeda, e muitos outros que seria impossível listar neste trabalho, ficaram na impunidade e foram decisões estratégicas importantes para controlar o movimento social que vinha lutando contra a hegemonia dominante.

Cabe advertir que, a despeito da persistência do fenômeno e dos elementos de continuidade que se percebem nos diferentes períodos da história colombiana, as formas e conteúdos dessa violência política, exercida e

³⁶ Em meados do século passado, por exemplo, caudilhos e núcleos dos dois partidos – conservador e liberal - se coligaram para derrotar o governo popular do general José Maria Melo que, apoiado pela sociedade de artesãos, tinha tomado o poder com a consigna central: "Pão, Trabalho ou Morte". Com empréstimos financiados pelos EUA e com ajuda das tropas irregulares, recrutadas entre as massas camponesas e conhecidas como "montoeiras", os fazendeiros liberais e conservadores conformaram duas linhas de ataque, cujas ações terminaram na tomada com assassinatos da capital, Santafe de Bogotá, e a derrota dos artesãos.

imposta pelo Estado e pelos partidos políticos tradicionais, em associação com o capital, têm sofrido notáveis mudanças, GONZALEZ,(2000: Capítulo III).

A partir de 1995, as forças armadas sofreram derrotas sucessivas em face das “Fuerzas Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC”. Esta cascata de insucessos manifesta que os militares não estão preparados para levar adiante o combate contra as guerrilhas, e que estas são capazes, por sua vez, de juntar simultaneamente numerosos efetivos em múltiplos pontos do território. A sua falta de mobilidade, a carência de equipamentos adaptados a uma guerra moderna, a falta de treinamento dos recrutas, a imprecisão das suas diretrizes, a burocratização da sua gestão, as modalidades de promoção, o desconhecimento do território na sua diversidade geográfica, são outros tantos fatores que pesam na sua eficácia. Nessa situação, não é de se estranhar que alguns comandantes locais das forças armadas não tenham encontrado outra solução que delegar aos paramilitares a tarefa de garantir o controle ou a reconquista de certas regiões.

O *Ejército de Liberación Nacional* – ELN, que nasceu em 1964, inspirado no sucesso da revolução cubana e no pensamento de Che Guevara, também apoiado na Teologia da Libertação e nos princípios do sindicalismo. Este exército começa a operar na zona rural do Estado de Santander. Para se sustentar, seu foco de pressão foram as áreas dos projetos de exploração de petróleo. Em 1965, adere a esta luta o Padre Camilo Torres. O Estado atacou persistentemente suas redes e desarticulou seu avanço para os centros urbanos. Hoje, persiste na luta, mas muito frágil como projeto de adesão de base social. No Filme BILLON (2002) se recuperam as palavras de Camilo Torres e do Padre Manuel Pérez quem participará também da gênese do ELN, reparemos nos seguintes depoimentos:

*“Yo creo que el pueblo se tomará el poder de todas formas, el pueblo que es mayoría tiene derecho al poder. Habría que preguntar a la oligarquía cómo lo va a entregar, si lo va a entregar de una manera pacífica, pues lo tomaremos de una manera pacífica. Pero si no lo quiere soltar, si lo defiende de forma violenta, entonces lo vamos a tomar de forma violenta(...)”.*Camilo Torres, em 1965.

“(...)todo mundo quiere la paz, pero lógicamente la paz, pasa por la defensa de la vida, porque se pueda vivir. La primera forma de violencia es que haya miles y miles de niños que se mueren de hambre, es la primera forma de violencia. La segunda es la violencia del ejercito que masacra indiscriminadamente; la tercera forma de violencia es la guerra sucia de los grupos paramilitares, que mata y

todo queda impune, entonces defender la vida, buscar la liberación es precisamente el signo que marca el evangelio y que coincide precisamente con la teoría revolucionaria y la teoría marxista(...)
Padre Manuel Pérez, comandante chefe do ELN, depoimento em 1987

Vejamos, a seguir, o depoimento de Leon Valencia, membro do comando central do ELN, na década de 80, do Século XX e, quem em 1994, participara de um acordo de paz com o governo nacional. Desse modo, retornava da clandestinidade e decidia continuar participando na vida política nacional. Foi sistematicamente perseguido, mediante ameaças e diversas violências contra sua família. Esta condição de risco lhe fez decidir migrar do País e procurar proteção internacional.

(...)Cuando está en la guerra, uno piensa que la vida azarosa es esa y sueña que la vida civil es más tranquila y más predecible, que la paz se hace para poder tener una familia, para ver a sus amigos frecuentemente y saber que una casa con biblioteca conocida y perdurable lo acogerá a uno día tras día, pero se encuentra con un país en el que no hay menos sobresaltos para los que abandonamos las armas que para los que aún las sostienen en las manos de un lado o del otro. En la civilidad el peligro también acecha y se siente más en las calles abiertas, en las plazas, en las esquinas, en la fragilidad de quien está expósito.

Uno piensa que el Estado puede protegerlo porque en un pacto de paz se ha puesto bajo su ala y cree que el Estado es grande y fuerte, pero se da cuenta de la vulnerabilidad de las instituciones colombianas y de la impotencia de sus gobernantes al poco tiempo de estar en la legalidad. Se da cuenta, no sin estupor, de esta realidad. Porque ha cambiado la clandestinidad, el caminar subrepticamente por el mundo con varias cédulas, con varios pasaportes, con el sigilo de quien se sabe perseguido, por el gusto de estar dentro de la sociedad con unas reglas, con unos derechos y con unos deberes. Ha cambiado de vida con la certeza de amanecer una y otra vez bajo un mismo cielo, pero de un momento a otro siente un miedo tan agudo como el que alguna vez sintió en la guerrilla y se aterra y se va y advierte que la guerra no ha terminado aún.

Cada uno hace su propio camino afuera. Yo he combatido la nostalgia leyendo endiabladamente literatura y escribiendo unas veces de política y otras de ficción, buscando amigos para tomar vino o whisky o de vez en cuando un ron o un aguardiente de la tierra, y para hablar en privado del país y de sus alegrías y tristezas. Quizás suena un poco frívolo, quizás hay maneras más abnegadas de vivir el destierro, pero debo confesar que también me he gozado la lejanía y la fiesta me ha permitido conjurar mil veces algún resentimiento que quiere asomar en medio del frío estacionario, en ese norte oscuro de las navidades perdidas.

Me ha resultado casi imposible hablar en público del país en el exterior porque, siento un pudor extraño, no soy capaz de contar lo que ocurre aquí. Alguna vez lo intenté y no me salió bien. Era ante un público francés. En esos días habían aparecido varios artículos en los principales diarios en los que se hablaba de la guerra en Colombia. Decían más o menos que éste era un país de locos, de gente sin

ninguna motivación política, que mataban sin razón alguna. Y yo pensé, y lo dije, que una interpretación así apuntaba más a prolongar el sufrimiento que a solucionarlo. Pensé, y lo dije, que cuando no hay razones para la guerra no hay razones para la paz. Pensé, y lo dije, que si en una guerra las partes no encuentran en sus contrarios intereses verdaderos y motivaciones ciertas, no pueden hallar tampoco el camino para disolver o negociar el conflicto. Pensé, y lo dije, que cuando una parte en un conflicto no reconoce en el otro un tris de dignidad, está horadando la dignidad propia.

Entonces tuve que aclarar una y otra vez que ya no estaba en la guerra, que no sólo me había salido de ella por mi voluntad sino que ahora repudiaba como nadie la violencia. Tuve que aclarar una y otra vez que no formaba parte de ninguno de los bandos en conflicto, pero decir también que en esa guerra que ya no era la mía, esa guerra en la que ya no estaba, hay razones insoslayables en todos los lados, hay motivaciones que son a la vez la fuente del conflicto y la posibilidad de la solución(...). VALENCIA, León.

<http://www.revistanumero.com/41/41sepai.htm> (2003).

O *Ejército Popular de Liberación* – EPL, herdou a doutrina marxista-leninista, em 1967, e foi desmobilizado em 1991. Chegou a ter presença significativa nas áreas de exploração de banana (Córdoba e Urabá). As possibilidades de ação política e, inclusive, de sobrevivência física dos guerrilheiros desmobilizados têm dependido de entendimentos junto aos outros grupos armados que continuam no combate. Dificultando, desse modo, os processos de busca de reconciliação;

O *Movimiento 19 de abril* – M-19 foi o mais urbano dos movimentos guerrilheiros em sua origem. Em 1970, decorrente da duvidosa derrota eleitoral do general Gustavo Roja Pinilla, candidato da “*Alianza Nacional Popular – ANAPO*”, os quadros da esquerda se somaram aos eleitores perdedores e constituíram um movimento popular para recuperar o poder pela via armada, sob ações militares. O projeto militar urbano do *M-19* entra em confronto com as Forças Militares estatais, pois durante as décadas de 70 e 80, este movimento guerrilheiro desenvolveu diferentes ataques tanto contra os interesses do Estado, assim como julgamento a diversos políticos. O *M-19* decidiu se desmobilizar em 1990, recebendo o apoio de uma grande massa de população para continuar participando, pela via democrática.

De IRAGORRI (2004:29-30) destacamos alguns depoimentos do ex-guerrilheiro Antonio Navarro Wolff, quem foi um dos fundadores do “*M19*” e hoje é candidato presidencial para o período 2006-2010, representando a Frente de Esquerda:

“Misael Pastrana [Pai de Andrés Pastrana, que foi presidente entre 1998-2002, em cujo governo assinou o Plan Colômbia junto aos EUA, assim como, assinou também, as “conversações de paz”, junto às FARC], conservador, llegó al poder por fraude, em 1970. Era un hombre que no preocupaba a los liberales y que no tenía mayores méritos para estar ahí. Su gobierno echó para atrás asuntos como la reforma agraria impulsada antes por Carlos Lleras. El gobierno de Pastrana fue un período en la historia de Colombia del que nadie se va a acordar(...)”

“(...)El Rojas que nos parecía que debíamos reivindicar era el que había luchado contra el Frente Nacional desde 1962 hasta 1970 y que había sido capaz de capitalizar la inconformidad de la sociedad colombiana contra quienes la habían dirigido históricamente. De ese Rojas tomamos la bandera de la Anapo, un movimiento que constituyó un fenómeno de inconformidad muy heterogéneo y muy desorganizado, pero al fin y al cabo el único que en casi todo el siglo XX desafió de verdad al bipartidismo(...)”

“(...)Fue en esa época. Yo seguía en un grupo de estudio de textos políticos. Con mis compañeros pensábamos qué hacer en un país donde la política, por fuera de los partidos tradicionales, no tenía posibilidad de éxito. Entonces apareció un muchacho de ingeniería sanitaria de la Universidad del Valle, quien había sido de las Juventudes Comunistas, y nos dijo que iban a organizar un nuevo movimiento. A las FARC las veíamos como una cosa vieja y campesina. El EPL era maoísta, y Mao sonaba bien, pero nos parecía estafalario para Colombia. Y el ELN se había quedado sin el padre Camilo Torres, muerto en combate. Argemiro Plazas nos pasaba folletos sobre la unidad de las fueras guerrilleras y sobre la importancia de la Anapo. Y pum!, en enero de 1974 varios hombres se metieron a la Quinta de Bolívar y se llevaron la espada del Libertador. Reivindicaron el hecho como el nacimiento del movimiento guerrillero M-19. Eso me pareció brillante!. No eran comunistas, maoístas, ni campesinos. Eran nacionalistas, modernos, urbanos y universitarios(...)”pp. 22-23.

Nesse contexto apontaram no cenário os chamados grupos de *Autodefensas*³⁷. Nas suas origens, foram protegidos e até estimulados por segmentos representativos do Estado, como alternativa de *autoproteção cidadã* diante da falta de presença do Estado nas áreas rurais. É comum lhes reconhecer como paramilitares. Este segundo termo, refere-se a um corpo de combate auxiliar às Forças Militares estatais e em convivência com estas forças do Estado. Parece-nos que são inspirados na estratégia contra-insurgente da Guerra Fria. A partir de 1980, surge um paramilitarismo renovado, extensivo a exércitos privados que protege as indústrias ilegais (narcotráfico, comércio de esmeraldas). Compra grandes extensões de terra e proclama sua luta contra

³⁷ Longe de ser um movimento de “autodefesa” tem um claro caráter ofensivo. Traz uma mesma denominação, há um conjunto diverso de grupos cuja ação responde a diferentes dinâmicas regionais: tanto existem organizações com caráter telúrico e fortes laços sociais [na zona de San Vicente e Carmén de Chucurí] como também existem organizações que, em concordância com os interesses em jogo nos territórios ocupados, vêm redirecionando sua estratégia de caráter para-militar para uma de projeção eleitoral. Ver toda a obra de MOLANO.

as guerrilhas, qualificando seu objetivo como uma limpeza de guerrilheiros. Em princípio, no *Magdalena médio*, mas, rapidamente esses grupos se espalham para outros Estados, sob o lema de *Autodefensas Unidas de Colombia – AUC*.

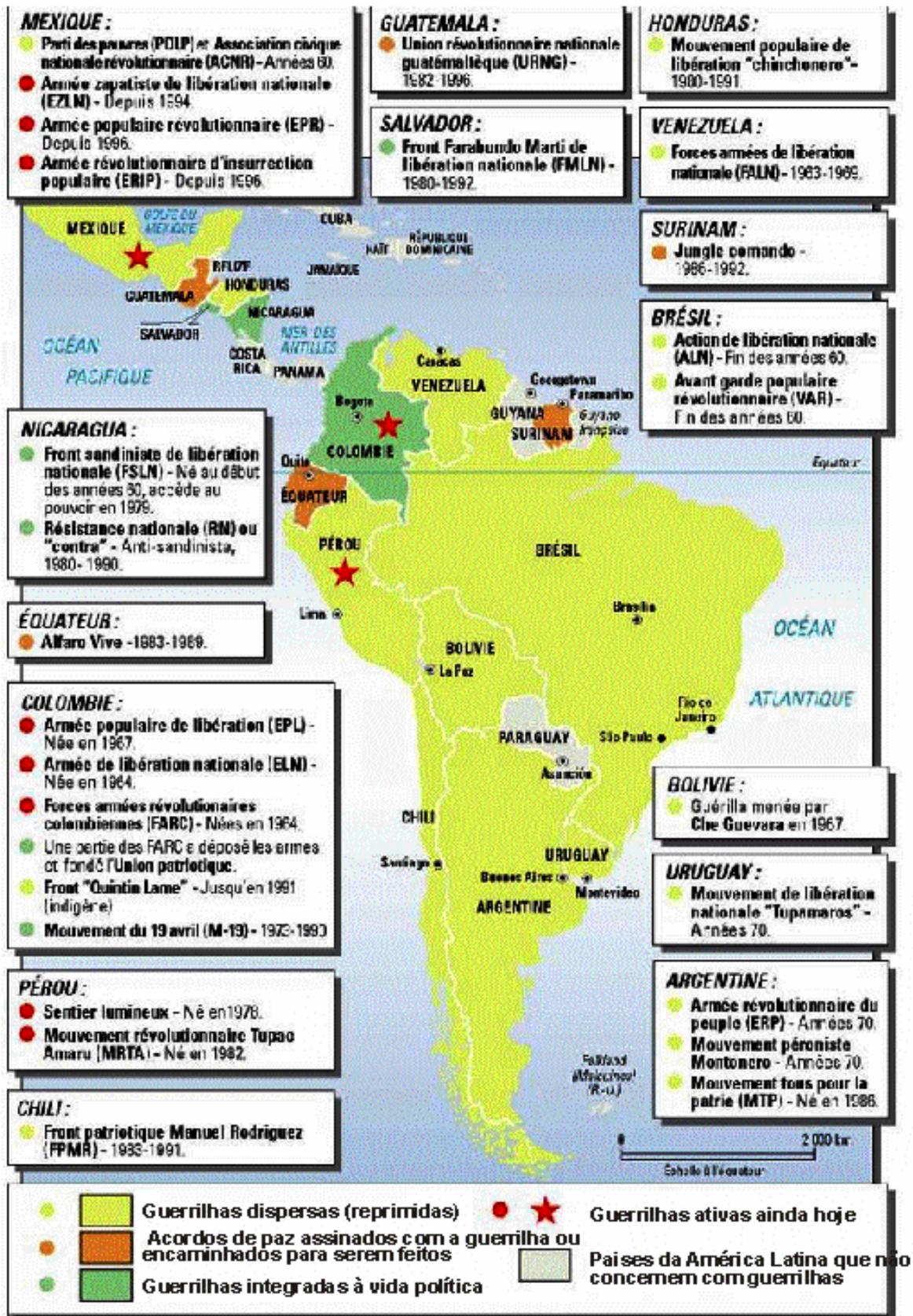
Pesquisando, na “Sala de Situación Humanitária” da ONU, achamos este Mapa 07 que caracteriza a “Presença Guerrilheira e Paramilitar”, em 2002 e, no Mapa 08, observa-se que ainda, na década de 1960, surgem outros grupos revolucionários, na América Latina e América Central, com distintas formas de organização e diferentes concepções ideológicas.

MAPA 07. Presença guerrilheira e paramilitar, 2002



Fonte: "Colômbia: Estratégia Militar 2002", Colômbia, Organização de las Naciones Unidas, ONU, 2002.

MAPA 08. Guerrilhas de ontem e de hoje em América Central e na América Latina



Fonte: Le Monde diplomatique, "Guerrilhas de ontem e de hoje", fev. 1997

Constatamos que a violência, tanto rural quanto urbana, vem impulsionando um processo contínuo de colonização camponesa e de urbanização acelerada. A violência é a expressão da luta de classes que se estabelece, definindo, assim, os mecanismos de acesso à terra, aos meios de produção e ao mercado de trabalho.

Observa-se, no entanto, que o Estado cria mecanismos que perseguem a produção e comercialização das drogas, apregoando o caráter de sua “ilegalidade”, ao mesmo tempo em que é conivente com grupos que exercem controle armado em territórios e se beneficiam do comércio de drogas e de armas. O Estado fundamenta a política de defesa e *segurança democrática*³⁸ para o desenvolvimento destes territórios. Reparemos neste texto, a seguir:

A “Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento Forzado – CODHES-“ revela, por exemplo, que de 1997 a 2004, os grupos armados ilegais conhecidos como paramilitares têm ficado com cinco (5) milhões de has de terras. Estas terras foram de pequenos e medianos proprietários rurais. A ONG “Codhes” (2004) informa, como resultado de pesquisa, que a apropriação se produz baseada em três modalidades: abandono de terras pelos camponeses, despejo violento e compra sob pressão. Acontecendo uma mudança na tradição de minifúndio para o latifúndio e estando longe de ser encaminhada a reivindicação para que se legisle uma “Lei de terras” defendida por interesse dos antigos minifundiários. A “Codhes” revelou também que 50% dos expulsos (desplazados) da área rural vêm de zonas de absoluto controle paramilitar, 20% vêm de zonas de conflito entre forças militares e guerrilha e 30% restantes vêm de zonas de conflito entre paramilitares e guerrilha. (Codhes: 2005)

O conflito que se destaca na mídia solapa interesses para viabilizar o processo de dominação internacional, mediante a subordinação destes territórios estratégicos, na tentativa de gerar riqueza para o capital. Em princípio, parece-nos claro que a diretriz governamental está inserida no contexto dos interesses da exploração destes territórios, subordinando-os a novas significações na base produtiva.

38 Segundo o presidente Álvaro Uribe Vélez [em informe apresentado a Anistia Internacional em 13.12.2002], “(...) não há contradição entre segurança e democracia. O antípoda da política democrática é o terrorismo. Frente ao terrorismo só pode haver uma resposta, vencê-lo. A colaboração da cidadania é chave. O conceito central é a solidariedade entre os cidadãos e solidariedade com a Força Pública. É necessário gerar condições de governabilidade em todo o território nacional para gerar o desenvolvimento que o País precisa. Instrumentos como a proposta de lei de armas, a criação de redes de informantes e soldados camponeses serão essenciais (...)”

Talvez o desafio que se coloque sob o comando dos interesses dominantes seja a ruptura com o que se poderia chamar do *modo de produção subdesenvolvido* ou *atrasado*. Por exemplo, projetos como:

- Na Amazônia colombiana a pesquisa que vem sendo desenvolvida sobre agricultura tropical, com investimento do governo dos EUA;
- O projeto da rede fluvial de Sul América³⁹ que unirá o Litoral Atlântico com o Litoral Pacífico desde a desembocadura do rio Amazonas [Belém do Pará, no Brasil] chegando em “Puerto Asís”, Rio Putumayo [na Colômbia]. Continuará esta rede fluvial, através da conexão de uma rede viária projetada para perpassar o Sul da Colômbia, de oriente a Leste, até sua interconexão com o Litoral Pacífico, na cidade de Tumaco [Estado de Nariño] – Ver Mapa 16 de fronteira *Colômbia-Ecuador*, no qual é possível identificar os conflitos que hoje geram o deslocamento de população camponesa e representam novas significações de uso deste território sob a projeção de colonos⁴⁰.

Estes e muitos outros projetos, que não conseguiríamos detalhar nesta pesquisa, nos permitem compreender que, no plano empírico, a formação histórico-econômica no capitalismo, não se sustenta pela singularidade do desenvolvido ou moderno. A dualidade existe nos diversos períodos e mais do que oposição, o desdobramento teórico apresenta evidências de real simbiose e organicidade entre o nomeado *moderno* e o *atrasado*. Uma unidade de contrários em que o *moderno* se alimenta dos setores reconhecidos como *atrasados*. Ao mesmo tempo, para que aconteça o *moderno* é preciso, no capitalismo, reproduzir o *atrasado*. Ambos reproduzem a exploração e a desigualdade, de forma desigual e combinada.

Analisemos o seguinte informe oficial:

Em 2003, a “Contraloría General de la República” revelou que mais de 40% das terras férteis do País [corresponde a quatro (4) milhões de has] tinham sido adquiridas com recursos advindos do comércio de drogas. O informe destacava a lassidão do Estado, sua miopia diante da aquisição de

³⁹ OSPINA, Mario, Integración fluvial de Sur América (IFSA), South American Riversay System (SARS). Bogotá, 1997.

⁴⁰ Parece-nos evidente que estes conflitos serão a mediação para justificar a intervenção internacional e liberar o território para novos usos, na perspectiva de corredores de comercialização.

terras, concentradas em mãos de poucos e expulsando grandes quantidades de pequenos camponeses. Segundo a “Contraloría”,

En Colombia, entre 1984 y 1996, las fincas de más de 500 hectáreas duplicaron su superficie de 11 a 22,6 millones de hectáreas, en tanto que las menores de 5 hectáreas se redujeron sensiblemente, de 3,4 millones en 1985 a 2,2 millones de hectáreas en el 2001. Los propietarios de fincas de más de 500 hectáreas no son más de 12.000. La ineptitud del Estado es la de no saber utilizar las herramientas que tiene a la mano para ejercer control. Por ignorar que el problema agrario está, y ha estado siempre, en el meollo de nuestro conflicto armado. Por no entender que la creciente concentración de la tierra cultivable en manos de narcotraficantes y paramilitares solo puede agravar las contradicciones sociales que alimentan la violencia en el campo.

Na realidade nacional, o comércio internacional ilegal de drogas rebata, da maneira especial, na década de 80, de tal modo que este mercado de drogas e de armas impregna, nas três últimas décadas, de maneira decisiva, a totalidade das manifestações políticas e econômicas. Desde a relação entre o Estado, as guerrilhas e os paramilitares, até as relações internacionais. O clientelismo e o autoritarismo exercendo, assim, sua função de controle social independente de fronteiras, como já dissemos. Destacando-se, neste sentido, tanto as relações entre a economia e a política, por exemplo, a politização da luta antidrogas, além de serem adotadas medidas de força que parecem afirmar o adeus à política e boas vindas à guerra. Se assim for necessário, para perpetuar os interesses de segmentos de classe dominante atrelados aos interesses do capital financeiro internacional.

A geografia de guerrilhas, paramilitares, cultivos ilícitos, rotas do contrabando, na Colômbia, é a geografia da colonização da segunda metade do Século XX. Por isso não surpreende que guerrilheiros, paramilitares, narcotraficantes e contrabandistas venham encontrado respaldo nas populações de colonos individualistas. Finalmente, como desconhecer a importância do medo, do terror da população civil? Corroeu-se o precário tecido social, impera o salve-se quem puder. Então, o que caracteriza nossa realidade é a falta de dirigentes capazes de governar o Estado, e o autoritarismo, sob o terrorismo de Estado, que mascara um falso regime democrático, com capacidade até os dias de hoje de barrar qualquer projeto de

representatividade de classes populares para concorrer na tomada do comando do País.

Não deixa de ser paradoxal que, em uma conjuntura histórica de regressão social em sociedades que padecem a destruição sob comando de anarquias radicais, na atual ordem, alguns ideólogos falem em uma economia *pós-capitalista*, no *posmodernismo*, na novidade da reestruturação do sistema internacional. Esta regressão fez possível ocasionar uma derrota sem precedentes ao campo popular, expresso no desmanche de direitos, na fragilidade do impulso democrático, no sucesso de umas 200 megacorporações que têm hegemonia no mercado-mundo.

Subsidiando-nos da história, vamos sublinhar algumas reflexões sobre a problemática conformação, em nossos países, do *Estado Nacional*. Assim, poderemos analisar mais profundamente as mediações econômicas que são importantes, visando interpretar a funcionalidade dos territórios estratégicos para a reprodução capitalista.

2. A estrutura *precapitalista*: problemática conformação do *Estado Nacional*

O resultado do processo no qual as burguesias dos estados mais poderosos abusam das nações economicamente frágeis, explorando e reproduzindo sua condição de subordinação, em escala ampliada, permite determinar nossa identidade sob a configuração da “herança colonial”. Nos primórdios da “vida independente” aparece com clareza a incorporação da América Latina ao sistema capitalista mundial, quando este atinge seu estágio imperialista, avançado o Século XIX. Isto se faz a partir da base de uma matriz econômico-social preexistente, em estreita conexão com o capitalismo europeu e norte-americano.

História que nos coloca diante da complexidade de um processo no qual o interno e o externo, assim como o econômico e o político, vão tecendo uma teia de condicionamentos que constituem múltiplas e recíprocas determinações que se expressam e desenvolvem através da luta de classes.

Nestas condições, a mesma luta de classes adquire a fisionomia *regional* ou *provincial*, concordando com a expressão material em que se

assentava cada forma produtiva, na sua diversidade. Historicamente, a aparência apresenta um confronto entre regiões que se apresenta como um caos de interesses em jogo. Eis a razão pela qual parece acontecer um embate entre o poder central e as províncias, porém, a nosso ver, acontece, na verdade, uma luta no interior da classe dominante, motivada por seus antagonismos e contradições, na procura da implantação de um projeto hegemônico de classe. Importante, então, destacar que as províncias ou localidades não são meras abstrações. O essencial não está nas províncias, mas sim nas classes, como consequência do modo local de produção.

Neste contexto, parece-nos claro que a violência desempenhou o papel de parteira da luta pela independência: a procura por se liberar da Coroa Espanhola exigiu um alto custo na perda de vidas humanas, de riqueza e na desarticulação do sistema econômico preexistente.

Ao se desarticular os centros produtivos agrícolas e de mineração, especialmente, foram provocadas grandes transformações sociais. A própria estrutura colonial tinha como eixo o controle metropolitano do comércio voltado para a acumulação sem precedentes no pólo do sistema localizado na Europa. De tal modo que o excedente econômico produzido nestes territórios não chegava a ser capital no interior destes, pois pela via escravista e colonial essa riqueza fluía para o exterior. Talvez seja a razão para caracterizar nossa economia como regida por uma aparente “desacumulação originária”⁴¹. O mecanismo de mediação histórica tem sido a exploração econômica, mediatizada através de inúmeras outras manifestações de violências.

A mesma fuga precipitada de riquezas fazia possível o contraste entre a pobreza das massas e a falta de poder das classes dominantes locais: gerava-se suficiente excedente para se desenvolver um projeto local importante, porém, essa possibilidade nunca de fato foi cristalizada. As estruturas dominantes, apoiadas no agronegócio, especialmente, barraram o desenvolvimento nacional, sob o marco de uma política condicionada pela visão especuladora, encaminhada a fazer presença comercial em outros centros metropolitanos: créditos baseados em empréstimos com juros sobre

41 CUEVA, Agustín, *El desarrollo del capitalismo en América Latina*, México, D.F., Siglo Veintiuno Editores, 2002.

seu valor nominal, sem nenhum acompanhamento em base produtiva⁴². A classe dominante identifica, desde estes primórdios, o progresso com o consumo suntuário antes que com o desenvolvimento produtivo.

Desde a perspectiva ideológica do colonizador todo povo colonizado carece de história, já que tal atributo é característico de *civilização* e não da *barbárie*. As conquistas são interpretadas como o triunfo da *civilização*. O próprio intelectual crioulo adere a esta perspectiva. Convencido de pertencer a sociedades sem história termina por construir o fetiche da mesma. Boa parte da história política da América Latina está impregnada de clichê vulgar ou ensaio literário: uma espécie de anarquia que favorece só descrições fenomênicas sobre o “caciquismo”; “militarismo”, “caudillismo”, “regionalismos”, etc.

Vale lembrar que a construção do Estado nacional não se realiza no vazio, nem a partir da falta de rumo próprio, senão sobre a base de uma estrutura econômico-social historicamente amadurecida. Analisemos este texto trazido de LUKÁCS⁴³ (1969: 60):

“La diferencia más importante para nosotros (...) consiste en que toda sociedad precapitalista presenta económicamente una unidad mucho menos *coherente* que la capitalista: en que en ella la independencia de las partes es mucho mayor, su interdependencia económica menor y más unilateral que en el capitalismo. Cuanto menor es la importancia del tráfico de mercancías para la vida de la sociedad entera, cuanto más casi autárquicas son las diversas partes de la sociedad en lo económico...o cuanto menos importante es su función en la vida propiamente económica de la sociedad, en el proceso de producción...tanto menor es la forma unitaria, la coherencia organizativa de la sociedad, del estado y tanto menos realmente fundada en la vida real de la sociedad”.

A fase nomeada de *anarquia* não é outra coisa que o difícil caminho percorrido pelas nossas formações sociais até sua tentativa em constituir os Estados nacionais. Corresponde a um processo de evolução de uma estrutura instável, determinada por diversas formas produtivas, à definição de um patamar de predomínio de modo de produção capitalista. E o modo estruturado adotado pela nossa sociedade, a nosso ver, foi a forma “liberal-oligárquica”, em

42 Boa parte do capital estrangeiro atua desde o interior mesmo das nossas formações sociais, através de súbditos metropolitanos que pelo fato de sê-lo gozam de privilégios, patenteando a monetarização da economia local e implantando o modo de produção capitalista, característico do capital comercial.

43 LUKÁCS, Georg, *Historia y conciencia de clase*, México, Grijalbo, 1969, p. 60.

função do domínio de um forte núcleo de interesses econômicos associados especialmente à mineração, porém, sem capacidade de determinar um projeto hegemônico nacional, uma vez que estavam, ao mesmo tempo, submetidos à constante intervenção estrangeira.

Nos cabe não perder de vista os processos de desintegração que se iniciaram com a divisão do grande território chamado “*Gran Colombia*” – Mapa 04 – e que provocaram a *vulcanização* da América Central. Desse modo, a Guatemala, Belize, Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica ingressaram na vida independente como uma entidade política unificada que foi conhecida como a “*Federación Centroamericana*”, sendo que estas terras não conheceram revolução, nem resistência. Porém, a Federação não conseguiu integrar uma proposta econômica; cada Estado pegou uma trilha própria, baseada no pobre comércio exterior, no atraso feudal na agricultura e na indefinição de interesses comuns. A diversidade de interesses que esta base objetiva gerava, favoreceu a intervenção dos interesses externos expressos nos embates entre liberais e conservadores: entre os interesses do clero, dos ingleses e da aristocracia de paróquia foi desintegrando-se esta Federação. Por exemplo, os britânicos se instalaram na área e ocuparam os litorais de Nicarágua, Costa Rica e Panamá. Já em 1859, o território de Belize era sua colônia. Logo depois, a América Central apresentava-se atomizada e frágil, sendo, desse modo, fácil presa da ambição imperialista dos Estados Unidos, particularmente. Ressalva-se que a Nação que mais distante parece estar desta caracterização, pois desenvolve um processo que carece de base escrava ou feudal marcante, é a Costa Rica. Embora esteja também no contexto de uma economia “cafeeira-bananeira”, um pouco avançada no sentido de ser diferenciada em suas expressões de violência e exploração como as que caracterizaram seus vizinhos.

A independência do Panamá, em 1903, quando este ainda era parte territorial e política da Colômbia, esteve atrelada aos interesses do capital comercial na área. Sendo assim, o seguinte texto afirma:

“El proyecto independentista es indesligable de los intereses de la burguesía comercial que esperaba su propio provecho: ver el Istmo convertido en emporio universal. Este era también el proyecto de la pequeña burguesía —en especial de capas medias, profesionales liberales y burocracia — que perseguían mejores posibilidades e independencia política. Panamá, no

encontró identificación, ni afirmación nacionales. Los obstáculos de un poder social anti-nacional (trabajo servil, fuero eclesial e familiar, etc.) Desde muy temprano se observó la importancia de la localización geográfica para legitimar un proyecto de comunidad política internacional, al mismo tiempo que esa posición geográfica desencadenaría fuerzas absorbentes capaces de desnaturalizar un proyecto nacional”⁴⁴

A Constituição do Panamá, 1904, consagra seu estatuto *semicolonial* de República ao sancionar *o direito de intervenção do governo norte-americano quando o estime necessário para restabelecer a paz pública e a ordem constitucional*. O imperialismo assegurava, desta forma, uma perpétua renda colonial e estrategicamente marcava o cinto de segurança América Central, do Caribe e de Sul América.

O processo de *desacumulação* originária deixa, deste modo, a marca de sua trilha [herança colonial], objetivado na matriz econômico-social característica e a partir da qual terá que se reorganizar a vida toda nas novas *nações*. É desde esta fragilidade originária que se construiu um baixíssimo nível de desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção baseadas no caráter servil, determinando uma típica organização social e técnica das forças produtivas, das estruturas de apropriação econômica e de dominação política, diferente da estrutura de qualquer formação capitalista.

Estas constatações históricas não fazem mais que destacar o momento dialético em que o político tem repercussão sobre o rumo do desenvolvimento econômico, sem deixar de estar determinado, em última instância, pelo econômico.

Para um maior subsidio histórico sobre as intervenções dos EUA na América Central e no Caribe, depois de 1898, observemos o Mapa 09, consultado na cartografia de *Le Monde diplomatique*.

44 RICAURTE, Soler, Panamá: nación y oligarquía. 1925-1975. Panamá, Ediciones de la Revista Tareas, pp. 21-22

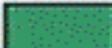
MAPA 09. Intervenções dos EUA na América Central e no Caribe, depois de 1898



 Territórios cedidos aos EUA pelo México entre 1848 e 1853

 Territórios controlados por Villa e Zapata durante a revolução mexicana (1911-1920)

 Principais intervenções diretas dos EUA em América Central depois de 1898

 Estados sob o controle econômico e militar dos EUA (final de século 19 e início de século 20)

Fonte: Le Monde diplomatique, "Ingérence étatsunienne" par Philippe Rekacewicz janvier 1995

Esta análise sobre a objetivação do projeto da *nação colombiana* merece investigação rigorosa. Consideramos problemática essa configuração e, desse modo, a afirmação segundo a qual estruturamos uma conformação de *Estado-nação* que parece-nos não sair do embasamento teórico idealista, sem reparar no *real/concreto* que vem caracterizando nossa configuração histórica. Porém, não será este o foco da nossa Tese. Vamos, em seguida, fazer uma recuperação histórica que nos permita explicar qual foi o modelo de acumulação implementado na Colômbia e, desse modo, tentaremos chegar ao embasamento de análise para apreender as mediações que, no contemporâneo, nos permitirá expressar uma sociabilidade particular.

3. Gênese e composição do modelo de acumulação implementado na Colômbia sob o lema da *industrialização*

O início do modelo de substituição de importações na Colômbia tem sido tradicionalmente contextualizado na história econômica dos primeiros anos de pós-guerra. Porém, muito antes, já existiam elementos protecionistas que estimulavam direta ou indiretamente o desenvolvimento de atividades produtivas de substituição. Eram práticas de substituição de importações que não respondiam a uma concepção teórica específica, mas que posteriormente permitirão lançar a política de desenvolvimento econômico chamada: substituição de importações como motor de crescimento e desenvolvimento doméstico da economia.

A nosso ver, a tendência geral do capitalismo é transferir o custo da crise das áreas metropolitanas para as áreas dependentes. Desse modo, o processo de industrialização da América Latina nasce e se desenvolve vinculado ao mecanismo de acumulação do capital no sistema capitalista. A opção local está associada às possibilidades de acumulação de capital-dinheiro pela via das exportações e pelas decisões de conversão deste tipo de capital em capital produtivo industrial. É a partir de 1967, quando o processo de industrialização colombiano ganha força através da implementação de políticas nos diversos cenários, estabelecendo o cimento do que posteriormente seria o modelo de abertura econômica de 90.

As divisas procedentes das exportações do café, produto que no período ainda abarcava 80% do valor das exportações totais, eram um componente fundamental para o desenvolvimento econômico, permitindo uma certa capacidade importadora de maquinaria e equipamentos que, ao mesmo tempo, impulsionavam o desenvolvimento de atividades produtivas internas. Outro elemento que constituiu uma fonte de divisas, permitindo maior capacidade importadora, foi o proveniente de capital estrangeiro que, nesse momento, já começava a penetrar no País. Foi considerado, neste período, o primeiro auge da economia não agrícola, iniciando-se o desenvolvimento industrial de maneira que era necessário construir o sistema de transporte por rodovias e ferrovias, como impulso ao surgimento de novas indústrias. O crescimento do PIB e da indústria manufatureira colombiana foram os destaques nesses anos.

No começo do Séc. XX, durante a administração de Rafael Reyes, (1904-1909) foram adotadas as primeiras medidas protecionistas da nascente indústria colombiana. Houve um acelerado crescimento econômico no período compreendido entre 1925-1929, caracterizado pelo auge das exportações do café que cresceram 60%, melhorando os índices de intercâmbio do País no contexto internacional e, pela dinâmica do investimento, que alcançou 25% ,graças à criação de várias indústrias.

Fenômenos como: a redução da demanda de matérias primas; a oferta de produtos industriais por parte das economias desenvolvidas; as políticas protecionistas que estas economias desenvolvidas adotaram; a redução do comércio internacional e a forte restrição na balança de pagamentos que caracterizou o período 1932-1937, constituíram as primeiras mudanças históricas que pressionaram a promoção do processo de industrialização em países que vinham com uma trajetória econômica baseada na extração agrícola e na exportação de produtos primários, como era o caso da Colômbia. O modelo era de limitar as importações, acelerando o processo de inversão produtiva que, graças à acumulação de capital, vinha se dando desde a década de 20, devido às exportações do café, à urbanização e aos investimentos públicos.

Desse modo, este período caracteriza o início do processo de recuperação da dinâmica industrial, com destaque à expansão industrial

superando o crescimento do PIB; a recuperação manufatureira induzida pela substituição de importações, apoiada pelas políticas de proteção efetivas: através da Lei 62 de 1931 se implementou a primeira medida protecionista sobre produtos industriais. Medidas como o uso intensivo da capacidade instalada, criadas na década de 20, foram articuladas ao desempenho do setor exportador na aquisição de maquinaria e equipamentos. Houve, neste período, a deterioração nos termos de intercâmbio, uma vez que a moeda perde valor e há o estabelecimento de controles cambiais. Ao mesmo tempo, acontecia a ampliação, construção e melhoria da infra-estrutura favorecendo a disponibilidade de insumos básicos – matérias primas, insumos agrícolas, etc.-, criando vantagens competitivas e fazendo mais rentável o processo de industrialização. Nesse período também se destaca a afluência de capital externo, dirigido ao investimento produtivo no País.

No período 1925-1943, tanto o crescimento econômico como o industrial apresentaram grandes oscilações. Destacaram-se duas fases nas quais a indústria registrou ciclos de estagnação que contribuíram para deprimir o crescimento do produto agregado do País: a primeira entre 1929 e 1932, durante a Grande Depressão; e a segunda, em 1940, ano em que o crescimento industrial apresentou um declive histórico profundo.

Houve a queda nos valores de troca como consequência da redução dos preços, especialmente do café, cujo valor de exportação perdeu, durante os primeiros anos da depressão, até 50% de seu valor. Conjuntamente, foram interrompidos, quase que em absoluto os investimentos e empréstimos estrangeiros, o que contribuiu ainda mais para a drástica queda da capacidade importadora.

Entre 1939-1943, o crescimento econômico se reduziu, apresentando taxas negativas. A dinâmica exportadora do café se beneficiou da demanda dos países em conflito, havendo proteção sobre a produção de tecidos, de derivados do petróleo e de minérios não metálicos.

No pós-guerra, a estratégia de crescimento foi fundamentada na substituição de importações. Como se sabe, na década de 50, a Cepal, sob o comando de Raul Prebisch, desenvolveu o modelo da política de substituição de importações como estratégia de desenvolvimento dos países latino-americanos.

Na Colômbia, a partir de 1945, o modelo foi acompanhado de uma política definida de controle das importações, da criação de um modesto, porém, dinâmico setor manufatureiro assistido pelo Estado, e com a aplicação de políticas de caráter setorial que permitiram um acelerado crescimento da manufatura. Criou-se o Instituto de Fomento Industrial –IFI-, em 1940, apoiado, especialmente nesta conjuntura, nos investimentos na indústria química, de borracha e metalúrgica, dentre outros.

Finalizando a década de 50, o auge dos preços do café liderou o crescimento do setor agrícola exportador, contribuindo para gerar divisas que permitiram impulsionar a substituição de importações de bens de consumo e intermédios. Entre 1945 e 1950, se apresentou um processo de modernização industrial com um dinâmico crescimento da indústria manufatureira, quase o dobro do PIB, ou seja, 7.5% de crescimento médio anual.

As indústrias de alimentos, bebidas, tabaco, vestuário, calçado, móveis, equipamentos para a imprensa e couros; assim como os tecidos, a borracha e minérios não metálicos marcaram, na década de 60, a diversificação industrial. A indústria do papel, produtos químicos, derivados do petróleo e do carvão, metálicos básicos e indústria metal-mecânica, são também exemplos desta expansão: Siderúrgica de Medellín (1941), *Icollantas* (1942), *Empresa Siderúrgica del Pacífico* (1947), *Paz del Río* (1948), *Compañía Nacional de Fertilizantes* (1952), *Cementos Boyacá* (1955), *Monómeros Colombo Venezolanos* (1967) e *Sofasa* (1969) Registrava-se uma taxa de crescimento da ordem de 6.4% anual entre 1959 e 1967, fortalecendo o produto agregado em 4.7%. A expansão do mercado interno ganhou força devido ao crescimento do salário e do emprego⁴⁵.

A queda dos preços do café, a partir de 1955, gerou restrições de divisas e o impacto sobre a diminuição do crescimento do PIB. A partir de 1958, foram as indústrias não tradicionais – bens de consumo duráveis, bens intermédios e de capital – que possibilitaram o crescimento industrial nos primeiros anos da década de 60. O fato das divisas da economia dependerem, em maior quantia, das exportações do café, gerava um sistema instável, marcado por uma orientação exportadora marginal, ao passo que a demanda

45 SARMIENTO, Libardo(2002:4-6)

do mercado doméstico absorvia a quase totalidade da produção industrial do País. As exportações, diferentes do café, se concentravam em poucos produtos, principalmente agrícolas ou de extração primária e de escasso valor agregado.

3.1 Articulações com o capital hegemônico nos últimos quarenta anos de desenvolvimento dos processos de violência

O orçamento geral de gastos para 2003, segundo a distribuição funcional do Estado, concentra 29,2% do PIB. O principal orçamento é o de serviço da dívida pública nacional, 36% (10,5 do PIB). O Estado é altamente favorável ao modelo de economia *rentista*, direcionando grande parte de seus recursos para os capitalistas financeiros, nacionais e estrangeiros. Os dados apresentam as perdas geradas pela corrupção que equivalem a 71 vezes mais do que as ocasionadas pela guerra. Destinam-se 10% do orçamento (2,9 do PIB) para a formação do capital produtivo; para a proteção ambiental 0,3% (0,1 do PIB); o gasto em ciência e tecnologia é ínfimo. O grosso das finanças dirige-se a gastos improdutivos: renda do capital financeiro, tecnocracia neoliberal, repressão e controle do cidadão⁴⁶

O processo global de reestruturação e abertura da economia está fundado em: abertura indiscriminada; privatização e redução do papel econômico e social do Estado; ajuste fiscal, equilíbrios macroeconômicos, recorte do gasto público e eliminação de subsídios; condições mais favoráveis à inversão estrangeira; exploração indiscriminada dos recursos naturais; predomínio do poder executivo sobre os demais setores; monopólio da violência pelo Estado, repressão do descontentamento social, etc. Desse modo, o Estado é pressionado para aplicar políticas consoantes com a regulação internacional.

A aplicação, na Colômbia, de políticas programáticas decididas e acompanhadas pela ONU, pelo Pnud, pela OEA, no marco do Programa Global de Monitoramento dos países sustentados em economias de ilegalidade, aparece-nos em censos e cifras que, desde o ano 2000, vêm fundamentando

46 SARMIENTO (2002)

intervenções estrangeiras diversas. Estas compõem atividades de aspersão aérea⁴⁷; execução de projetos de desenvolvimento alternativo; aplicação de programas de *Famílias Guardabosques*⁴⁸ [ou Estado comunitário do Álvaro Uribe Vélez; (2002-2006)]; aplicação de programas de diminuição da pobreza sob propostas de *renda mínima para os mais pobres e frágeis segmentos da sociedade*, dentre outras ver Amartya Sen, por exemplo, é um dos autores das teses que subsidiam o modelo antes referido:

“Desenvolvimento é liberdade: o desenvolvimento das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas” das pessoas porque se trata de levar uma vida mais humana, pelas pessoas, pois o desenvolvimento depende do esforço criativo de homens e mulheres, não da natureza, nem da sorte; para as pessoas, porque o fim não é somar zeros nas contas nacionais, senão melhorar a vida das pessoas. O desenvolvimento humano não é uma simples abstração, nem simples exortação. No campo prático das políticas ou estratégias para o desenvolvimento, o novo paradigma busca integrar e superar os enfoques convencionais. Não a receita dogmática e simplista de “abra a economia que o Estado planeja”. Fazer desenvolvimento exige revisar a ampla experiência acumulada no mundo para identificar os métodos e programas que melhor têm servido para alcançar objetivos de desenvolvimento econômico (equilíbrio fiscal, aumento de exportações); desenvolvimento social (redução da pobreza, alfabetização); e desenvolvimento político (proteção de minorias, participação cidadã). No acervo de métodos aprovados, o desenvolvimento humano escolhe, combina e se é preciso redesenha políticas, estratégias e projetos de modo a acentuar os círculos virtuosos entre diversos objetivos ou valores (rota ou rumo do crescimento econômico que maior emprego gera; a participação comunitária que mais aumenta o produto, etc) De maneira breve, a metodologia própria do desenvolvimento humano consiste em buscar integração e sinergias entre programas ou estratégias com capacidade aprovada para lograr objetivos parciais de desenvolvimento econômico, político e social⁴⁹.

Acreditar que vivemos numa ordem internacional marcada pela “interdependência” de estados soberanos, que se representam de maneira

47 Fumigando com Glifosfato e aspersão do fungo *Fusarium Oxisporum* contra os cultivos de coca.

48 O governo colombiano faz referência constante a este programa de “Famílias Guardabosques” cujo verdadeiro objetivo é criar um exercito de camponeses e de ex-paramilitares, mas especialmente habitantes do campo, ofertando-lhes recompensas em dinheiro a troca de delação de cultivos ilícitos e de delação de presença guerrilheira. Isto faria que umas regiões se coloquem em embate contra outras, ampliando o campo da vingança e das diversas violências. O presidente Uribe Vélez aumentaria, em paralelo ao desenvolvimento do programa, a clientela reelecionista para o período 2006-2010.

49 Definição clássica do conceito de desenvolvimento humano tema do livro de Amartya Sen, Premio Nobel de Economia, ao lado de Mahbub ul Haq, inspirador do paradigma de desenvolvimento humano do PNUD, na década de 90, para os países de América Latina.

igualitária no marco da ONU ou de outras instituições internacionais é um equívoco. Negar a assimetria radical que constitui a atual ordem mundial e ter a ilusão formal de fazer parte como países considerados “iguais” no contexto das nações é também uma outra crença que parece pregoar uma “harmonia natural” e uma possibilidade de “equilíbrio” entre “sinergias”.

É preciso reconhecer a existência de um denso tecido de relações econômicas, sociais, políticas, ideológicas e militares que estruturam o poder a partir de territórios econômicos e não de territórios nacionais, no nível internacional, sob o comando do Império. A realidade demonstra os avanços da expansão geográfica sem precedentes do capitalismo como princípio organizativo de sociedades e economias de quase todo o mundo, com a inusitada penetração do processo de mercantilização nas mais diversas áreas da vida social.

Reparemos que a Colômbia, para chegar a configurar a mudança na Constituição em 1991, teoricamente percorreu todas as vias democráticas, visando construir um novo contrato social; o País fez o caminho do desenvolvimento da democracia formal em todas suas etapas (GONZÁLEZ: 2000). O que se observa é que, ao contrário do discurso, nenhum dos países latino-americanos conseguiu redigir o marco legal para estruturar o prometido “Estado Social de Direito”: com objetivos apreciados pela humanidade sob os lemas de *justiça, direitos iguais para todos, prioridade na construção do público*.

O Estado colombiano busca impor um rumo à sociedade, desconhecendo as marcas de lutas e conquistas sociais históricas, caracterizadas amplamente em GONZALEZ (2000: Capítulos II e III). De tal modo que, na aparência, o fenômeno que a mídia divulga sob a roupagem de uma república liberal é o de uma sociedade colonizada, duvidosa em assumir o desafio de se conhecer, de se reconhecer, de tentar instituições que nasçam de sua própria composição social. Desde a conquista da América, a Colômbia tem sido uma sociedade que não consegue traçar um destino próprio.

O Estado colombiano vem negando sistematicamente o reconhecimento das culturas: indígenas, crioulos, negros, sambos, das diversas mestiçagens. Tem ficado no papel funcional e metabólico que favorece o desenvolvimento da lógica industrial comandada pelas potências

que honra. Lógica que transforma mecanicamente, por exemplo, a folha de coca em cocaína, a consome, irriga com seu comércio as veias de sua economia e, finalmente, declara os países que a plantam, processam e vendem como os verdadeiros responsáveis pelo fato e, os únicos que devem corrigí-lo.

O desenvolvimento da sociedade colombiana não esteve na capacidade de acompanhar o projeto de mudança expresso na Constituição de 1991⁵⁰, nem o Estado permitiu condições para se chegar ao patamar de lemas societários tão apreciados como ideário. Isto aconteceu primeiro porque não basta redigir constituições, posto que a definição jurídico-formal não é o espaço onde se operacionaliza o modelo de exclusão social, onde se geram as práticas de exploração ao serviço de pequenos segmentos da sociedade que não conseguem dissimular os nexos com a acumulação capitalista. Segundo, porque o regime de representatividade e legitimidade dos partidos atravessa uma crise de desinstitucionalização, na medida em que a participação no poder vem favorecendo os interesses privados. O público tem sido aos poucos privatizado, em convivência com os representantes do poder estatal, através de diversas armadilhas operadas por grupos privados. Deste modo, as organizações públicas aplicam políticas ao avesso do fortalecimento da esfera pública.

O Estado colombiano é um Estado que não existe em absoluto e é também um Estado que existe infinitamente. Ao se tratar do cumprimento de funções como, segurança social, proteção de direitos, garantia da saúde, educação, trabalho, dentre outras funções essenciais, este Estado parece não existir. Mas se tratando de usufruir o público para benefício dos interesses privados, de garantir privilégios de clientelas, de dobrar-se ao serviço dos poderosos, esse Estado é infinitamente existente, presente. Este Estado é, então, um instrumento para segmentos de poderosos, é um Estado anti-popular, opressivo, mesquinho, que deixa no abandono áreas agrícolas,

50 A Constituição de 1991 se traçou dentre outros objetivos: i) outorgar propriedade a negros e indígenas sobre os territórios do Litoral do Pacífico, historicamente habitados por eles; ii) implantar o ordenamento territorial sob critério de região natural e preservando as propostas encaminhadas pelas Organizações de base comunitária; iii) diminuir o número de estados na divisão político-administrativa do país; iv) implantar e proteger a prática dos mecanismos de participação cidadã, gerando abertura na participação econômica, política e social, encaminhada a barrar a violência no país, etc.

aldeias da periferia, assentamentos nos quais os camponeses têm tido que aprender a viver sem sua presença, ou com o Estado como perseguidor.

Este projeto que se efetiva no real, afasta-se da teorização do chamado paradigma do desenvolvimento humano, inspirador da implantação da política pública em nossos países. Consideramos, sem ilusão, que não há possibilidade, no capitalismo, de superar as desigualdades sociais; não há possibilidade, nos limites da democracia representativa, sob comando do modelo econômico vigente, de se construir uma ética na defesa do interesse público. Na medida em que não se conseguiu construir um referencial de *Estado-nação*, persiste uma falta de credibilidade e de apropriação de instrumentos ou ferramentas de democratização da vida civil. Fato que se reflete nas condições para gerar o controle social que possibilitaria uma maior representatividade como processo, resultado de costuras coletivas múltiplas. O que, na Colômbia, está sendo sistematicamente desfeito. Os projetos societários de convivência, de projeção com referencial próprio, estão sendo continuamente barrados. É possível afirmar que, na Colômbia, o governo e os partidos políticos tradicionais [liberais, conservadores e os reformistas (social-democracia)] participam ocasionando o rompimento do tecido social⁵¹.

Não concordamos com a afirmação que qualifica o ser colombiano como violento, naturalizando a violência, desse modo. Sem se conhecer/compreender o processo histórico da sociedade colombiana é impossível sair da aparência, em busca da essência das relações sociais constitutivas no País que, historicamente, vêm configurando as marcas da violência.

Observando o entorno econômico, político e social que caracteriza a realidade da Colômbia, nas últimas quatro décadas, consideramos que o

51 Vale destacar, nesse sentido, a história da "Unión Patriótica - U.P". Movimento político fundado em 1985 resultado dos acordos de paz e de cese ao fogo entre o governo de turno e as FARC-EP um ano atrás, em 1986 iniciou um promissório ascenso político ao obter a votação mais alta que se conhecesse na história do país, entre as experiências de oposição pluripartidista e de esquerda. A U.P. foi submetida nos anos seguintes ao mais intenso banho de sangue de que se tenha notícia contra um partido e seus simpatizantes. Foram mais de 4000 assassinados em crimes seletivos e massacres coletivas, entre eles aconteceram os assassinatos de dois candidatos à presidência, vários congressistas, prefeitos e vereadores. Este genocídio contra a U.P. foi fundamentado na intolerância do poder dominante, levando ao fracasso as tentativas de paz das FARC.

território⁵² e suas redes [populações, riqueza de circuitos de bens naturais, culturais, processos produtivos, dinâmica própria de informações] têm sido historicamente explorados pelos interesses [econômicos] representados em segmentos do capital nacional e internacional. Aprofundando, desse modo, condições de desigualdade social.

O assunto do conflito armado e da caracterização da Colômbia como maior produtora de drogas [coca, maconha] é muito interessante, pois esta sinalização no mercado-mundo termina justificando o ser alvo de intervenção internacional, com ênfase em territórios nos quais existem redes de recursos naturais muito apreciados para a vida humana no Planeta. Bacias como as dos rios Orinoco e Amazonas [Estados da Amazônia, Guainía e o Vaupés] estão sofrendo sistemática intervenção, quer dizer, não há qualquer governabilidade nacional [área na qual se implementou o “Plan Colombia”].

Vale destacar como o movimento do capital consegue ampliar os circuitos de riqueza que pode usufruir nestas regiões, desrespeitando a construção histórica fundiária, excluindo as populações da participação na decisão do rumo, sendo elas penalizadas a assistir aos processos de redefinição de usos, para além das fronteiras ou dos limites da divisão espacial do Estado.

Negociações abertas ou ocultas entre elites e segmentos de comando do capital internacional estão outorgando a direção de desenvolvimento nessas áreas. Não contam as demandas da população, nem o desenvolvimento das economias regionais. Estes territórios não são mais regulados pelo Estado, mas pelas grandes empresas.

Entre os anos 1985 e 1987, o “Instituto Geográfico Agustín Codazzi-IGAC”⁵³ e o “Instituto Colombiano Agropecuario-ICA”, fizeram um estudo sobre as áreas agrícolas do País, com ênfase no uso de terras. Em 2002, conseguiram concluir um comparativo (IGAC: 2002), no qual se destacam as seguintes cifras: na atualidade, a agricultura ocupa 3,7% da superfície nacional, frente a 4,7% que se registravam em 1987. Os cultivos mais afetados foram os transitórios, cuja área descendeu de 1.160.000 a 710.000 ha. A área coberta

52 Conceito atrelado aos interesses do direito internacional e que participa do mercado-mundo a partir da maneira como se subdivide, dos conteúdos que assume, do espaço que ocupa na geopolítica desse sistema.

53 UNPeriódico, Bogotá, D.C., nº33, abril, 2002

por pastos aumentou, nos últimos quinze anos, deslocando áreas agrícolas e florestais em todas as regiões naturais. Houve uma taxa de desmatamento em bosques naturais, aproximadamente de 221.000 ha por ano. Os conflitos de terras estão associados com seu uso, com o não cumprimento das funções sociais e econômicas de produtividade e à dinâmica que tem seguido o desenvolvimento nas diversas regiões do País: isto tudo revela a pactuação com as políticas de abertura econômica, o mergulho no modelo econômico que fortalece o capital especulativo, favorecendo a violência no campo, dentre outros fatores.

Observemos o exemplo que sinaliza o direcionamento sem rumo de projeto nacional, na política econômica na AL e Centroamérica. O Gráfico 01 apresenta o percentual da economia subterrânea na Colômbia entre 1976-2002 e um comparativo (2002) desta mesma economia entre países da América Latina⁵⁴ (UNPeriódico, nº 83), Gráfico 02. É importante salientar que esta economia estimula circuitos de consumo e tráfico de ilegalidades, porém, não significa o desenvolvimento de forças produtivas. O estudo revela que, associado a esta economia, está o uso de dinheiro efetivo em grande quantidade, evitando, assim qualquer tipo de controle legal.

Esta economia está associada a atividades na contramão da lei no País. Na Colômbia, seu alcance se articula com a economia do narcotráfico e desrespeita a legislação fiscal e de trabalho. De pensar que este era um tema marginal, passa-se, hoje, a considerá-lo essencial para compreender a dinâmica econômica dos países periféricos. Achamos curioso que, na nossa pesquisa sobre o tema, registra-se que estes tipos de economias são característicos de países subdesenvolvidos e que visam à transição. Mas, transição para onde? Qual é o rumo que visualiza uma economia que consegue gerar valor, riqueza, estabelecendo uma relação de flexibilização perversa da força de trabalho que explora? Que cria condições de barbárie!

54 <http://unperiodico.unal.edu.co/ediciones/78/04.htm>

Gráfico 01. Economía “Subterrânea” na Colômbia.

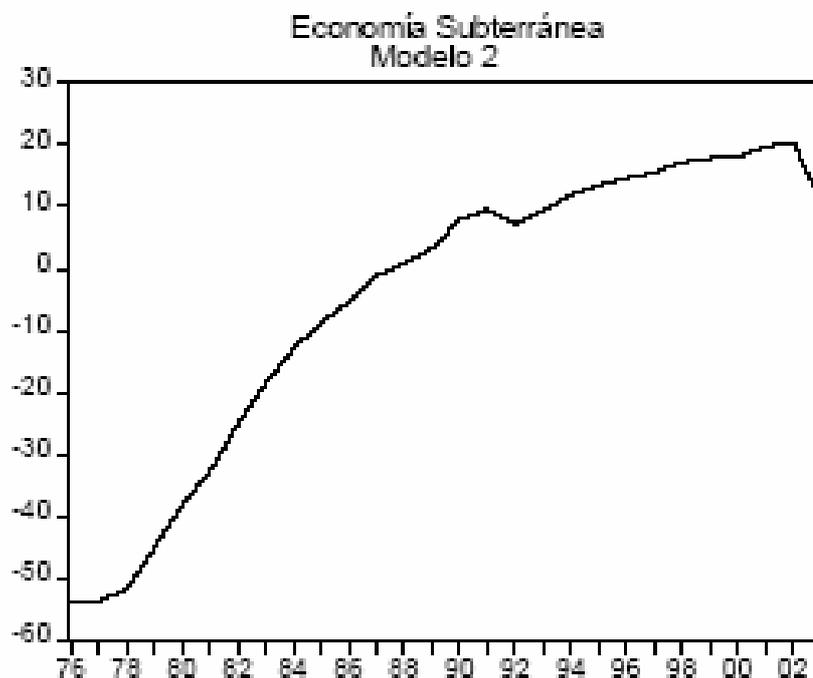
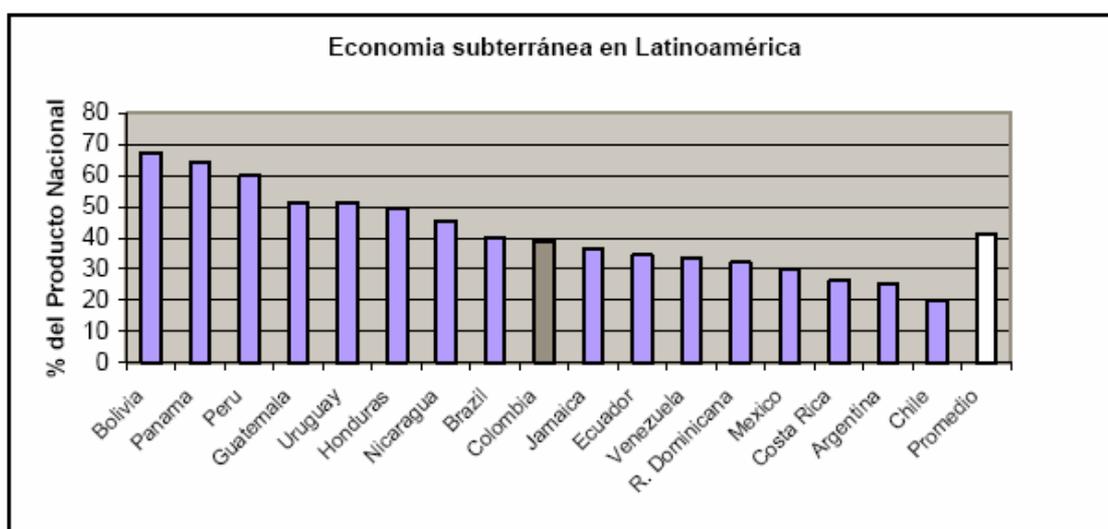


Gráfico 02. Economía “subterrânea” comparativo entre países da América Latina.



“La economía subterrânea, en Colombia, representa un poco más del 40% del PIB, y a mediados de los años ochenta llegó a ser más del 70%. [Este Gráfico 02 corresponde al] resultado de un estudio econométrico entre 1976 y 2003 acerca del comportamiento de aquellas actividades asociadas a la corrupción, el contrabando, el narcotráfico y la evasión o elusión de impuestos”⁵⁵

⁵⁵Arango, Carlos, Arango, Martha et.[...]UNPeriódico, nº 83-2005

Mediante oficinas, aplicação de formulários, monitoramento nas áreas, os programas desenvolvidos pelo chamado “Plan Colombia”-PC vêm divulgando dados sobre avaliação e rendimento dos cultivos ilícitos. Segundo este informe *a maioria dos camponeses produz artesanalmente drogas em seus sítios, mudando sua tradição de plantio e participando do mercado produtivo de drogas.*

Em agosto 2000, o presidente Andrés Pastrana anunciava o “Plan Colômbia”, com a previsão de ser desenvolvido durante um período de 5 anos. Investindo aproximadamente US\$ 7.500, deste modo: US\$3500 da Comunidade Internacional [1000 milhões da União Européia-UE, 1600 milhões assegurados pelo governo dos EUA e 900 milhões aportados pelos organismos internacionais] e o governo colombiano destinaria 4000 milhões ao PC. Este Plano, inspirado pelos EUA, projetava erradicar desde o ar umas 60.000 has de cultivos ilícitos; criar-se-iam três batalhões antinarcóticos, treinados e equipados pelas forças especiais dos Estados Unidos, respaldados por 60 helicópteros que dariam mobilidade a essas forças. Os recursos deveriam ser investidos assim: 82.5% dirigidos ao aparelho militar [o objetivo seria fragilizar economicamente à guerrilha e aos narcotraficantes]; 3.1% destinados aos programas de recuperação em zonas de cultivos ilícitos e 6.25% destinados à reforma judiciária, fortalecendo os direitos humanos e os processos de participação social.

A Colômbia é incluída, depois dos atentados do 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, entre os objetivos de sua “guerra contra o terror”. Desse modo assegurava-se, diante da legislação interna Norte-americana, a colaboração ativa com investimento diverso na guerra do governo colombiano contra a guerrilha. Em fevereiro de 2002, o governo colombiano rompeu as negociações de paz com as FARC e, a sociedade civil nacional e internacional que vinha participando no processo. O governo justificou o encerramento dos diálogos devido à pressão exercida pelas FARC, seqüestrando candidatos políticos e tentando influenciar no resultado do processo eleitoral. O resultado desta tentativa frustrada de diálogos foi negativo para a imagem do governo. Desse modo, o candidato apoiado pelo partido conservador [governo] perdeu força e as circunstâncias colocaram a Álvaro Uribe Vélez na presidência da República.

Uma partida de 2.600 milhões de dólares foi liberada por Washington, em maio de 2002. Iniciava-se assim uma decidida intervenção militar dos EUA no continente. Uribe Vélez, candidato vencedor, esteve vinculado historicamente às forças paramilitares que surgiram a partir das chamadas “Convivir”. Estes grupos vinham defendendo interesses de latifundiários, no Estado de Antioquia e, como já sinalizávamos, depois passariam a serem reconhecidos como “Autodefensas Unidas de Colômbia – AUC”. Importante trazer à tona que o pai do então candidato Uribe Vélez morreu torturado e julgado pelas FARC, sendo isto um motivo mais para o candidato declarar sua oposição a todo acordo de paz com a guerrilha.

Na procura de compreender os interesses em jogo, na implementação deste Plan Colombia, vamos deter-nos em alguns dados que as pesquisas revelam sobre os cultivos ilícitos no país, nos espaços que se seguem:

O Estado de Meta, no *Parque Nacional Natural de La Macarena*; a selva Amazônica, no Estado do *Guaviare*, onde se encontra a *Reserva Natural de los Nukak*⁵⁶; o estado de Antioquia, no *Parque Nacional Natural de Paramillo*; a *Sierra Nevada*, são exemplos, dentre outros, tidos como as maiores extensões de território com cultivos ilícitos.

É bem reconhecido que existe relação entre a situação de pobreza das populações e sua dispersão, na procura de alternativas de sobrevivência. Isto se expressa através de fatos como a falência na produção de café, o mínimo investimento público em infra-estrutura básica nos Estados, a falta de diversificação em propostas de produção agrícola e a presença de grupos armados que oferecem a participação, tanto na produção de drogas como outorgando um pagamento mínimo, para membros das famílias se inserirem em grupos guerrilheiros ou para-militares.

As pesquisas refletem uma realidade nacional na qual foram encontrados cultivos ilícitos em 64 municípios [na Colômbia, existem 1.098

⁵⁶ Habitado pelas comunidades nômades, conhecidas como “Makús”, pertencentes à família lingüística Piaroa. Os “Makús” constituem um dos únicos grupos que ainda tiram sua sobrevivência do aproveitamento dos recursos naturais, e sua economia está fundada na transumância permanente na selva amazônica. Os grupos são caçadores, moram nas margens da cordilheira ocidental, sendo uns 200 indígenas, os quais constroem vivenda temporária, concordando com a oferta na selva. Eles constroem sua vivenda com materiais extraídos da selva. Procuram ficar perto de rios de água doce e onde possam encontrar diversos frutos.

municípios e 4 Distritos Especiais⁵⁷] e em 23 dos 32 Estados do País. Estes cultivos ocupam 2.07% do total do território nacional. Sendo que em âmbito de Meta-Guaviare representa 36% do total de cultivos de coca, enquanto a escala Putumayo-Caquetá apresenta 29% do total de cultivos de coca no País. Na região do Pacífico-Nariño, com 18%, apresenta um crescimento na presença destes cultivos – Ver Mapas 10, 16, 17 e 18 de Fronteira.

Continuando a qualificação da Colômbia, no contexto das articulações com os processos de acumulação do capital, vamos fazer alguns desdobramentos sobre a situação do País, no início do Século XXI. É possível reconhecer que nossa economia está enfrentando perdas nos processos produtivos, nos índices de emprego, apostando a sustentar altas taxas de interesse e uma moeda ilusoriamente forte com relação ao dólar.

4. A Colômbia no início do Século XXI. A crise econômica e social

A partir da segunda metade dos anos 90, reduziram-se para América Latina, de maneira notória, os empréstimos da banca financeira e das instituições oficiais. A banca financeira privada passou a fazer estes empréstimos.

O novo modelo de empréstimos internacionais trouxe, como consequência, o aumento da dívida externa da Colômbia, de maneira considerável nos últimos anos. Em 2000, era de US\$ 36.000 milhões de dólares e, dois anos após, de US\$ 39.258 milhões de dólares, equivalente a 54,2% do PIB⁵⁸. A *Contraloría General de la República* declarava que, ao se iniciar 2003, a dívida pública da Colômbia tivera um incremento de 25% com relação a 2002⁵⁹.

O incremento notório da dívida tem subordinado as políticas econômicas e sociais do País. Crise econômica, aplicação de políticas de

57 Bogotá (Distrito Capital); Santa Marta (Distrito Cultural e Histórico); Cartagena de Indias (Distrito Turístico e Cultural) e Barranquilla (Distrito Industrial e Portuário).

58 Consuelo Ahumada, Cuatro años a bordo de sí mismo: la herencia económica, social y política del gobierno de Andrés Pastrana, El Áncora Editores, 2002, p.44.

59 "Deuda, eterno problema", El Tiempo, marzo 9 de 2003, p.1-12.

ajuste, cortes nas transferências aos municípios, deram continuidade aos acordos com o FMI, em dezembro de 1999. Esses acordos se explicavam como consequência do déficit fiscal. Os ajustes foram assinados no *Ato Legislativo 01* que reformou as transferências às entidades territoriais estabelecidas na Constituição e aprovadas pelo Congresso, em junho de 2001. A partir desta decisão, durante os seis anos seguintes, a sua aprovação, os cortes das transferências regionais teriam que estar acima de nove bilhões de pesos⁶⁰. Esses cortes têm tido sua incidência na diminuição considerável da inversão social no território nacional, com a consequente redução da cobertura em educação, saúde e previdência social.

O governo de Álvaro Uribe Vélez, em janeiro-2003, assinou um outro acordo com o FMI, fazendo ajustes ainda mais drásticos. Planejou-se o Referendo do primeiro semestre de 2003, para reformar a Constituição, mediante o congelamento do gasto público e dos salários dos trabalhadores que ganham acima de dois salários mínimos. A prioridade era pagar juros da dívida, dando assim, cumprimento aos prazos. Porém, o Referendo não foi aprovado e, terminou sendo um entrave que não permitiu a reforma da Constituição, por essa via.

No governo de César Gaviria, com a abertura econômica iniciada em 1990, o País mergulhou em políticas que terminaram desprotegendo o setor agrário, através da liberação de importações, do fechamento das instituições agrárias oficiais, como a “Caja Agrária” e o “Instituto de Mercadeo Agropecuario – IDEMA”.

A Crise econômica no campo incrementou a pobreza da população rural, aprofundando a desproteção do governo e manteve os índices de posse da terra, concentrada em poucas mãos. Analisemos estes dados: 1.08% dos proprietários possuem 53% das terras cultiváveis do país. Percentual superior ao registrado há dez anos, quando 1.40% de proprietários controlavam 46% das terras⁶¹.

60 Nos numerais 356 e 357 da Constituição de 1991 estabeleceram-se as transferências como uma participação percentual das entidades territoriais nos ingressos correntes da nação

61 Luis Jorge Garay (diretor acadêmico), *Colombia entre la exclusión y el desarrollo*, Contraloría General de la República, 2002, p.16.

A importação de alimentos passou de 800.000 toneladas, em 1991, a sete milhões de toneladas, em 1998, significando um incremento anual superior a 21%.. Os maiores volumes de importações corresponderam a cereais. Por seu lado, nas exportações destacaram-se os produtos agropecuários e agroindustriais. Estes passaram de 2.2 milhões de toneladas, em 1991, para 3.7 milhões, em 2000, o que representou uma taxa de crescimento médio anual de 6.2%. Em termos de valor, estes passaram de US\$ 1.395 milhões de dólares, em 1991, para mais de US\$ 2.000 milhões de dólares, em 2000; quer dizer, com uma taxa de crescimento anual de 4.2%⁶².

Esse panorama rural de crise impulsionou a mudança para cultivos chamados ilícitos: zonas antes cafeeiras foram ocupadas por grandes extensões de coca e papoula. Pequenos e medianos proprietários migraram aos centros urbanos ou às zonas de fronteiras com os países próximos. Em 2003, os pobres somavam, segundo uma Missão avaliadora do Departamento Nacional de Planejamento, 24 milhões de pessoas, cerca de 2/3 da população do País. A população indigente era a quarta parte da nação colombiana; quer dizer, 9 milhões de colombianos. Cerca de 33 milhões, ou seja, 77% do total da população, encontravam-se na pobreza e na miséria⁶³. Por outro lado, o estudo sinaliza que o problema da pobreza extrema, sustentado acima de 19% em quase toda a década de 90, incrementou-se nos últimos anos, estando próximo a 25%, na atualidade⁶⁴.

A Foto 03 nos revela o empenho das comunidades indígenas, do Sul de Cauca, fazendo erradicação voluntária e manual de *cultivos ilícitos* em seu território. Isto é feito, tentando evitar as pulverizações estatais aéreas. Logo, após da foto, destacaremos parte da Declaração de encerramento do Congresso Indígena realizado, no passado mês de setembro, 2005, pelas comunidades do Estado de Cauca.

62 "Atrasos y adelantos en el campo", Portafolio, junio 28 de 2001, p.10

63 "Aumento de la pobreza en Colombia", www.larepublica.com.co, febrero 8 de 2003

64 Luis Jorge Garay, op.cit., pxxxii



Foto 03. Indígenas do Sul de Cauca, erradicação voluntária e manual de *cultivos ilícitos* em território indígena.

“(…)La tierra en Colombia está en manos de la clase alta, de los políticos y últimamente de los narcotraficantes y paramilitares.

Lo más terrible es que sin haberse hecho reforma agraria, lo que sí se logró en los últimos años fue una contrarreforma agraria, según expresa la Contraloría: “mediante la compra o apropiación indebida de tierras -alrededor de un millón de hectáreas- por narcotraficantes y grupos armados ilegales en los últimos 20 años se ha realizado la más aberrante concentración de la tierra en el país. Una auténtica contrarreforma agraria. Los narcotraficantes poseen el 48% de las mejores tierras del país, mientras que el 62% de los propietarios (pequeños campesinos) sólo posee el 5,2% del área. Según el PNUD y el DNE los narcotraficantes compraron tierras en 409 de los 1.039 municipios del país. Los casos más dramáticos son el del Valle, en

donde este tipo de compra de tierras ascendió a 85,1%; Córdoba, 84%; Quindío, 75%; Risaralda, 71,4%, y Antioquia, 70,9%⁶⁵".

Las cifras anteriores simplemente hacen palidecer las promesas del actual gobierno, pues cabe recordar que prometió para el cuatrienio la entrega de 200 mil hectáreas, de las que apenas se han adjudicado alrededor de 5 mil, esto es, menos del 5%. Las promesas gubernamentales se fundamentaban en la aplicación de la figura de la extinción de dominio, que como es de público conocimiento, tampoco ha funcionado.

Lo que se ha consolidando en muchas regiones, es una verdadera alianza criminal entre narcotraficantes, terratenientes, políticos y paramilitares, que han logrado variar radicalmente el mapa de la tenencia de la tierra en el país. En esta dinámica, nuevamente fueron derrotados los campesinos, indígenas y afro colombianos y entre todos ellos, pueden contar en la última década, una cifra cercana a los tres millones 500 mil desplazados y despojados de sus tierras, frente a la más grosera omisión estatal y una evidente indolencia social.

Las comunidades indígenas de San José de Apartado [Urabá], Putumayo y Caquetá, entre otras, hemos sufrido en carne propia la más aberrante violencia. El 16 de diciembre de 1991, en la finca El Nilo, ubicada en el Resguardo de Huellas, fueron masacrados 20 indígenas entre adultos, jóvenes y niños, por parte de narcotraficantes y miembros de la Fuerza Pública. Este caso se presentó ante la Comisión Interamericana de Derechos Humanos, instancia en la que el Estado Colombiano tuvo que reconocer su responsabilidad y a modo de reparación, se comprometió a entregar 15.663 hectáreas de tierra plana en tres años (1992 a 1994). A la fecha y después de 14 años, apenas se ha adjudicado el 50% pero en zona de ladera y con una erosión severa que requiere para la recuperación del suelo, una inversión de por lo menos \$ 4.500.000 por hectárea.

Las comunidades indígenas de Colombia debemos seguir caminando sobre la huella de nuestros mayores porque hoy nos corresponde dejar un sendero para que nuestros hijos puedan seguir caminando con libertad en el territorio: la libertad del territorio es el nacimiento de la libertad de los pueblos(...) DECLARACIÓN: "Pueblo Nasa y el derecho a la tierra" 6 Sep 2005 14:18

Constatando esse quadro de perda de condições dignas de sobrevivência para a classe trabalhadora, tanto urbana como rural, observemos, seguidamente, os índices de desemprego. Em 2002, os índices oscilavam entre 2,7 milhões e 3,2 milhões, já em 2003, produziu-se um fluxo contínuo de entrada e saída de *População Economicamente Ativa-PEA*, do mercado de trabalho formal⁶⁶. Ocorreu a expansão dos empregos de curta duração, o que quer dizer que as novas oportunidades de trabalho são de caráter parcial, temporário e conjuntural.

É importante lembrar que o processo de negociação para estabelecer o chamado "Plan Colômbia" esteve associado à conjuntura política de diálogo

⁶⁵ Informe de la Contraloría General de la República, Los Narcotraficantes realizan gigantesca contra reforma agraria, Oficina del Vicecontralor, Bogotá, junio 9 de 2005.

⁶⁶ UNPeriódico, Bogotá, D.C., nº 33, 2003.

com as FARC. O discurso, de governo, priorizava direcionar os debates e diálogos na procura de definir o modelo de desenvolvimento econômico e social da Colômbia. Assim como combinar competências e encaminhamentos para fazer acontecer os acordos. Porém, ao ser assinado, sob exigências dos EUA, a centralidade ficou sobre a expressão militar de retaliação ao conflito insurgente. Quer dizer, um Plano contra o terrorismo das “ilegalidades”. Desse modo, estava claro que seu objetivo fundamental era o controle geográfico, político e econômico. O espaço geográfico central correspondia aos territórios de Putumayo e todo o sul da Colômbia. Áreas de fronteira com países da América Latina.

Marx⁶⁷ explica que a crise do capitalismo tem uma dupla natureza: i) é, ao mesmo tempo, um momento de irrupção de irracionalidade histórica, porque cobra de toda a sociedade um sofrimento sistemático e, desta forma, é também o momento de máxima vulnerabilidade do capital; ii) é a forma como o capitalismo supera as suas contradições, uma vez que é na crise que ocorre a elevação da extração da massa de mais-valia, e a desvalorização de capitais que são exigidos pela necessidade de recuperar os níveis da taxa média de lucro, que incentivarão novos investimentos, a renovação da base tecnológica que ficou obsoleta, permitindo uma nova fase ascendente de crescimento produtivo.

Ao dizer de Valério Arcary⁶⁸

o coração do sistema precisa bater cada vez mais rápido, porque o volume de sangue é cada vez maior, em um corpo que permanece do mesmo tamanho. A pressão sanguínea tem que subir. O remédio dos vasodilatadores, a intervenção premeditada do Federal Reserve, do Banco Central Europeu e do FMI, tem os seus limites⁶⁹.(2003)

Na contemporaneidade, no entanto, a crise da sociabilidade do capital, material e subjetivamente, atinge a todos em sua barbárie e, sobretudo, apresenta-se não mais de forma cíclica. Trata-se de uma crise estrutural que

67 MARX, Karl. Grundrisse. México, Siglo XXI, 1997. pp. 630- 637.

68 http://www.tognolli.com/html/mid_29.htm

69 “Por quê não poderá existir um capitalismo sem crises cada vez mais severas? Cinco polêmicas sobre os prognósticos d’O Capital e o balanço da história”. CEFET/SP e USP, 2003.

atinge, de modo desigual, porém, combinado, todo o Planeta. Sobre isto, apresentamos mais argumentos no Capítulo IV.

5. A sociedade civil como alvo da política estadual contra insurgente

Em fevereiro de 1962 a Missão *Yarbourough*, do exército estadunidense, visitou a Colômbia. As diretrizes registradas pela Missão, para o governo nacional, indicavam ao Estado colombiano a adoção de uma estratégia contra-insurgente paramilitar, antes mesmo de surgirem as guerrilhas.

Esta *doutrina estratégica* pode ser estudada nos manuais de contra-insurgência que começam a formar parte da Biblioteca do Exército e dos textos de estudo e treinamento militar, desde 1962.

Vamos tomar como fonte seis Manuais [1962; 1963; 1969; 1979; 1982; 1987] a partir dos quais se pode recuperar as concepções sobre a população civil, seu papel na guerra e, chegar-se a concluir que esta população civil é definida em dois sentidos: i) ela deve ser vinculada à guerra [paramilitarismo]; ii) deve ser alvo principal da guerra contra-insurgente [guerra contra os movimentos sociais e contra as posturas inconformadas com o *status quo*].

O Manual de 1962, chama o inimigo de “força irregular”, identificando-o como “manifestação externa de um movimento de resistência contra o governo local, por parte de um grupo da população” (p. 5). Afirma, além disto, que “o campo de batalha na atualidade já não tem limites, pode incluir nações inteiras” (p 34).

O Manual de 1963, afirma que “o limite entre amigos e inimigos está no seio mesmo da nação [...] trata-se, a miúdo, de uma fronteira ideológica imaterial” (pág 32).

O Manual de 1969, afirma sobre a guerra revolucionária, na Colômbia, que ela “pretende destruir o sistema da nação” (p. 194) e explica sua gênese pela “desatenção dos organismos oficiais para solucionar os diversos problemas e necessidades da população [que] se torna um ingrediente de inconformidade que é aproveitado pelos grupos à margem da lei [subversivos]” (p 159). Define as operações de contra-insurgência como “ações militares,

policiais, sociais, econômicas e psicológicas tomadas por um governo local para modificar e eliminar as causas da insurgência” (p 185)

O Manual de 1987, identifica o “conflito subversivo na Colômbia” como “conseqüência de conflitos políticos e socioeconômicos [que] têm provocado o embate entre as forças da ordem e grupos subversivos organizados, dirigidos por elementos colombianos, com apoio de países e movimentos estrangeiros, em amplas zonas do território nacional, com o objetivo único da tomada do poder e com a participação ativa de grupos camponeses, operários e estudantes” (p 10). O Manual indica que a ação preventiva “deverá ser integral, considerando a gama de causas que produzem o levantamento, procurando o apoio popular e conduzindo sob a visão de mercado nacionalismo” (p 29).

É reiterada a tese, em todos os documentos, segunda a qual “o crescimento e a continuação de uma força irregular dependem do apoio subministrado pela população civil” (desde o Manual de 1962:5), reconhecendo que a guerra moderna consiste em se enfrentar “uma organização estabelecida no mesmo seio da população” (Manual de 1963, p. 64), ou de que “na população civil se fundamenta a existência dos grupos subversivos” (Manual de 1979:32, 59 e 159, e documento de 1987:35). Esta interpretação explica o fato de que a estratégia *contra-insurgente* esteja sempre contemplando como alvo principal à população civil.

No Manual de 1979, nas “Disposições do Comando do Exército sobre treinamento e operações”, ao se destacar os “aspectos teóricos e de formação moral que, como mínimo, devem conhecer os soldados (...) se considera a importância da população civil como um dos principais objetivos na guerra irregular (pp. 79-80)”.

O Manual de 1963, afirmava que “o morador, nas áreas de batalha, se encontra no centro do conflito (...) é o elemento mais estável, queira-o ou não. Os dois campos estão obrigados a fazê-lo partícipe no embate e ainda que não saiba, o habitante, em certa forma, será um combatente (p. 34). O documento afirmava que “(...)é entre os habitantes que se desenvolvem as operações de guerra, as atividades da população serão limitadas em todos os campos de ação” (p. 51). Ao soldado, segundo o documento de 1979, “se lhe deve fazer compreender que, em guerra irregular, o inimigo está em todas as partes e a toda hora (29).

Quando os documentos tentam caracterizar a população civil e os diversos *atores*, colocam como *ator principal* a insurgência e afirmam: “a composição das forças insurgentes está constituída pela população civil participante e o grupo armado” (1987:19). Ao enumerar as forças contra insurgentes, caracterizam também dois grandes grupos: “o governo e a população civil que o apóia, por um lado, e do outro, as forças militares da Nação” (p. 27). Compreende-se a sinalização que se faz sobre as diversas formas de reivindicação da sociedade civil como ações de guerra, colocando como exemplos: *greves, as lutas de estudantes, empregados públicos* (Manual de 1979:195).

O Manual de 1987, ao descrever a “Organização do Movimento Guerrilheiro”, diz que “desde o ponto de vista militar, a população civil simpatizante, estrategicamente, se organiza primeiro como movimento sindical (...) sendo portanto, um dos objetivos fundamentais das unidades do Exército” (p. 115). Recomenda-se traçar estratégias de controle e submissão: “será objetivo principal a conquista da mente do homem, o controle de suas atividades, o melhoramento de seu nível de vida e sua organização para se defender diante das ameaças; serão estratégias importantes as operações psicológicas de controle, de ação cívica e de organização que sejam desenvolvidas através de todas as fases reconhecidas como de contra-guerrilha” (p. 147)

A tese central que se tem é a de que a ação das guerrilhas se estende a muitas expressões da sociedade civil, sobretudo através dos movimentos populares, dos partidos políticos legais de oposição ao regime, das organizações sindicais, das formas de protesto social, incluídos os organismos humanitários ou de defesa dos direitos humanos. Fala-se nos *braços desarmados da subversão, de guerra jurídica, das máscaras da subversão, da base política da insurgência*, etc. Identifica-se como um “sucesso da insurgência” o fato de que um partido político, não tradicional, obtenha uma prefeitura pela maioria de votos em eleições. Isto favorece a negação do exercício dos direitos cidadãos.

O General Alvaro Valencia Tovar, Ministro de Defesa, de 1973 a 1975, escrevia no jornal *El Tiempo*, em 3 de junho de 1988, o seguinte, sob o título de: “Ante la cruda realidad.”:

“Sí. Afrontamos una guerra de múltiples facetas, compleja, turbia, indefinida en muchos campos y por ello más difícil de descifrar y conducir. Se precisa tomar conciencia de ello y obrar en concordancia (...) Su esencia es, sin embargo, revolucionaria (...) Comienza con un indetectable proceso de infiltración del Estado y del cuerpo social. Implantan células expansivas en puntos neurálgicos: sindicatos, centrales obreras, magisterio, universidades, medios de comunicación, aparato judicial y, si es posible, Fuerzas Armadas e Iglesia. Crean organismos de fachada dentro y fuera del país, señalado como objetivo que orquestan campañas de descrédito contra el régimen que se busca demoler, y de justificación de la lucha armada. Se recurre a idiotas útiles en plan de notoriedad para que desde las toldas democráticas torpedeen el sistema, desacrediten sus ejércitos, vilipendien a sus gobernantes y dejen la impresión global de corrupción, ineptitud, arbitrariedad, tiranía (...) Enarbolan banderas sociales para justificarse. Incorporan por persuasión o coacción jóvenes ingenuos que creen servir un ideal (...) Se recurre a toda suerte de expedientes. Marchas campesinas, actos vandálicos en universidades, paros laborales, sabotaje (...) Ingenuamente se cayó en el engaño de la negociación política (...) Adquirieron status y un partido que realiza abiertamente la acción desestabilizadora interna y de descrédito más allá de las fronteras, con la respetabilidad que da a sus miembros la investidura parlamentaria (...) Se requiere unidad nacional, genuina, honrada, sin segundas intenciones. Una dirección firme y motivante, que dé la más alta prioridad en la asignación de recursos a la lucha, entendida integralmente. Es decir, con responsabilidad primaria en el instrumento armado(...)

O analista militar Miguel Posada Samper, integrante do Centro de Análisis Socio-políticos, criado pelas Forças Armadas para contra arrestar as denúncias das ONG`s de direitos humanos, escreveu na Revista das Forças Armadas (Vol. LII, No.162, março 1997), sob o título “La Guerra Jurídica de la Subversión”:

“Este análisis parte de la premisa de que la subversión en Colombia no está integrada solamente por la guerrilla. La subversión es un aparato mucho más amplio y complejo. La guerrilla es solamente su brazo armado. El no tener en cuenta esta realidad ha impedido que se formule una estrategia coherente de Estado en relación con el conflicto. Este se ve, por buena parte de los colombianos, como una confrontación entre dos organizaciones armadas (...) (pg. 25)

Com certeza, não é a atuação das guerrilhas que isoladamente faz a revolução, mais sim, o contexto social, político e econômico em que se insere essa luta armada que decide a efetividade do movimento de reforma e/ou mudança.

Lembramos Trotski (1996), quando afirmava que *não seria por ausência de crises econômicas devastadoras que poderíamos explicar a longevidade do capitalismo, pois as crises não faltaram. O que faltou foi encontrar o caminho para a reconstrução de uma subjetividade revolucionária.* Explicariam, então, a permanência do capitalismo e as grandes dificuldades do movimento dos trabalhadores em construir uma representação política que não consiga ser cooptada pela defesa do capital. Isto remete à reflexão sobre a função social do controle da burguesia sobre a riqueza, sobre o Estado e sobre os meios de persuasão e repressão. As forças de *inércia histórica*, o peso da tradição, a memória ancestral de submissão e os diversos medos [reais e imaginários] frente à transformação social.

Vamos, no Capítulo III, relacionar os processos de acumulação do capital, na contemporaneidade, com o desenvolvimento das economias dos chamados “Países Periféricos”. Faremos especial ênfase, na fase atual do capitalismo, no regime de acumulação sob coordenação do mercado financeiro mundial. Regime que determinou diversas transformações ocorridas em nossos Países de América Latina, para implementar as articulações favoráveis ao mercado mundial.

CAPITULO III

OS PROCESSOS DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NA CONTEMPORANEIDADE E SUAS ARTICULAÇÕES COM AS ECONOMIAS DOS “PAÍSES PERIFÉRICOS”.

1. Considerações sobre a recomposição do capital na escala global, no contexto de crise e de luta de classes.

É no curso da década de setenta, do Século XX, que emergem, visivelmente, as transformações societárias que vão marcar os anos oitenta e noventa, do mesmo Século. A visibilidade de novos processos se torna progressiva à medida em que o capitalismo monopolista se vê compelido a encontrar alternativas para a crise que, em 1974-1975, explode, identificando-se como a “*primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial*” (Mandel, apud. Netto, 1996).

Ocorreu uma mudança no padrão de crescimento comandado pelo capital por quase trinta anos, identificados como “as três décadas gloriosas” do capitalismo monopolista. Das “ondas longas expansivas” (Przeworski, apud Netto, 1996) e do pacto expresso no *Welfare State*, emergiu um novo padrão de crescimento operado por meio de “ondas longas recessivas” (Mandel, apud. Netto, 1996) que aprofundava as contradições imanentes à lógica do capital. Estas eram a tendência à queda da taxa média de lucro e, a superacumulação. Neste novo quadro, o capital demandou estratégias de reajustes e reconversões, provocando transformações societárias profundas.

“Flexibilidade” perseguida pelo grande capital, mobilidade espaço-temporal, “fábrica” difusa, “desterritorialização” dos pólos produtivos, redes supranacionais rápidas, “globalização econômica” vinculada à “financeirização” do capitalismo (Harvey, Mandel, Aglietta, Ianni, Przeworski, Netto, 1999), não por acaso marcam a ampla “desregulamentação” da economia mundial. A globalização vem redesenhando o mapa político-econômico do mundo: surgem os megablocos (União Européia, Nafta, etc.) para assegurar mercados, garantir a competitividade inter-monopolista e a realização de superlucros.

O capital submete os processos produtivos a verdadeiras revoluções tecnológicas, procurando processos de baixa perda e economizando o *trabalho vivo*, elevando a *composição orgânica do capital*. Neste quadro, reestrutura-se

radicalmente o mercado de trabalho: trabalho vivo superqualificado e/ou polivalente, *novo* trabalhador [in]estável, para o qual a capacidade de abstração e compreensão do processo produtivo global é uma exigência fundamental; estratificações e novas discriminações entre os que trabalham: são essas as exigências crescentes do capital monopolista.

A economia mundial vivencia, hoje, o que se pode denominar de novo regime de acumulação sob a égide do capital financeiro, que pode ser caracterizado, segundo Chesnais (1998, p. 26-29), por três aspectos principais:

O primeiro aspecto está relacionado ao fato de que este processo está se estruturando como “totalidade sistêmica mundial”, ao mesmo tempo diferenciada e fortemente hierarquizada. Esta “totalidade sistêmica mundial” possibilita, ao regime de acumulação, organizar-se de maneira que o capital, altamente concentrado, converta-se em valor como capital industrial, mas também e cada vez mais, como “capital portador de juros”, na medida em que conserva a forma dinheiro e vive de rendimentos oriundos de aplicações financeiras.

Decorre disto, o fato de Chesnais considerar que o segundo aspecto definidor deste novo regime é o de estar subordinado à dominação do capital financeiro. Assim, a entrada em cena do novo regime pressupõe a reconstituição do “capital portador de juros” pelos estratos *rentistas* e a sua concentração. A natureza fictícia da imensa acumulação de ativos financeiros, cujo *locus* são os mercados financeiros, torna-se evidente tão logo os reveses da conjuntura impossibilitem a realização integral dos ativos e dos créditos, que representam o montante pretendido de apropriação de parcelas do valor previamente gerado pela indústria, pela agricultura e pelos serviços. A predominância do capital financeiro traz, como conseqüência, uma dimensão especulativa nas decisões de afluxo ou retraimento de investimentos que, por sua vez, influencia no ritmo da acumulação, assim como no nível da demanda, da produção e do emprego.

Por fim, a terceira característica do regime de acumulação está relacionada ao fato de ser um regime de taxas de crescimento baixas, cuja emergência e consolidação acompanharam a busca e a consecução, inauguradas no período 1973-1975, da desaceleração das taxas de crescimento, mas também do investimento e da poupança.

Para que este regime de acumulação se consolidasse, foi necessário que muitas transformações ocorressem, tais como: desintegração vertical da produção; tecnologias eletrônicas; diminuição dos estoques; velocidade na qualificação e desqualificação da mão-de-obra; aceleração da produção, do comércio e do consumo pelo desenvolvimento das técnicas de informação e distribuição; proliferação do setor de serviços; crescimento da economia informal e paralela; e novos meios para prover os serviços financeiros, como a desregulação econômica e a formação de grandes conglomerados financeiros, que formam um único mercado mundial com poder de coordenação financeira.

2. Destaques para as articulações do capital com os “países periféricos”.

As incidências dessas transformações societárias rebateram em mudanças na sociedade colombiana, de modo que relações laborais precárias, pressão sobre a economia camponesa e mergulho na condição de opressão/exclusão foram especialmente perversas a partir da década de 1970, do Século XX. Assim, numerosas foram as mudanças que transformaram o perfil colombiano: de um País rural se passou a um País urbano (andino). Deu-se uma complexidade nas relações de gênero, seus papéis, as formas de consumo, apresentando-se, por sua vez, um processo de secularização⁷⁰ em todas as esferas da vida (privada e pública). Cresceu o caráter informal da economia, acrescentando-se às formas de subordinação, levando, conseqüentemente, à miséria de grandes setores da população.

Para uma compreensão do fenômeno da recomposição do capital em escala global e seus rebatimentos no modelo de desenvolvimento implantado na Colômbia é importante lembrar que o modo de produção capitalista só pode acontecer sobre a base da constituição da propriedade capitalista dos meios de produção e do dispor de mão de obra “livre”, não proprietária nem dos meios para sua reprodução social.

Aprofunda-se, assim, o divórcio entre o produtor direto e os meios de produção. Nesse contexto, a modificação susceptível de acontecer seria a

⁷⁰ Fenômeno pelo qual crenças e instituições religiosas se convertem em doutrinas filosóficas e instituições legais. Sobre este tema pode consultar-se autores como OSPINA, Willian (1999; 2002); JARAMILLO, Jaime (1977).

introduzida por via revolucionária, destruindo a propriedade latifundiária e implementando o avanço da pequena fazenda camponesa.

Vale salientar que, na Colômbia, como em nenhum outro país da América Latina, o movimento artesanal de final do século XIX não conseguiu quebrar o sistema contra o qual se insurgia; porém, deixou as sementes para lutar contra as diversas missões dominantes: norte-americana, inglesa e francesa. Este movimento enfrentou as condições objetivas que permitiram explicar o fracasso da alternativa revolucionária *democrático-burguesa*. A via implantada seria a reacionária: *oligárquica*⁷¹. Para esta *oligarquia* o desafio que se coloca é sua histórica impossibilidade de construir um projeto hegemônico nacional. Como abreviar, pela violência, a transição entre o modo de produção “antigo” ao “moderno”? Será prioridade desarticular o processo de organização do camponês, impor o regime do capitalismo no setor rural, visando construir um projeto hegemônico de desenvolvimento capitalista atrelado aos interesses internacionais.

Mas, em nossa compreensão, consideramos que visar esse objetivo está diretamente relacionado com a capacidade do capital aumentar sua taxa de ganho, investir na inovação dos métodos de produção, aumentando a produtividade do trabalho. Porém, na Colômbia, as mudanças no campo priorizaram gerar a desocupação do mesmo pelas massas de população originariamente proprietárias, destruindo formas de organização econômicas tradicionais, concentrando a propriedade da terra e gerando monopólio improdutivo da mesma. Ou seja, através de mudanças em sua vocação produtiva.

Na Colômbia, as contradições e lutas pelo controle do Estado tenderam, historicamente, a ser dirimidas pelas armas, lançando à guerra os respectivos exércitos, embate entre o Estado autoritário e o contra discurso liberal que se agudizou na última década do século XIX e que culminou na “Guerra dos Mil Dias”. Assim, entre 1899 e 1903, ocorreram mais de 200.000 mortes, equivalente a 4,3% da população, que era de 4 milhões de habitantes. Na primeira metade do Século XX, os enfrentamentos políticos e a luta armada

71 Caráter não democrático que assume o comando do Estado, teoricamente liberal, porém, essencialmente autoritário. Embora entre 1904 e a década de 1950, na Colômbia, foram os próprios conservadores os encarregados de consolidar essa via de governo.

alcançam seu período crucial entre 1946 e 1966. Na metade do Século XX, a população da Colômbia era de 11,7 milhões de habitantes. O cenário da “grande violência” se constituiu na base da acumulação capitalista desde 1950: 17% de população emigra de suas terras de origem para centros urbanos, os dados sobre desenvolvimento financeiro, industrial, infra-estruturas e urbanística apresentam uma área reconhecida como “triângulo de ouro” da economia nacional, com vértices em *Bogotá*, *Medellín* e *Cali*. Entre 1955-1967 o ritmo de crescimento alcançou 4,4% anual⁷²

Apesar da significação dos poderes regionais, a hegemonia que estrutura a cúpula do poder na Colômbia reside em oligopólios de grandes grupos econômicos, de natureza essencialmente financeira, alguns deles dedicados diretamente ao negócio da intermediação, seguros e especulação, em parte articulados à construção e, outros baseados na indústria, no transporte, na comunicação e no comércio, em associação com capitais estrangeiros. O controle territorial está comandado por multinacionais dedicadas à exploração de recursos naturais. E, no campo, destacamos que, em 1987, as terras dedicadas à pecuária extensiva cobriam 35 milhões de ha, entretanto, em 2001, as terras dedicadas à pecuária passaram a corresponder a 42 milhões de ha. Sendo a superfície apta para esta vocação apenas de 19 milhões de ha⁷³.

As pesquisas registram o Estado de Nariño como sendo o corredor de ingresso de permanganato de potássio, elemento sólido precursor de cocaína, assim como a fronteira com a Venezuela. A fronteira com o Panamá se apresenta como a de maior número de contrabando de anidrido acético, precursor da heroína. Sendo que estes químicos ingressam como contrabando na Colômbia. Ver Mapa 10 de fronteira entre a Colômbia e Panamá⁷⁴, com o destaque sobre o tráfico de armas, drogas, corredor de expulsão de população [caraterizando as rotas de migração] e presença de forças militares, assim como dos diferentes grupos armados. O Panamá é um Estado sem

72 SARMIENTO, Libardo, *Lê Monde Diplomatique*/ p. 4; agosto 2002

73 FAJARDO, Dario. *La tierra, el poder político y las reformas agrarias y rural*. ILSA, Bogotá, 2002.

74 Baseando-nos no resultado da investigação do Jornal “*El TIEMPO*”, En los confines de Colômbia, Santa Fé de Bogotá, 2003, fizemos uma apropriação dos destaques para efeitos do nosso trabalho de pesquisa. Consideramos as variáveis de tráfico de drogas, armas, povoamento indígena e afrodescendente, assim como os corredores de migração a partir das diversas violências e pressões nos territórios de colonização.

exército, desde dezembro de 1989, e a partir da operação “Justa causa” (1990), a Força de Defesa foi substituída pela força pública policial. A justificativa é que “os EUA se encarregarão de intervir unilateralmente se for conveniente, garantindo a neutralidade e segurança no Canal, quando este estiver em risco”⁷⁵

Os Estados Unidos treinam a polícia do Panamá para resguardar suas fronteiras. Em agosto de 2004, a intervenção militar dos EUA realizou o exercício naval “Panamax” sob a direção do Comando Sul, com a participação conjunta do Panamá, da Colômbia, Argentina, Chile, República Dominicana, Honduras e Peru. O objetivo: “preparar a segurança do Canal e prevenir ataques terroristas(...)”. O governo do Panamá afirma que seu País “forma parte do sistema de defesa regional, sob a direção do governo dos EUA, porém, não a partir de nossos próprios interesses e visões(...)”⁷⁶

Os Estado de Chocó e Antioquia fazem parte desta geografia de fronteira. Sendo que tanto os afrodescendentes, maioria populacional no Chocó, como os colonos e indígenas que habitam a selva *antioqueña* sustentam importantes trocas com seus vizinhos do Litoral do Atlântico e do Panamá.

75 Assinado entre os presidentes James Carter e Omar Torrijos, 07.09.1977, o acotdo previa o traspasso a Panamá, em 31.12.1999, da soberania do Canal. Assim mesmo a saída progressiva das bases militares dos EUA nessa zona.

76 *Lê Monde Diplomatique*, Fevereiro(2005:8-9)

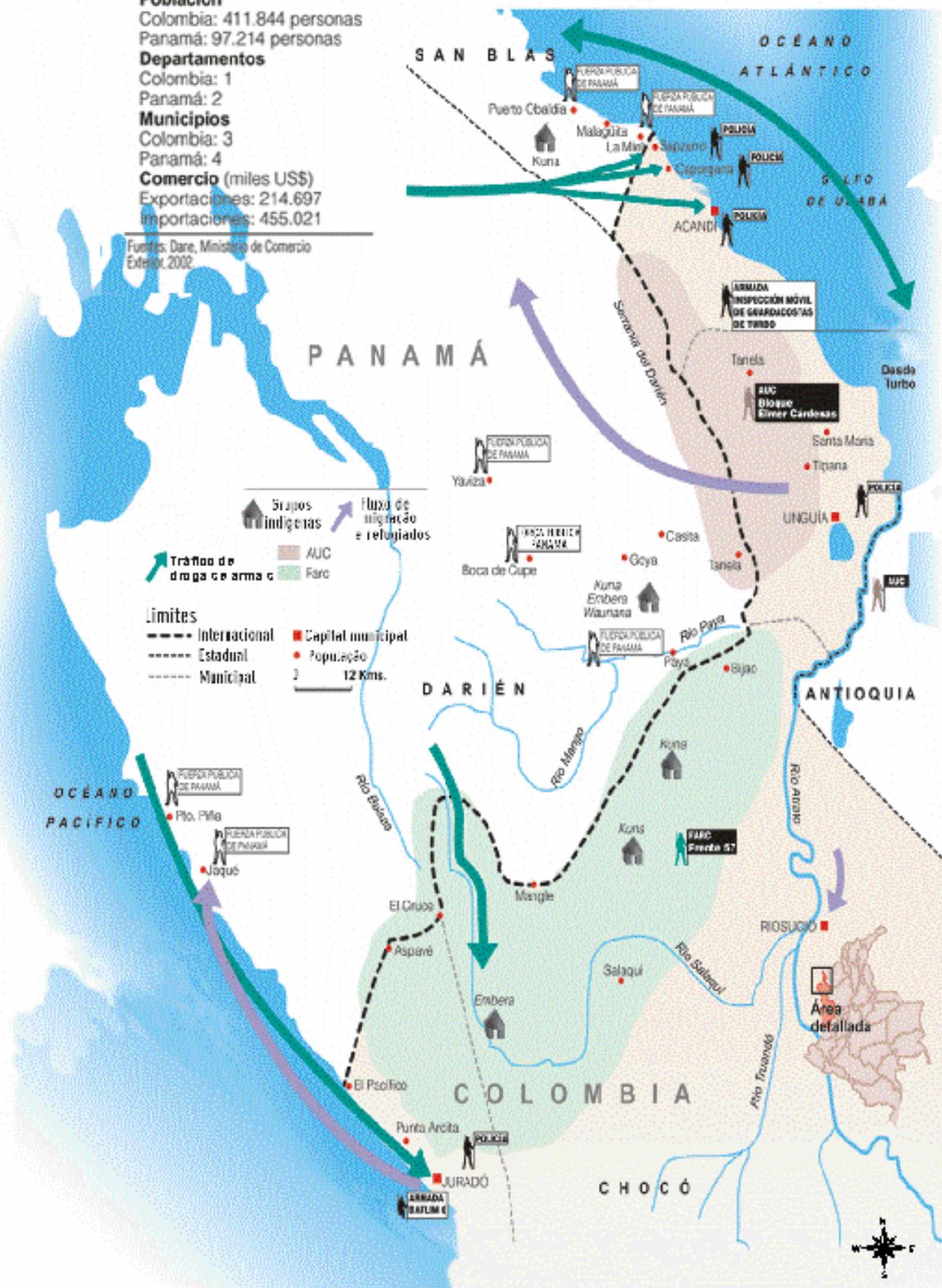
MAPA 10. Frontera Colombia - Panamá

Longitud: 225 kilómetros.
Población
 Colombia: 411.844 personas
 Panamá: 97.214 personas
Departamentos
 Colombia: 1
 Panamá: 2
Municipios
 Colombia: 3
 Panamá: 4
Comercio (miles US\$)
 Exportaciones: 214.697
 Importaciones: 455.021

Fuentes: Dane, Ministerio de Comercio Exterior, 2002

Legenda

-  Tráfico de drogas y armas
-  Grupo c indígena c
-  Flujo de migrantes e refugiados
-  AUC
-  Farc



Grupos indígenas  **Flujo de migración e refugiados** 

Tráfico de droga y armas  **AUC**  **Farc** 

Limites
 - - - - - Internacional  **Capital municipal**
 - - - - - Estadal  **Populación**
 - - - - - Municipal

0 12 Kms.



Apresentam-se nestas regiões, anterior à presença de *ilegalidades*, índices de desemprego, baixa atuação do governo em políticas sociais, embora este se faça presente quando o controle de conflitos põe em risco o ***status quo***. Assim, percebemos que acontece a mobilização interna da população, na procura de formas de sobrevivência local. Reparamos que a realidade nacional está inserida no contexto dos interesses da produção-distribuição-circulação-consumo de mercadorias que geram valor e reproduzem o capital hegemônico no mercado-mundo. Deste modo, é impossível compreender a lógica dos circuitos que sustentam as *ilegalidades* sem correlacioná-los com a conjuntura de crise do capital.

Assistimos à transferência de liquidez do setor produtivo para o da especulação, ao endividamento e deslocamento dos capitais acumulados. O resultado é a estagnação econômica e o aumento do desemprego. Velhas indústrias são deslocadas para zonas escolhidas devido aos baixos salários, as quais dão a impressão de se desenvolverem. A aparente expansão coincide com a substituição de novos monopólios que devem permitir o início de uma outra fase. Imagina-se que o mercado vai conseguir impor o nível de salários e de formas de precarização diversas do trabalho, porém, isto termina sendo um engano, uma vez que as possibilidades de deslocamento de turbulências que se apresentam decorrentes da força política dos trabalhadores [camponeses, pequenos e médios proprietários de meios de produção] geram situações de crise. Assim, fazem-se presentes diversas mobilizações e configurações que intensificam os embates entre os interesses do capital e do trabalho.

Observamos, no contexto da América Latina, tendo como exemplo o ano de 2001, que a taxa de desocupação urbana (sem mencionar o subemprego) atingiu 7,3% na Bolívia, 8% no Chile, 8,2% no Peru, 9% no Equador, 14% na Venezuela, no Uruguai e no Paraguai, 15,04% no Brasil (Censo de 2000), 16,7% na Argentina, 18,2% na Colômbia. Jamais as taxas oficiais de desocupação urbana na região estiveram tão altas. A crise atual da América Latina é uma crise tanto do trabalho, quanto do próprio capital. Essa situação crítica do mercado de trabalho regional levou a uma queda generalizada da renda do trabalho. Fala-se na crise financeira (restrições fiscais e monetárias a fim de atrair recursos externos: injeção de dinheiro), mas esta não passa de um condicionante externo do desastre social em paralelo.

Em nossos países as estruturas de apoio ao desemprego e suas múltiplas conseqüências são precárias.

Não há como aumentar a demanda interna por dentro da economia privada. A demanda interna é uma função da renda, e a renda é função do investimento. Se o investimento não aumenta, não aumentam nem o consumo, nem a poupança potencial. A recessão se instaura de forma permanente. Assim, o desemprego é o equivalente de um baixo nível de investimentos, e um baixo nível de investimentos é a evidência da expectativa do empresariado de uma baixa demanda efetiva por bens e serviços. Considerar que a puxada da recessão vai aumentar pelas exportações é um grande risco. Ali jogam os interesses do mercado internacional e da competitividade externa da economia. É importante observar como o mercado internacional depende de fatores fortuitos, por exemplo, na atual conjuntura o déficit comercial norte-americano (contrariado pela queda do dólar frente ao euro e ao iene), não vem sendo favorável.

A economia depende, entre outros fatores, de condições do mercado financeiro interno e da infra-estrutura (logística e energia) que justamente se têm mantido num nível depressivo em função da contração da política fiscal-monetária. O déficit público vem sendo coberto pela emissão de títulos, oferecendo uma base para o aumento da poupança financeira do setor privado, que resultará associado ao aumento dos investimentos produtivos, da renda e dos lucros. Elementos estes básicos da teoria keynesiana que, no quarto de século posterior à Segunda Guerra Mundial, constituiu a política seguida por praticamente todos os países industrializados, gerando o mais espetacular ciclo de expansão da história do capitalismo e consolidando as chamadas economias do bem estar social, de virtual pleno emprego.

Na América Latina, também nós participamos, porém sem grandes progressos sociais, desse processo, através das políticas desenvolvimentistas que criaram as bases da infra-estrutura econômica e da industrialização regional. Somente nos anos 80, do Século XX, depois da crise da dívida externa, é que vieram à tona as políticas neoliberais, espalhando condições particularmente perversas em todo o mundo. Na Colômbia, esta política se fez expressiva na década de 90, do Século XX, sob governo de César Gaviria Trujillo.

Escolhas como a de abrir a economia regional prematuramente, possibilitando a fuga para o exterior dos fluxos de poupança, estimularam perda sob a forma de remessa de capitais para o exterior. O contínuo aumento das taxas básicas de juros, como política interna dos nossos países para neutralizar o efeito expansionista da parte do déficit público financiada por emissão monetária, termina inibindo a retomada dos investimentos. A questão externa comanda os interesses de decisão na região. A América Latina não consegue pagar os compromissos de juros, dividendos e tudo o que forma o chamado déficit em conta corrente do balanço de pagamento. Estes países ficam presos às decisões do FMI.

O Fundo define saídas para restaurar a capacidade de pagamento, receiptando a realização de superávits orçamentários, com o duplo propósito de criar um fluxo financeiro no setor público equivalente ao déficit externo, e de gerar excedentes exportáveis na economia local. É a razão para incluir nas diretrizes do Fundo as restrições ao investimento do setor produtivo estatal, incluindo-o como déficit dentro do conceito de Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP). Vê-se, muito claramente, que isso é o exato oposto de uma política de promoção para a região: em lugar de déficit público para estimular a demanda, superávit público para gerar excedentes exportáveis; em lugar de investimento estatal novo para promover o desenvolvimento, privatizações das estatais produtivas, convertendo o patrimônio público em patrimônio privado. Os superávits públicos esterilizados têm um efeito contracionista na economia, sustentando as taxas de juros em um patamar elevado. Isso também reduz os estímulos ao investimento. O efeito líquido é o aumento do desemprego.

Não existe, a nosso ver, outra forma de gerar excedentes exportáveis numa economia posta deliberadamente em recessão, a não ser diminuindo o consumo interno e estagnando o investimento produtivo. Os ideólogos do neoliberalismo colocam nos investimentos externos a mágica para superar a crise. Quer dizer, se os países da região conseguem sustentar suas contas internas e externas, honrando compromissos, isto atrairá novos investimentos estrangeiros, com o que a produção retomará e, com ela, o emprego e os demais benefícios do desenvolvimento. Como explicar o que acontecerá com o investimento produtivo novo, sem demanda efetiva, sem condições de infra-

estrutura eficiente, com o público fragilizado e provavelmente na condição de participar só na escala de trocas patrimoniais (compra de estatais e de empresas privadas em funcionamento). A rigor, o que o Fundo está fazendo é deixar o terreno preparado para o passeio seguro do capital financeiro especulativo.

Para o funcionamento do esquema é necessário flexibilizar as condições do trabalho vivo, direcionando para o trabalho improdutivo, suficientes excedentes exportáveis para sancionar remessas de capitais, estagnação de produção, redução do consumo interno. Isto é, uma inversão das políticas keynesiana e do pós-guerra. Uma mudança do eixo de acumulação capitalista do sistema produtivo, com forte indução do Estado para o sistema financeiro especulativo com a conivência do Estado, reduzindo ao mínimo seu papel diante dos interesses econômicos.

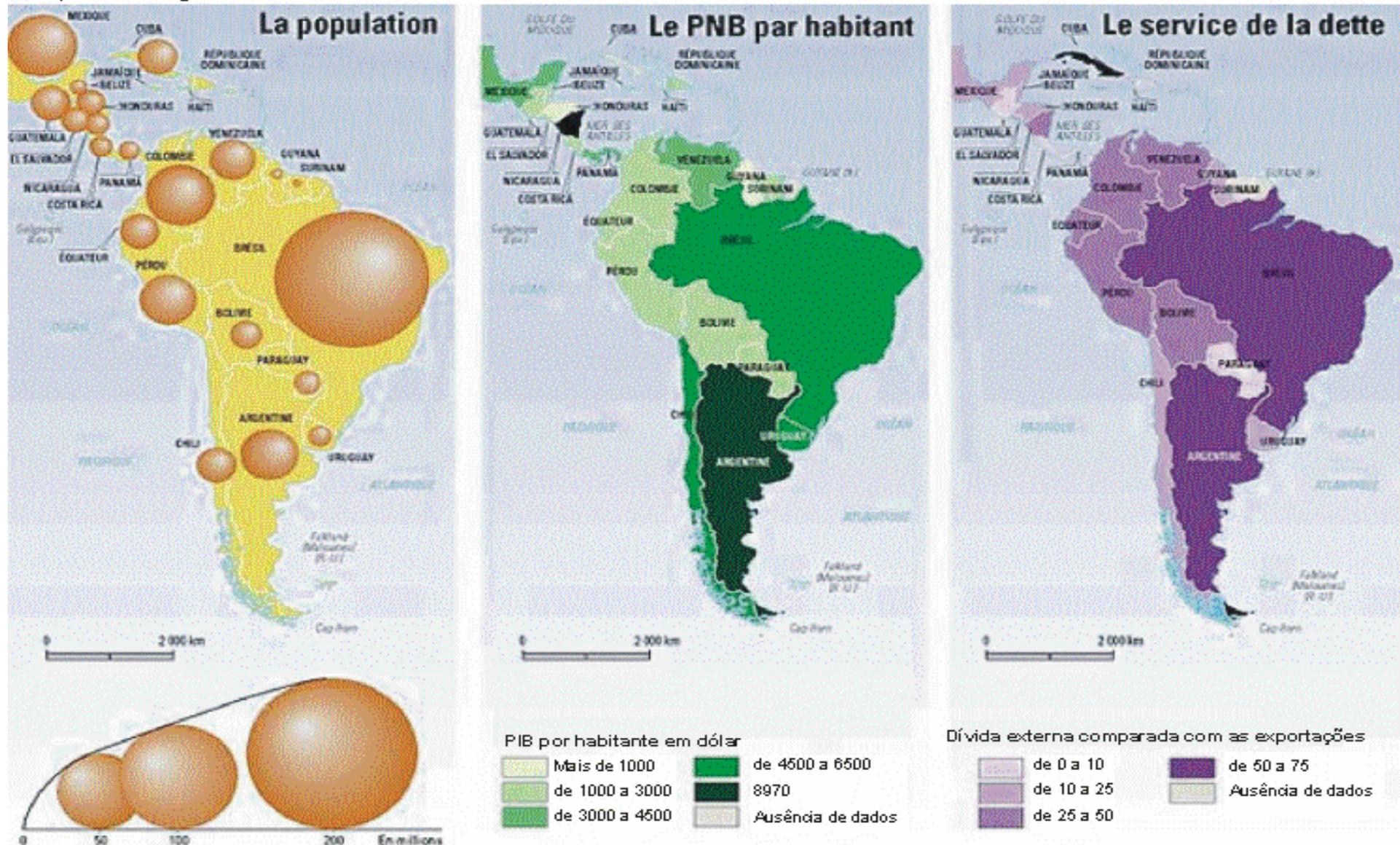
Ver Mapa 11, no qual se faz registro gráfico comparando as “Frágeis Economias da América Latina”, em 2000⁷⁷. Isto com relação à população, PIB e à dívida externa. Estes mapas subsidiarão a compreensão da realidade sócio-econômica, a partir dos desdobramentos já sistematizados. Sendo assim, os indicadores observados, nos mapas comparativos, também nos permitem deduzir as políticas de colaboração implementadas pelos governos, em nossos Países, para favorecer os interesses da política exterior imperial.

E finalmente, vale salientar que vêm sendo reconhecidas as fronteiras nacionais como territórios importantes para o tráfico do mercado *ilegal*, especialmente rotas de abastecimento de armas e de circulação de drogas. Em suma, foram reconhecidas mais de 100 rotas de penetração das fronteiras terrestres, identificando 21 na fronteira com a Venezuela; 25 rotas com o Equador; 14 com o Brasil e 37 rotas de tráfico com Panamá (El Tiempo, 2003).

Vamos, pois, a analisar os “Territórios Estratégicos”, destacando, através dos conflitos em questão, sua funcionalidade, expressada nos interesses dos diversos sujeitos.

⁷⁷ LE MONDE DIPLOMATIQUE, Cartographie Amérique du Sud. <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/>

Mapa 11. Frágeis economias da América Latina



Fonte: Le Monde diplomatique, "De fragiles économies", por Cécile Marin, julio de 2000.

CAPÍTULO IV

A FUNCIONALIDADE DOS “TERRITÓRIOS ESTRATÉGICOS”: UMA GUERRA CONTRA A SOCIEDADE.

1. Caracterização dos *territórios estratégicos*, foco de pesquisa.

Os processos de *globalização* capitalista avançam no mundo redefinindo as regionalidades existentes e rearticulando diretamente alguns territórios com o mercado mundial. Trata-se de um processo de espacialização dos eixos de acumulação que deve estar acompanhado de reformas profundas dos *Estados nacionais*, e com o beneplácito dos regimes políticos que lhes correspondam. As regiões estão sendo reconfiguradas não somente a partir das determinações do mercado e da organização da divisão capitalista do trabalho, senão desde os conflitos sociais e políticos que viabilizam a transição social e econômica necessária a esse rumo programático. O controle dos espaços geográficos é possibilidade concreta de comando sobre atividades econômicas geradas a partir de riquezas primárias: petróleo, gás, carvão, minérios, agroindústrias (azeites de palma africana e banana, por exemplo); termoelétricas, junto ao turismo, como setores competitivos no mercado mundial, assim como a construção de malhas viárias para garantir as conexões terrestres internacionais.

Reiteramos que a Colômbia é uma sociedade profundamente fragmentada, devido a várias razões: i) sua geografia que favorece a formação de províncias isoladas; ii) um Estado historicamente frágil, em termos fiscais e de sua impossibilidade de obter consenso; iii) uma tardia, lenta e insuficiente extensão de condições de estabelecimentos de direitos à massa de população e iv) elites sem base social [que só têm um caráter coletivo no máximo quando se vinculam a um clube] e sem consciência de comando sobre um projeto nacional. Assim, estes fatores de geografia, Estado, fragilidade, condição de extrema desigualdade social, associados reproduzem uma sociedade diversificada, heterogênea, plural, porém, em conflito, inconformada e sem rumo.

1.1 O Estado de Caquetá: conflito pela legitimidade entre Guerrilhas/Paramilitares/Governo.

Mapa 12. Estado de Caquetá



O Caquetá tem uma superfície de 88.965 km²; população: 456.000 habitantes; densidade: 5.1% hab/km²; sua capital é: Florencia (147.000 habitantes); divisão político-administrativa: 16 municípios. Território que historicamente sofrera várias invasões: do Peru, do Brasil e de populações advindas do interior da própria Colômbia. A riqueza em água doce que possui, além da riqueza pecuária, o colocam sendo o terceiro estado mais pecuário do país; assim mesmo, seu afastamento, ocasionado não só pela localização geográfica no território nacional, quanto pelos mínimos meios de acesso viário, favorece sua ocupação histórica como corredor de passagem e refúgio para guerrilhas, desde a metade do Século XX.

É importante salientar que seus rios fluem em direção ao rio Amazonas e caracterizar a diferença dos rios que fluem da cordilheira, na região andina, cuja cor da água é branca, entretanto os rios do Caquetá têm uma coloração

escura, em virtude dos vegetais que arrastam. Estas águas, por sua vez, são o maior meio de transporte e comunicação dos habitantes na área. Na agricultura, o Estado teve, historicamente, amplas extensões de terra dirigidas ao uso agrícola [planta-se milho, banana, macaxeira, cana e café, dentre outros]. Ver Foto 04 que apresenta a cultura camponesa típica dos tradicionais habitantes deste território.

As ondas colonizadoras chegaram, nos últimos trinta anos, estimuladas pela expansão dos cultivos de coca, especialmente. O circuito do narcotráfico pagou alto preço aos agricultores, estimulando o trânsito para plantar extensões de selva e mudar o cultivo de tradicionais fontes de sobrevivência dos camponeses.

Entre 1996 e 1998, uma onda de ofensiva guerrilheira, comandada pelas FARC, conseguiu ter respaldo camponês e alertar o governo sobre a necessidade de dialogar com este grupo. Estabeleceu-se a chamada “zona de distensión”, de 42.000 quilômetros quadrados, incluindo cinco municípios nos Estados de Meta e Caquetá, porém, estabelecendo como centro para desenvolver os diálogos o povoado de *San Vicente del Caguán*, no Estado do Caquetá. Nesta localidade, entre junho de 1999 e janeiro de 2002, foi estabelecido o centro das *conversações de paz*, com a participação dos diversos interesses nacionais e internacionais.

Foto 04. *San Vicente del Caguán*: economia tradicional camponesa.

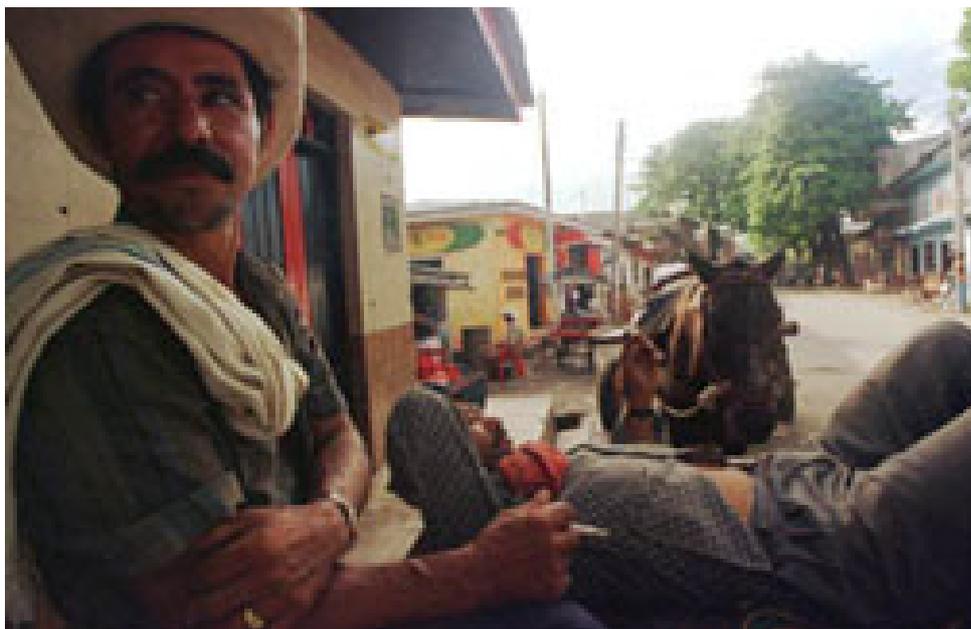




Foto 05. San Vicente del Caguán: efecto de minas terrestres .

Em San Vicente del Caguán os depoimentos como este são freqüentes. Pedro perdeu sua perna por causa das minas terrestres. Vale salientar que ainda há 14 países produtores destas minas destinadas a países em guerra: Estados Unidos, Rússia, China, Índia e Paquistão, dentre outros. Na AL, só a Colômbia e Nicarágua apostam, na atualidade, na disseminação de território e de população, através do uso da violência das minas terrestres.

Vejamos dois depoimentos de Comandantes das FARC: 1) Jairo Martínez (Comisión Temática de las FARC) e 2) Joaquin Gómez⁷⁸:

“Cuando llegamos en enero [2002] a la zona de despeje, en San Vicente del Caguán, fue tan impresionante la multitud de gente que se agolpó solicitando nuestra intermediación en problemas tan variados como abigeato, vencimiento de letras, cheques, lesiones personales, violaciones, desapariciones, violencia intrafamiliar, paternidad irresponsable, inasistencia alimentaria, embarazos, embargos, separaciones, determinación de linderos, herencias, cuentas de trabajo, violación del espacio público, robo en pesas y medidas, como tampoco faltó la trabajadora sexual buscando ayuda para que se le recuperara la plata de sus horas de trabajo, que a la Comisión política local le tocó asumir funciones no previstas.

Después se nombró otra comisión aparte que se llamó de quejas y reclamos, que aún hoy, después de diez meses, permanece saturada de trabajo. Es una realidad que el pueblo estaba y está ávido de justicia imparcial y efectiva. Esto evidencia la necesidad de que las comisiones de organización incluyan guerrilleros con una visión clara del tratamiento de los diferentes problemas que se presentan a diario en las distintas comunidades. Esta experiencia nos enseña lo necesario

78 SANCHEZ, José Ignacio, Universidad del Valle, 2002.

de proyectar el trabajo de masas en esa dirección, para que sean ellas mismas las que avoquen el conocimiento y la resolución de sus problemas particulares, sorteando así no sólo la dispersión de nuestros cuadros en ese tipo de labores, sino también evitando arrebatarse el manejo de las organizaciones comunitarias para que tengan la posibilidad de ser ellas mismas las que hagan sus propias experiencias en la administración de justicia, elemento esencial dentro de los componentes del nuevo poder popular”⁷⁹

“Cuando una sociedad está dividida en clases, una misma palabra tiene dos significados, de acuerdo a la clase que la utilice. Para la clase dominante de este País, la paz es sinónimo de quietud, de ellos seguir disfrutando de sus bienes, sin ningún sobresalto, de ellos continuar explotando. Para nosotros, la paz es justicia social. Eso significa que todo el mundo, independientemente de la extracción social o del credo religioso, obtenga iguales oportunidades”

Nos municípios do Caquetá houve conflitos que semearam ódios entre famílias, fundados no pertencimento ao partido liberal, conservador, às FARC ou pela sinalização de haver colaborado com lideranças da *Unión Patriótica* ou por haver representado interesses dos Paramilitares na área. O processo de diálogo viabilizou a participação de organizações da sociedade civil e de representantes do governo nacional, assim como da comunidade internacional tanto da América Latina como da Europa, especialmente. Foi elaborada uma agenda comum, com as propostas pactuadas entre as partes, enfatizando desde a urgência em mudar o modelo econômico de desenvolvimento nacional, até a definição de diversas políticas encaminhadas a garantir a participação da população, na construção de alternativas regionais. O documento final teve como facilitadora as Nações Unidas e a UE.

A seguir, um depoimento trazido de Manuel Marulanda Vélez, na conjuntura dos diálogos no *Caguán*:

“Las FARC necesita sostenerse, nosotros no somos productores, a los que han explotado, les toca subsidiar económicamente a la guerrilla. La mayoría de las empresas que hay aquí en Colombia, son de capital extranjero, por eso se explota la manufactura obrera, los patronos colombianos, son intermediarios del capital extranjero. Aquí tenemos ganaderos que financian a los paramilitares, agricultores, industriales, gentes que voluntariamente le pasan dinero al ejército para luchar contra las guerrillas. Entonces nosotros tenemos también que obligar para que también pasen dinero para nosotros, para financiar la lucha.

A los inversionistas internacionales les hemos dicho que pueden invertir en Colombia, pero como el Estado no tiene como protegerlos,

⁷⁹ Depoimento aparecido na pagina da Internet das FARC, em novembro de 2002.

entonces, que nos paguen a nosotros el 10% de su producción. Los inversionistas confirman que el Estado no es garantía para negociar, entonces tienen que considerar nuestra organización. Nos estamos volviendo gobierno, nos falta poco para ser dos gobiernos.

(...)Las raíces del movimiento guerrillero no son la coca, nuestra lucha es histórica y el gobierno no puede imaginar que si consigue acabar con la coca, acabaría con nosotros. Ya está demostrado que conseguimos paralizar el País. Tenemos organización y fuerza. Se necesita una fuerza que se le oponga a ese Estado y defienda el pueblo.

El gobierno tiene un diseño para la política de paz, nosotros tenemos otro diseño, intentamos construir un diálogo. Nosotros no improvisamos nada, nos preparamos para todo(...).BILLON, Yves e Pablo Alejandro, 2002

E, a seguir, uma declaração das FARC, através de Informe, relatando encaminhamentos do processo:

Informe de la Comisión de Diálogos para la Paz de las FARC: Raúl Reyes, Joaquín Gómez, Simón Trinidad, Carlos Antonio Lozada, Andrés Paris. Los Pozos, Villa Nueva Colombia, 17 de Octubre de 2.000.

(...)Los diálogos en busca de la paz con justicia social, entre el Gobierno del doctor Pastrana y las FARC-EP, en San Vicente del Caguán, han exigido de las partes, trabajo intenso, paciencia y perseverancia para mantenerlos y llegar a la elaboración de la Agenda Común, hacia la Nueva Colombia, con 12 grandes temas de contenido político, económico, social, estructural, cultural y de relaciones exteriores, para la construcción del nuevo Estado Pluralista, Patriótico y Democrático, donde quepamos todos.

Igualmente, se constituyó el Comité Temático Nacional, representativo de las dos partes y con el encargo de servir de vínculo directo entre la Mesa de los Diálogos y Negociación, con los distintos sectores: políticos, económicos y sociales. Único mecanismo de participación ciudadana, en toda la historia de Colombia, mediante el cual se están expresando los más variados sectores sociales, con destacadas y enriquecedoras propuestas para dar solución a la problemática nacional y así conseguir la paz, a través de las Audiencias Públicas.

Durante el pasado mes de febrero, la Mesa Nacional de los Diálogos y la Negociación, atendiendo una invitación que ya le habían hecho a las FARC, los empresarios Suecos, determina hacer la gira que permitió visitar Suecia, Noruega, Suiza, España, Italia, Francia y el Estado del Vaticano. Se hizo con la finalidad de explicar el estado de los diálogos, las posibilidades y dificultades propias de una confrontación política, económica y social, que ya supera los 36 años. Los resultados de la gira fueron exitosos para el presente y futuro de los diálogos, encontramos receptividad y comprensión en todos los anfitriones, quienes expresaron su deseo de apoyar el proceso de diálogos.

Sabiendo que se trata de un conflicto interno, a resolver entre los colombianos, sin injerencias ni presiones externas. Para corresponder a las atenciones recibidas durante el recorrido, la Mesa invitó a los gobiernos y pueblos que brindaron su apoyo, a visitar San Vicente del Caguán, sede principal de los diálogos.

Al regreso de Europa y, luego de valorar los resultados del fructífero recorrido, la Mesa decide realizar la Primera Audiencia Pública Internacional, para lo cual invita a todos los países de Europa, al Estado del Vaticano, a las Naciones Unidas, a los Estados Unidos, México, Brasil, Costa Rica, Venezuela y Japón. Igualmente, solicitamos a España y Noruega cumplir el papel de facilitadores para la realización de dicha Audiencia. De los invitados acudieron todos, menos Estados Unidos(...)".

Entretanto, ao passo em que o governo de Pastrana pareceu reconstruir com este processo a legitimidade política nacional e internacional, contraditoriamente realizou compromissos com os EUA para implantar o *Plan Colômbia* e, com isto, terminou apagando sua possibilidade histórica de provocar uma negociação fundada em diálogos. As FARC, ao mesmo tempo em que negociavam, continuaram desenvolvendo ações militares e pressionando para frear a incumbência dos EUA, no processo de diálogo nacional. A pressão dos EUA foi insustentável para o governo. Deste modo, em janeiro de 2002, decidiu-se por encerrar, unilateralmente, o processo de diálogo com as FARC. A partir deste fato, a legitimidade de Pastrana ficou em questão, em escala nacional e até no exterior. O governo priorizou ficar com o apoio central de interlocução e negociação com o governo de EUA. Através de depoimentos se constata que, hoje, muitos colombianos consideram este processo sob comando do governo de Pastrana, como um dos maiores erros na política de governar conflitos.

O rumo dos territórios ficou sob a tutela da ação dos paramilitares, na busca de exterminar todo vestígio de guerrilhas na área. Uma vez mais, a população civil esteve no centro da guerra.

1.2 *Tapón del Darién* selva compartilhada entre Chocó e Antioquia: conflito *Conexão Terrestre Colômbia-Panamá*⁸⁰.

O *Tapón del Darién* é um território estratégico que separa o sul do Continente dos países da América Central e da América do Norte. É também o corredor biológico de *mesoamérica*, cuja extensão localiza-se entre as Reservas Naturais “Katíos”⁸¹ [na Colômbia] e “Darién” [no Panamá], as duas reconhecidas pela “UNESCO” como patrimônio da humanidade. Desde o Século XVI (1550), Portugal propôs construir um canal para unir as águas dos dois oceanos. Mas Felipe II considerou que a obra colocava em risco o domínio da Coroa Espanhola sobre a América, frente aos interesses da Inglaterra. Ficou silenciado este projeto e, a partir de então, nasceu o mito do *Tapón del Darién*.

Entre os territórios isolados na Colômbia, os territórios de fronteira *Colômbia-Panamá*, (ver Mapa 14) e a região “Yaviza”, no Panamá, constata-se que faltam ainda por ser completados 108 quilômetros: 58 no Panamá e 50 na Colômbia, para cumprir os planos que, desde 1880, o Senado dos EUA propôs. Originariamente buscava-se construir uma linha férrea intercontinental. Atualmente, seria uma conexão viária que permitiria unir o Alaska à Terra do Fogo, na Argentina.

A Rodovia *Panamericana* não é um traçado único, é uma soma de estradas com 25.800 quilômetros de extensão, no seu percurso. Na Colômbia, corresponde ao trajeto que perpassa os Estados de *Pasto* [fronteira com o Equador]; *Valle del Cauca* [Estado projetado como corredor de serviços e área onde foi construído o porto seco para interconexão da *Venezuela* com Litoral do Pacífico colombiano]; *Quindío*; *Caldas*; passando por *Medellín* até desembocar em Turbo, no Litoral do Atlântico, no Mar do Caribe.

80 Conhecida também como “Conexão viário das Américas”.

81 Localizado no extremo nor-ocidental da Colômbia, perto da fronteira com Panamá [vide Mapa 08] foi sinalizado como patrimônio da humanidade em 1973, sua extensão é de 720 km. Nas suas partes de montanha alcança uma altitude de 600m. Originariamente a região era habitada pelos índios “Cunas”, sendo que na atualidade se reconhecem como comunidades “Katío-Emberá”

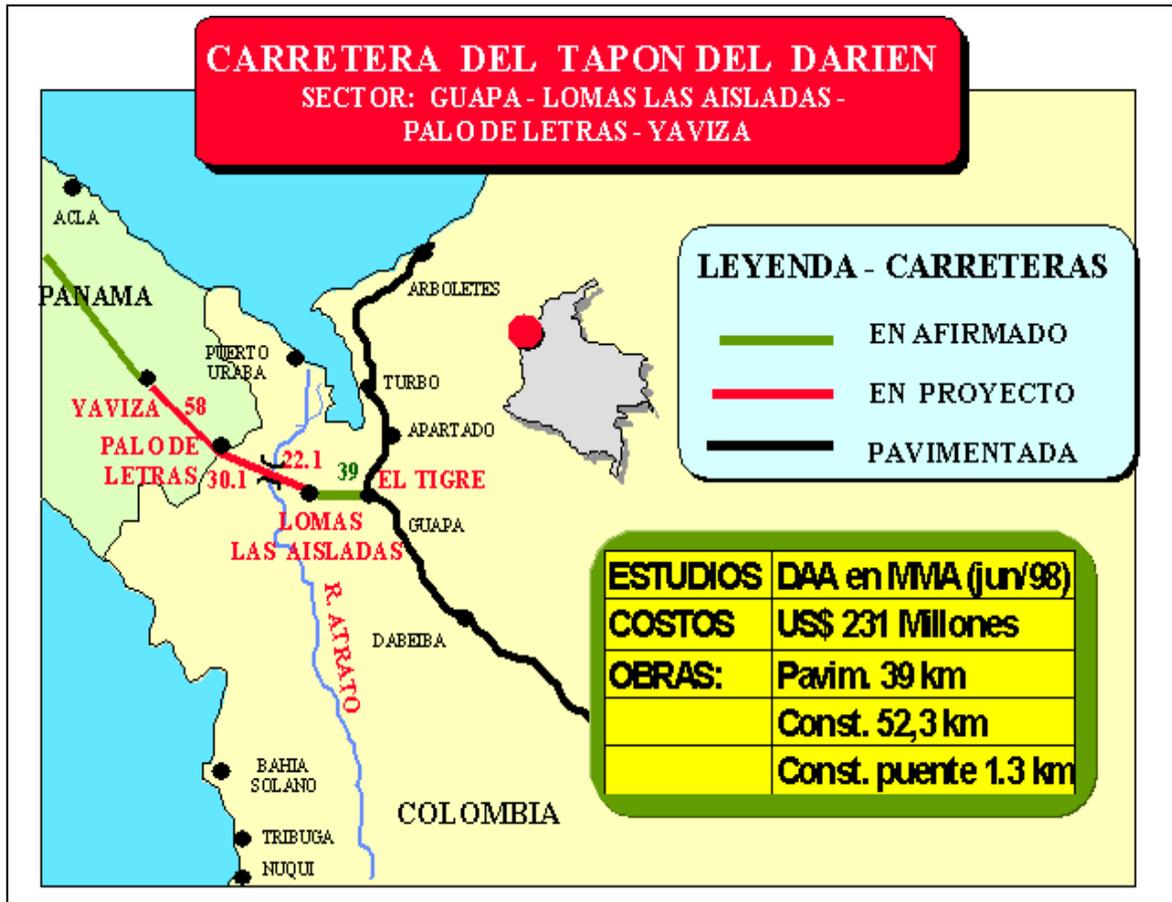
Mapa 13. Reserva Natural dos Kátios e o *Grande Território do Darién*.

As opções para conseguir perpassar a reserva natural e lograr conexão entre os traçados que já se encontram em serviço são três. Segundo a empresa *Ecology and Environment*, em 1998, se concluiu um *Estudo Ambiental*⁸² das alternativas. Esse *Estudo* determinou como a melhor proposta, considerando-se os menores impactos ambientais, percorrer esta rota: “El Tigre, territórios isolados desabitados por seres humanos, Palo de Letras e Yaviza, no Panamá”. A continuidade da obra é “Lei da República”, embora organizações ambientalistas internacionais como a: “World Wildlife Foundation – WWF”, junto com organizações ambientalistas nacionais como a: “Fundación Natura”, sejam contrárias a essa iniciativa. Sua participação é mediada através de diversos processos de resistência, acompanhando as comunidades

82 Este Estudo teve um custo de US\$1'120.000, foi apresentado em cinco volumes e projeta um custo para a conclusão da obra de US\$ 231'000.000. Sendo que em 1970 o Congresso de EU expediu a lei 91-605 que ordena a cooperação para a construção da conexão viária na sua passagem pelo Tapón del Darién. O governo de EU

indígenas [Katio-Emberá] que habitam a Reserva dos “Catíos” [75.000 has], no Urabá, partilhado entre os Estados de Antioquia e Chocó, no noroeste colombiano.

Mapa 14. Conexão viária projetada atravessando o “Tapón del Darién”



O conflito vem ganhando complexidade sob a ameaça da expansão fazendeira paramilitar [Urabá, em território do Chocó], a exploração empresarial madeireira [Salaquí-Truandó] e pelos processos de colonização que lideram os camponeses deslocados pela violência do norte de Antioquia e de Córdoba.

Segundo as organizações ambientalistas presentes na região, grande parte deste território corresponde à área de tráfego de aves migratórias, existem múltiplas fontes de águas e de fauna endêmica, sendo um corredor biológico de distribuição das espécies representativas do Trópico.

O sociólogo e economista Alfredo Molano, junto à economista e bióloga Maria Constanza Ramírez, realizou uma travessia desde Medellín até o

comprometeu o investimento em torno de US\$ 155'000.000 e o resto seria coberto por partes iguais entre Panamá e a

Panamá, cruzando o *Darién colombo-panamenho*, em 1996⁸³, constatando que no território colombiano *a selva tem sido desmatada sem pausa, dando passo à pecuária extensiva. No território do Panamá, os EUA têm feito proibição deste tipo de intervenção como mecanismo de proteção contra os riscos do contágio da aftosa, cruzando a América Central e se instalando nas extensas áreas pecuárias do Texas e Kentucky.*

Historicamente, os habitantes indígenas da área foram expulsos pelos negros que chegaram neste território. Depois, chegaram os “chilapos” [mestiços, migrantes, em sua maioria dos Estados de Córdoba e do sul de Bolívar, tirados pela violência de seus territórios de origem]. Os negros foram tirados do Darién pelos industriais, quase todos *antioqueños*, construtores de estradas e fazedores de sítios para a pecuária extensiva e cultivos de banana. Na década de 80, do Século XX, estes industriais repassaram as propriedades, já escrituradas pelo Estado [convém registrar que isto não tinham conseguido nem indígenas, nem negros], para os narcotraficantes, durante o chamado *boom dos cartéis da droga*. Hoje o governo de EU impôs uma perseguição contra os *narcos colombianos*, sendo algumas extensões de terra expropriadas pelo governo ou simplesmente abandonadas pelos proprietários. Algumas destas terras voltaram a ser ocupadas pelos “grileiros”. Na atualidade, estes territórios estão sob controle de grupos paramilitares, com a conivência do Estado colombiano.

As diversas aproximações feitas para estudar este processo histórico de desenvolvimento de forças produtivas e relações de produção, nos permitem constatar que o *Darién Colombo-Panameño* está destinado a desaparecer. Em função dos interesses econômicos internacionais e sem muita significação para os interesses de pecuaristas, agricultores e madeireiros, ou de interesses políticos locais. Entendemos que os paramilitares só estão fazendo a mediação para preservar a ocupação atual do território e aguardar a instalação do macro projeto de conexão viária através da Panamericana. É importante salientar que dos atuais ocupantes do território, nenhum deles chegou pela vontade própria. Todos, sem exceção, foram empurrados como

Colômbia.

83 MOLANO, Alfredo e RAMIREZ, Maria Cosntanza, *El Tapón del Darién*. Diario de una travesía, El Sello Editorial, Santafé de Bogotá, 1996, 174 páginas.

prisioneiros nesta selva. Em sua lógica não existe a preservação do território, muito pelo contrário, existe a tentativa de explorá-lo com pressa e sem pausa, antes de serem novamente expulsos para outras áreas de colonização.

Observemos as seguintes fotografias registradas na área de pesquisa, em 2003:



Foto 06. Rodovia Panamericana, trecho não asfaltado, no estado de Chocó



Foto 07. Trecho em construção, na província de *Darién*,



Foto 08. Ponto final da Rodovia Panamericana em território colombiano. Depois dos morros, seguem os pântanos e a selva que compartilham Antioquia e Chocó.

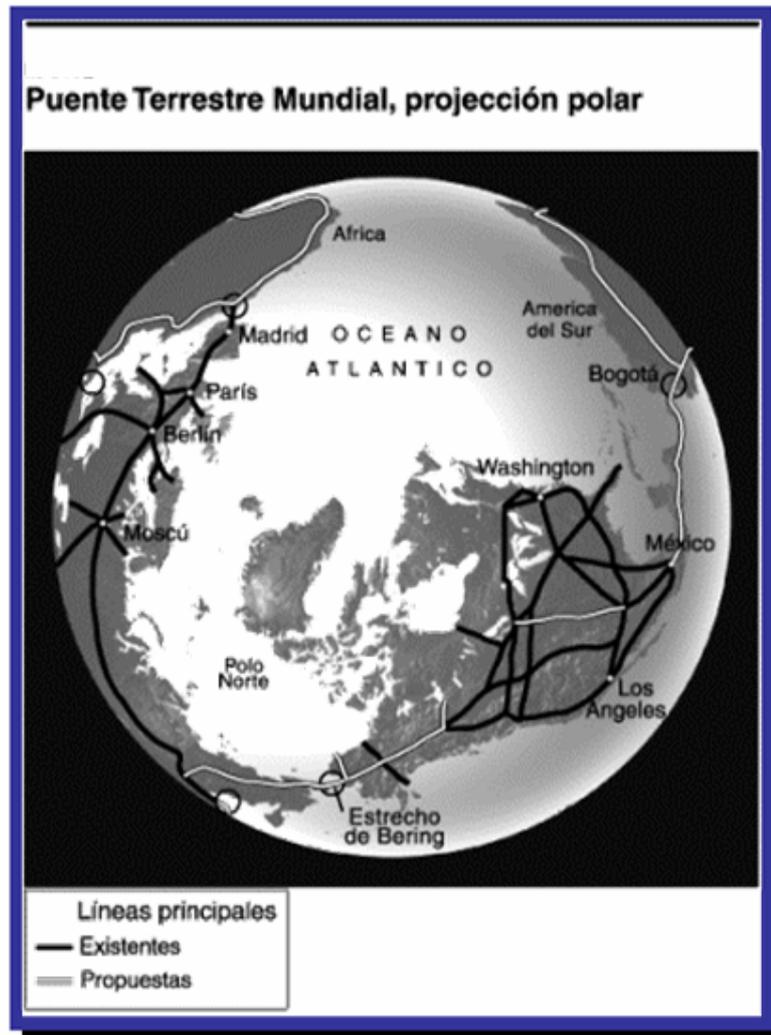


Foto 09. Área do rio *Atrato*, na reserva dos Kátios, que faria parte do trajeto por ser construído, corresponde a 31 quilômetros.

“(...)deve ser **o início da ponte terrestre** capaz de concretizar a cadeia de abastecimento ou de iniciar a cadeia de distribuição suportando a logística que se abre como uma porta essencial para o desenvolvimento de uma comercialização estrategicamente eficiente e rentável. As pontes terrestres fortalecem a **cadeia de valor em sua nova versão digital**, porque de nada serve negociar no ciberespaço quando o transado do virtual ao físico encontra abismos insuperáveis que impedem a integração nó-modal e quebram a convergência de fatores para os **vetores de produção e consumo**.

O planeta (...)formará uma só massa continental contínua, conectada por um grande espiral viário, espiral conformado por corredores de desenvolvimento de uns 100 km de largura, que trarão o desenvolvimento, a tecnologia de ponta e outros alcances da humanidade aos lugares mais escondidos da Terra...” representa-se em um mapa, a projeção polar interplanetária⁸⁴

Ilustração 01. Ponte terrestre mundial (projeção)



84 RACCIATTI(2000), José L. <<http://www.pci.com.ar/biblioteca.htm>>

1.3 Nariño, Baja Bota Caucana e Putumayo: erradicação de cultivos de coca.

O território ocupado por estes Estados está habitado por populações afrodescendentes; mestiços e indígenas que desenvolvem atividades econômicas diversas nas proximidades tanto do Litoral do Pacífico quanto de suas bacias hidrográficas. Assim mesmo, reconhecemos neste território uma importante fronteira econômica e de serviços com a Amazônia colombiana. O Putumayo é a porta de entrada à Amazônia, desde o litoral para o oriente do País.

Economias de mineração, agrícola, de caça e pesca, têm nos rios o fundamento para o tradicional assentamento familiar, um eixo de sobrevivência a partir do qual conseguem se transportar, comunicar e sustentar. É característico nestas unidades produtivas convocar comunitariamente os trabalhos, assim, debater e resolver conflitos também desse modo.

Na cultura indígena da Amazônia se reconhecem cinco complexos econômicos que tradicionalmente enriqueceram seus mitos, rituais, línguas, tecido social e sistemas de trocas. Estes são: a coca; o tabaco; o “yagé”; “yuruparí” e “yopo”. Todos eles são vegetais ou produtos extraídos de vegetais. Nos diversos depoimentos se destaca o interesse dos indígenas em manifestar que: *é o colono, na selva Amazônica, quem realiza atividades de comercialização e plantio de cultivos ilícito, pois só ele tem os contatos com os centros urbanos para financiar e planejar sua estrutura de produção e comercialização. Os índios não lidam com produtos químicos, não aprovam a prática destrutiva da natureza no processo de extração de drogas da coca: para obter a droga se usam gasolina, ácido sulfúrico, pergamato de potássio, sal, além de se ter que dispor de dinheiro para transportar por ar e por água a pasta de coca.*

Na revisão de dados estatísticos sobre a migração interna, na Colômbia, observamos que os Estados de Cauca, Nariño e Putumayo tiveram, nas duas últimas décadas, o percentual maior de recepção de população migrante desde outros Estados; principalmente sufocadas pelas inúmeras violências. Nariño e Putumayo estão com o maior índice de crescimento populacional motivado pela chegada de habitantes com interesses diversos.

A região constitui *território estratégico* associado ao espaço “Andinoamazônia” das Américas. Isto devido à riqueza de recursos energéticos, às reservas de petróleo e gás, assim como também de carvão, ao potencial hidráulico e à quantidade de oferta em água doce da América Latina. Esta porção de território próxima à Amazônia é coberta por uma capa vegetal rica em minérios (sal, enxofre, fósforo, ferro, etc.), por causa de sua proximidade com a cordilheira dos Andes.

Localizada em área de fronteira, é considerada pela *pirataria* [tráfico de drogas, pessoas, animais, armas, minérios, vegetais, etc] um “Mediterrâneo”. A pretensão dos países ricos, comandados pelos EUA, tem sido a de exercer a soberania no interior destas fronteiras amazônicas, internacionalizando seu controle. Apesar dos governos local e regional implantarem diversas políticas, o sistema de controle e vigilância, não é bem sucedido, uma vez que correspondem ao eixo de integração da Infra-estrutura Regional de Sul América e do chamado “Plan Puebla Panamá”.

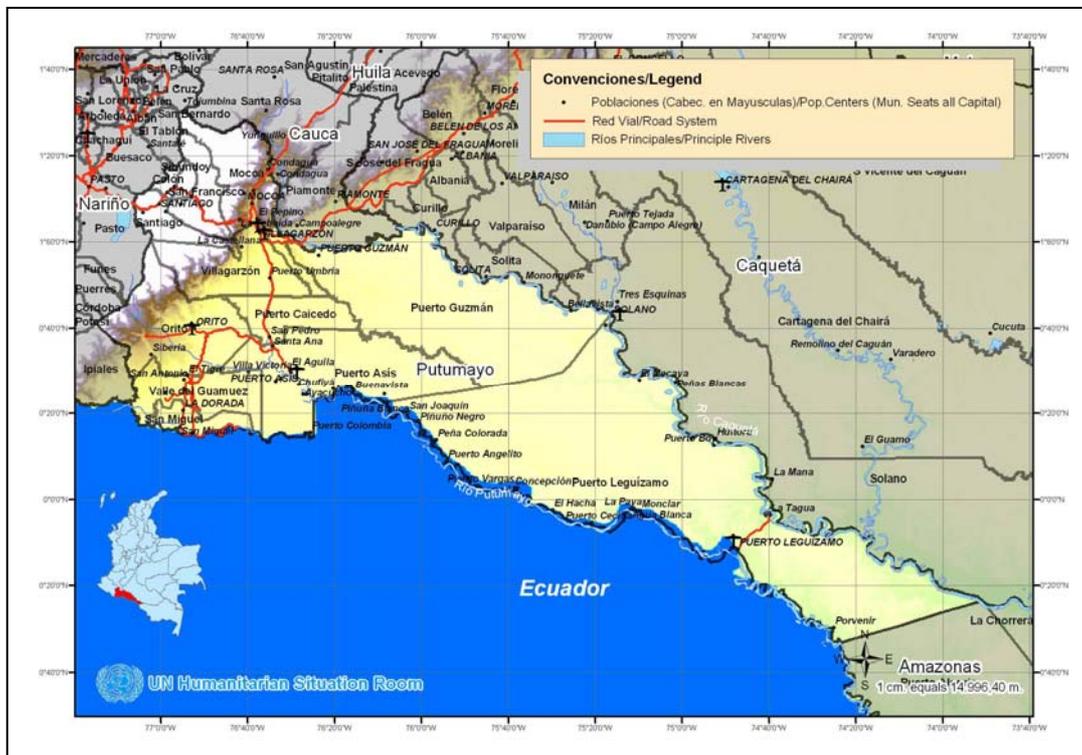
Os EUA realçaram, desde a década de 70, do Século XX, a conveniência de associar o comércio de drogas à ameaça de sua segurança nacional, fundamentando o nexos desta ameaça à categoria de *inimigo interior na AL*. Deste modo, sinalizaram os Andes como território de reformulação de uma estratégia econômica e política da ordem continental. Logo após a queda do muro de Berlim, Bush (pai) concretizou sua leitura geo-estratégica, afirmando: *a guerra contra a droga é a única guerra que temos*⁸⁵.

Políticas como a de promover a integração dos exércitos e polícias nacionais, optarem pela paramilitarização de territórios, favorecerem a dispersão de vigilância e controle internacionais, as ações de irrigação de venenos nas áreas de cultivos de drogas [o Putumayo é a área principal onde se desenvolveu o Plano Colômbia]. Vem sendo reforçada a capacidade militar para a contenção de intercâmbios entre movimentos populares de indígenas, Sem Terra, *cocaleiros*, seringueiros, guerrilheiros, de governos conhecidos como “populistas” e inclusive de contenção da integração comercial sob o interesse de implementar a ALCA na região. A ingerência dos EUA é lugar comum nestes territórios.

85 BBC Mundo. http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/misc/newsid_3533000/3533808.stm 4 de agosto de 2004

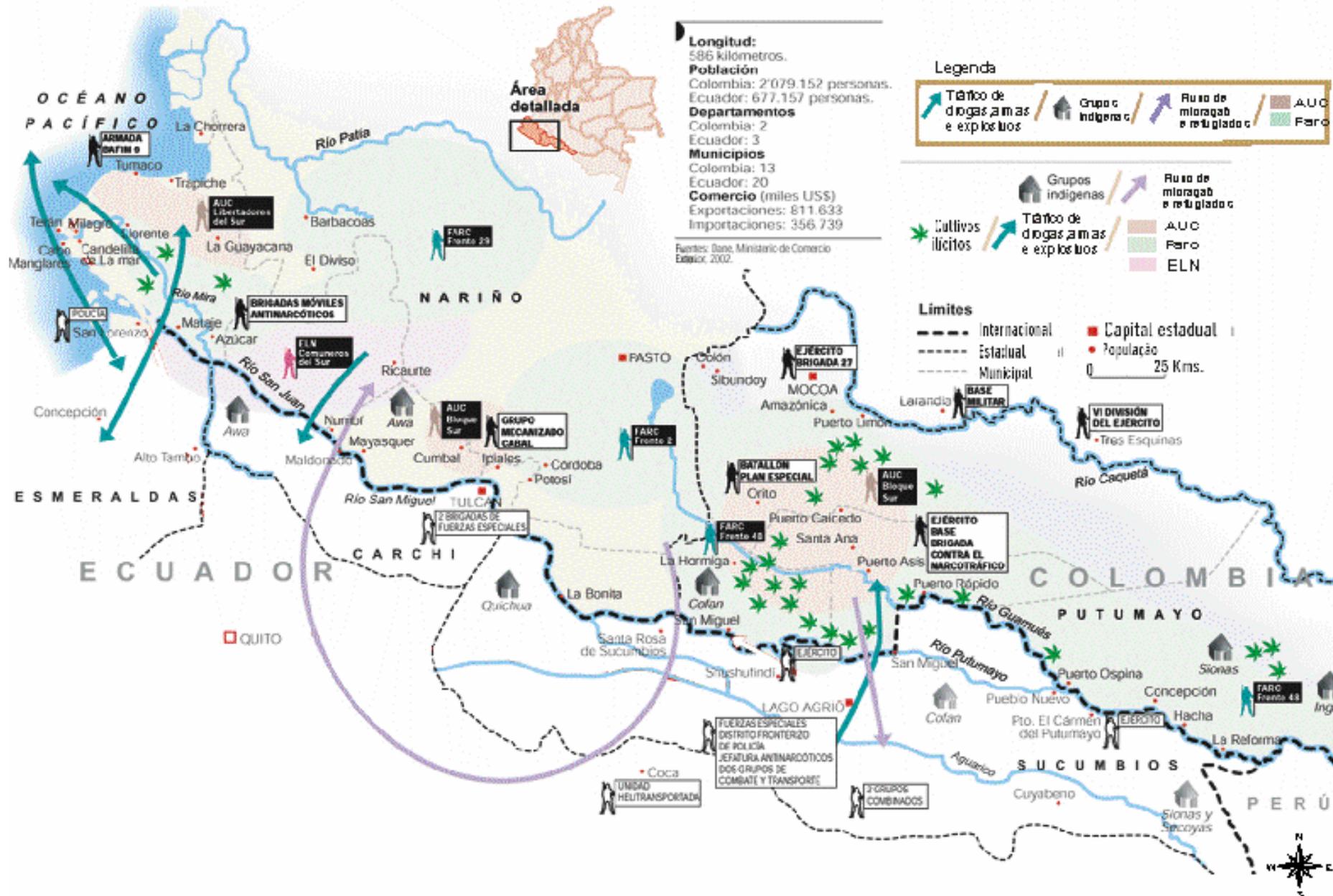
Como se pode apreciar nos seguintes Mapas: Mapa 15. Estado de Putumayo e Mapas 16 [Colombia-Ecuador], 17 [Colombia-Peru] e 18 [Colombia-Brasil]⁸⁶. É importante apreciar a estratégica localização destes territórios situados em um corredor de fronteiras, tanto com proximidade da Amazônia quanto da Orinoquia. Fato que reflete os interesses em jogo tanto da Colômbia, Equador, Peru e Brasil na ordem regional e internacional.

Mapa 15. Estado de Putumayo

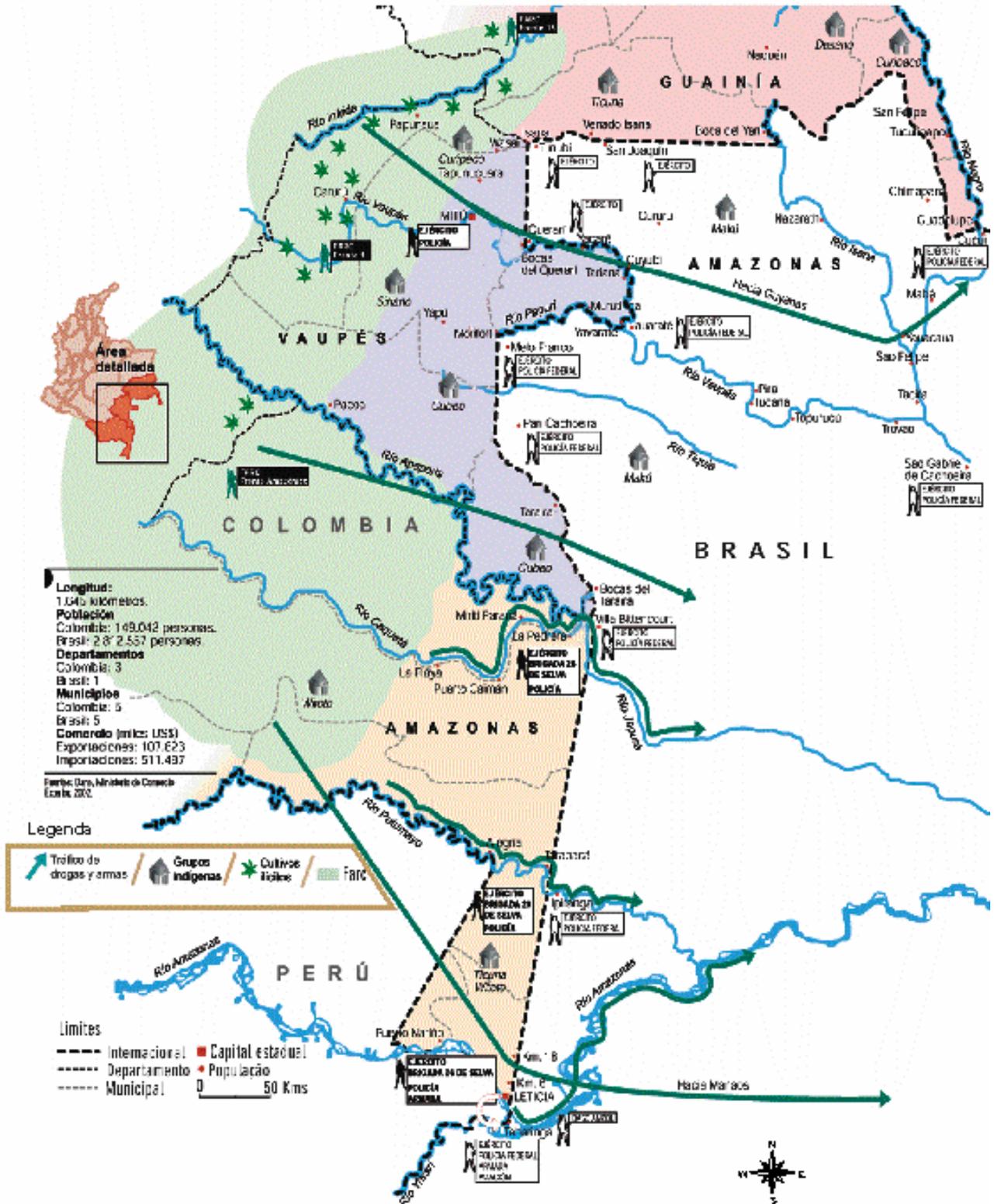


⁸⁶ Os mapas de territórios de fronteira correspondem a uma adaptação que fizemos, a partir de investigação editada pelo EL TIEMPO - En los confines de Colombia Jornal Especial, 2003.

MAPA 16. Fronteira Colombia Ecuador



MAPA 18
 Fronteira Colombia - Brasil



As zonas de fronteira se constituem em territórios de contenção e expansão do conflito. A fronteira se está configurando a partir das diversas determinações econômicas, sendo alvo de regulação social dos diferentes grupos armados. Configura-se, também, pela falta de projetos de desenvolvimento regional. Sobretudo, através da expulsão populacional suscitada pela destruição de formas de organização econômica tradicional. Observamos que se implementam diversas ações para difundir relações capitalistas em economias camponesas, concentrando a propriedade em novas mãos, ao passo em que se “libera” força de trabalho. Em consequência, as atividades *ilícitas* se constituem na maior fonte de renda para as populações de fronteira. O conflito nas fronteiras tem um caráter transnacional no qual participam grupos organizados e setores sociais de outros países.

A via de interconexão possível com os centros urbanos da Colômbia ou do Peru é aérea. Entre as comunidades da área, a conexão é através do Rio Amazonas que se articula a uma vasta rede de outros rios para adentrar-se na periferia de comunidades, essencialmente indígenas. No Estado de Putumayo, habitam 384.381 pessoas, das quais 25.000 são indígenas e, no Amazonas, 96.631 habitantes, sendo 20.250 indígenas. Os colonos se deslocam procurando alternativas de sobrevivência pelo amplo território, independente de nacionalidade, e a grande maioria deles manifesta ter chegado ao território expulso pela violência na terra de origem e/ou na procura de tocar a vida pela oportunidade que se encontra na diversidade destas áreas para os diversos tráficos da *ilegalidade*.

Reparemos que a área da fronteira Colômbia-Brasil, não faz parte dos territórios, foco de pesquisa, mas decidimos registrá-la em razão deste trabalho de Tese estar sendo apresentado no Brasil, sendo importante estabelecer um diálogo de reflexão a partir da realidade de América Latina. Destacamos, nesta fronteira, o tráfico de drogas e de armas, conservando características semelhantes quanto à geografia, recursos, população indígena e colonos, assim como ao meio de transporte fluvial e aéreo entre populações e centros urbanos de cada país.

Constata-se que a droga tem sido uma fonte que reproduz a justificativa da intervenção internacional sobre o território, devido a que:

i) aumenta a força militar dos sujeitos em conflito; ii) desumaniza a condição de existência das populações afetadas; iii) aumenta o medo e a incerteza; iv) provoca a participação da população em circuitos de ilegalidade itinerantes; v) favorece a corrupção e o rompimento do tecido social; vi) narcotiza o entendimento do conflito, a partir da visibilidade internacional que manipula; vii) destrói a natureza e muda a condição agrícola nos territórios; viii) dificulta o crescimento econômico, uma vez que subordina forças produtivas e relações de produção às demandas do comércio na circulação internacional e ix) esbarra a possibilidade de construir um paradigma de desenvolvimento regional e local, entre os próprios povos.

No que se refere às populações que migraram dos vizinhos territórios de Putumayo para Nariño, na procura de áreas de fronteira entre a Colômbia e Equador, podemos compreender o medo gerado pelas diversas violências, a partir de depoimentos que identificam, entre 2001-2003, o período de maior enfrentamento entre guerrilheiros, paramilitares, narcos e diversos “espiões”. Estes percorreram pequenas localidades de Putumayo plantando guerra e genocídio. O êxodo e a xenofobia entre grupos étnicos deixam, como seqüelas, extensões de território abandonado por seus antigos proprietários.

Os colonos do sul da Colômbia manifestam que a presença do Estado vem em forma de helicópteros que fumigam, sem exceção, vastas áreas plantadas, gerando diversos impactos na economia da região e na saúde dos habitantes. Em Putumayo, a população, para se locomover, deve percorrer pela água ou transitando caminhos de selva de muitos quilômetros, pois não existem infra-estruturas viárias neste tecido de selva e de águas.

A fumigação no Putumayo⁸⁷ vem agravando a situação, especialmente, das comunidades indígenas, uma vez que é difícil sobreviver onde já existem doenças como a tuberculose, febre amarela, hepatite, etc. O “glifosato” e, ultimamente, o produto químico nomeado “Roundup Ultra” causam problemas cutâneos, perda de visão, dores de ouvido e demais efeitos colaterais que ainda não se conhecem bem e têm sido abafados pelos interesses do negócio estabelecido entre governos. Junto à fumigação em Putumayo e à dispersão de

⁸⁷ A área plantada com cultivos ilícitos em Putumayo representa 37% do total dos cultivos deste tipo no país, segundo dados da Presidência de la República, DNP(2003:31)

cultivos ilícitos para o Pacífico, a guerra com os paramilitares também se estendeu a Nariño e Cauca.

O Bloco Sul das FARC, em anos recentes, mudou sua localização na cordilheira que perpassa *Tolima*, deslocando-se para o corredor que vai do Amazonas à região Pacífica, por ser esta uma rota crítica do narcotráfico. A chamada “zona de distensión” vivenciou, em 2001, um ano crítico de violências que estimulou diversas migrações.

A agricultura tradicional perdeu a competitividade diante dos cultivos de coca e papoula. As unidades de trabalho familiar-tradicional se reproduzem vegetativamente. A produção da vida de trabalho familiar camponês não consegue ser planejada a partir das suas necessidades e sim pelas circunstâncias impostas pelo capital. Quer dizer, servem ao circuito de reprodução capitalista. Esse tipo de agricultura garante sucesso ao atravessador, ao transportador, a quem comercializa, mas não ao pequeno camponês. Os cultivos ilícitos, ainda que itinerantes pela geografia nacional, representam, para o camponês, uma ilusão passageira de retorno em condição mais competitiva. O camponês termina ficando refém de outros interesses e, em certas ocasiões, atrelado aos circuitos do tráfico.

O Coronel Ralph Peters do exército de EUA, opinando sobre a intervenção de seu País, na Colômbia, expressava:

“Contrario a la pesadilla de nuestros diplomáticos, que usualmente le tienen aprecio incluso al peor statu quo, el mejor resultado puede ser el colapso del gobierno colombiano. Esto nos llevaría a un consenso regional sobre la necesidad de una intervención y salvaría a Estados Unidos de gastar e incluso de desangrarse solo mientras los vecinos gritan “Yankee, go home.

Nosotros bien podríamos terminar luchando en Colombia algún día por intereses genuinos. Pero si lo hacemos, debe ser como miembros de una coalición y en apoyo de un nuevo regimen que lo merezca y con un claro y decisivo propósito. Un nuevo gobierno construido alrededor de colombianos que tengan el valor y el sentido moral de la decencia; una nueva Constitución que haga más que preservar los derechos de la oligarquía; unos nuevos militares que hagan más que derramar la sangre de los pobres, merecerían nuestro apoyo. El actual gobierno de Bogotá carece de cualquier peso moral mas allá de débil mandato. Su “democracia” es poco más que una herramienta de los ricos y los poderosos. Colombia necesita un nuevo comienzo, no prolongar su agonía(...).” PETERS, Ralph(2002:14-15)



Foto 10. Organização típica da moradia indígena no Sul da Colômbia.



Foto 11. Rituais culturais em comunidade indígena de Putumayo.



Foto 12. Economia de subsistência, com a criação de galinhas em comunidades, como alternativa de alimentação e de trocas.

2. A tendência da “liberdade de mercado” através do lema do “desenvolvimento” e da “segurança nacional” para a implantação da funcionalidade dos territórios.

Na Colômbia, é freqüente encontrar terras utilizadas em atividades para as quais não têm vocação, ou que seu uso supere a capacidade produtiva, ou que, simplesmente não alcancem essa capacidade produtiva. Isto reflete os níveis de produção, os custos, a deteriorização dos recursos naturais e a perda de condições econômicas para o produtor. A prática herdada de sistemas de produção baseados em práticas de monocultivo, implantadas em um país tropical, tem causado prejuízo, uma vez que eleva o uso de insumos, colocando em dependência o processo produtivo de um número reduzido de espécies vegetais e animais e além disto, reparamos que não é o sistema adequado para o tipo de solo e suas necessidades.

A Colômbia, de um modo geral, tem uma característica topográfica marcadamente diversa, favorecida pela presença da Cordilheira dos Andes;

existem solos térmicos⁸⁸ de picos, bosques úmidos, vales, altiplanos, serras, etc. Diversidade associada diretamente ao tipo de vocação produtiva apropriada para cada tipologia de solos. Constatamos que estas fronteiras agrícolas e pecuárias estão sofrendo processos de colonização indiscriminada, migração forçada das comunidades, expansão de cultivos ilícitos que, juntamente com a prática de atividades produtivas e extrativas, vêm propiciando a ocupação conflituosa da Amazônia, do Litoral do Pacífico e da Orinoquia. Territórios estes que identificamos como sendo os mais afetados na mudança de sua vocação agrícola, nas três últimas décadas.

Nos conflitos associados à luta pela terra-uso-posse e concentração da propriedade, identificamos as seguintes motivações, em destaque:

- A acumulação de terra como fonte de poder, estimulada pelas ofertas dos narcotraficantes [Córdoba, Sucre, Bolívar, Magdalena, César e Orinoquia]. A proteção é dirigida sobre o latifúndio;
- A terra como fator de sobrevivência sob base cultural de minorias étnicas [Cauca, Chocó, Sierra Nevada]. Há pressões requerendo mudanças na estrutura da propriedade e basicamente para tirar do índio e do afrodescendente seu território ancestral;
- A terra como cenário de extração de renda em zonas de vocação agroindustrial [Valle del Cauca, vales interandinos, Caribe e Magdalena médio];
- A terra como fator de produção para plantar cultivos ilícitos em zonas de colonização [Putumayo, Caquetá, Guaviare, Meta e Arauca], áreas de economia camponesa deprimida [Cauca, Nariño, Norte de Santander], de regiões cafeeiras e de áreas que ficam fora da fronteira agrícola [Guainía, Vaupés, Guajira, Chocó e Amazonas];
- A terra como base de controle territorial e de segurança militar de grupos armados que provocam a migração da população colona e a reapropriação da mesma terra por novos povoadores. Correspondem a territórios de fronteira, corredores de megaprojetos com participação de capital nacional, especialmente internacional. [Urabá, Norte de Santander, Putumayo,

88 Segundo o "Instituto Geográfico Agustín Codazzi-IGAC"(2002) 81.7% das terras na Colômbia encontram-se em piso térmico cálido; 9.1% no médio e 6.6% no frio. A maior extensão de terras corresponde ao clima cálido úmido e muito úmido com 64.963.550 ha. "CD4 Uso adecuado y conflicto de uso de las tierras en Colombia"

a fronteira com Panamá, regiões do Magdalena médio e algumas localidades no sopé da Cordilheira Oriental]

As práticas de plantio e comércio de drogas ilícitas constituem destaque na mudança de vocação agrícola de grandes extensões dos territórios produtivos na Colômbia. Observamos que estas práticas estão atreladas a economias industriais. Assim caracterizadas:

A Indústria ilegal das drogas desenvolve estratégias, tem uma estrutura e concorre entre empresas. Isto é favorecido pelo entorno nacional de fragmentação, assim como pela estrutura competitiva que sustentam os grupos de narcotraficantes, deslocando-se entre circuitos de plantios e de comercialização. Observam-se condicionantes internos que favorecem seu metabolismo. Em destaque consideramos a falta de implantação de políticas públicas em grandes territórios isolados, assim como a cultura de lealdades que facilita o caráter de segredo da informação e da circulação. As práticas históricas de violência são instrumento de retaliação, que favorecem a dinâmica econômica. Dinâmica baseada na procura por áreas de “nova colonização”, o que provoca formas diversas de mobilização territorial e uma suscetibilidade de *trocas instrumentais* na relação Estado-mercado. Por outro lado, as condições favoráveis à demanda, encontram uma plataforma doméstica e internacional da indústria, assim também um mercado que fornece e estimula a demanda de matérias primas e de insumos. Finalmente, constatamos que a existência de grupos que procuram circular na *ilegalidade*, estimulados pela geração de valor na escala da troca, terminam constituindo os “cartéis das drogas”.

As conexões de apoios estão sustentadas no plantio de vastos territórios de coca, papoula e maconha; no comércio ilegal de insumos; o transporte de dinheiro; acompanhamento de safras e de instalações de processamento; no contrabando; comércio garantido; as redes de mercado internacional; tráfico de armas; lavagem de ativos e articulações com o poder público, nas altas esferas do poder.

O ponto de partida, comum à maior parte da literatura econômica, consiste em se considerar o conjunto das práticas pertencentes à esfera do ilegal e do ilícito – da violência e do crime, ao simples tráfico de influência –

como manifestações inconciliáveis com as leis gerais que supostamente regem o funcionamento “normal” de uma “democracia capitalista de mercado”.

A problemática da ilegalidade fica, assim, banida como objeto de análise, como questão de ordem pública, sem se considerar suas repercussões sobre a economia internacional. Essa abordagem, a nosso ver, apaga as dimensões sociais conflitantes da dinâmica do capitalismo e oculta as condições históricas [a violência e o parasitismo] que marcaram a origem do processo da formação da relação capital-trabalho.

Existe o mito fundador da economia política, segundo o qual é possível explicar as normas de funcionamento do Estado e da economia de mercado a partir de uma sociedade concebida como uma simples agregação de indivíduos supostamente *autônomos, livres e iguais*, que encontram no mercado o meio natural e mais eficaz de coordenação de suas atividades. Diante de um “estado primitivo”, pré-econômico e pré-capitalista, marcado por uma violência e uma insegurança difusas, “guerra de todos contra todos”, constitui-se um hipotético *contrato social*, participando imbricados o Estado de direito e o mercado como meios de socialização das atividades econômicas dos indivíduos. Contrato que demarcaria as regras que regem a *relação entre a esfera do econômico e a do poder político*. De outro lado, temos a esfera do poder político e da *não-negociabilidade*: a institucionalização do mercado requer e apela simultaneamente ao Estado-protetor, detentor da violência legítima que lhe foi confiada pela sociedade civil. Este seria todo um tema de análise, além de nossas possibilidades no contexto do objeto desta Tese, porém, não queremos deixar de sinalizar essa natureza contraditória na ideologia da economia política.

Percebemos a apologia da garantia das instituições multilaterais que se constituem em agências que qualificam os riscos, na perspectiva dos interesses do mercado. Estas buscam estabelecer um consenso com o estatuto jurídico do *Estado de Direito* e sua missão é construir, para a realidade contemporânea colombiana, o “projeto integracionista”, baseado, a nosso ver, na trilogia da ideologia de extrema direita no mundo: i) ordem; ii) tradição e iii) autoridade. Para tal empenho é indispensável constituir a *sociedade disciplinar*, que significa o “olho delator do vizinho”, ao avesso de um *Estado de Direito*.

O “Estado comunitário” de Álvaro Uribe é o desenvolvimento desse modelo. Instrumentos como os plebiscitos para legitimar perda de direitos, conselhos comunitários de governo e aproveitamentos da mídia para se comunicar no dia-a-dia com a população, todos são instrumentos da democracia contemporânea que termina sendo *antipolítica*, pois manipula as subjetividades com diferentes fundamentações, a partir, por exemplo, de estimular violências que justificam a intervenção de organismos internacionais.

3. A tendência progressista das organizações ambientalistas que acompanham as lutas nos territórios foco de pesquisa e sua funcionalidade para a recomposição do capital.

Sete são as ONG`s⁸⁹ que têm uma intervenção importante nos territórios delimitados de Pesquisa, vamos caracterizá-las brevemente:

1. “Peace Brigades International-PBI”, registrada na ONU, chegou, em 1994, com a missão de observar/acompanhar os processos de conflito e oferecer ajuda humanitária às vítimas do impacto da migração interna. Sua estratégia se orienta através de privilegiar a divulgação de informações sobre o desenvolvimento da situação social. A equipe que permanece na Colômbia compõe-se de 4 observadores, repartidos entre Bogotá, Magdalena Médio, Urabá e Putumayo. Cada um dos quais procura 10 pessoas originárias das populações onde desenvolve intervenção, para que façam o papel de facilitadores na inserção da ONG junto à sociedade. Seus membros provêm da Europa, América do Norte e Austrália. Falam fluentemente o espanhol e têm experiência prévia em intervenção em países em conflito e assessoram outras ONG`s. Definem sua missão assim: *fazer interlocução entre os atores do conflito, as autoridades militares e os organismos internacionais que fazem cobertura externamente.*

2. A “Organização Mundial contra a Tortura-OMCT”, declara-se independente de governos e sua intervenção se dá no campo dos

direitos humanos. Está na região da fronteira entre a Colômbia, Equador e Peru, desde 2003. Declara que procura estabelecer relações com as organizações locais na luta contra a tortura. Afirma, assim mesmo, que não aceita nenhum tipo de interlocução com grupos armados, à exceção das Forças Militares do País.

3. A Anistia Internacional se declara como um movimento de defesa dos Direitos Humanos. *Realiza trabalhos de pesquisa e ações concentradas em impedir violências contra a integridade física e mental, a liberdade de consciência, de expressão, a discriminação, no contexto de promover os DDHH.* Periodicamente emite comunicações sobre a situação da Colômbia.

4. “Human Rights Watch” é uma organização independente que se financia com contribuições privadas e de fundações de vários países da Europa. Dedicase, fundamentalmente, a realizar investigação sobre direitos humanos. Tem na Colômbia uma grande equipe de advogados, politicólogos, acadêmicos, pesquisadores e jornalistas. Difunde, através de informes periódicos, os dados sobre a situação de conflito nos países onde atua. Sobre a Colômbia tem feito várias pesquisas e já teve uma ação de liderança, apresentando dados para negar a afirmação dos governantes colombianos na Europa, segundo a qual não existe uma situação de guerra civil na Colômbia. O governo de Uribe tentava encontrar adesão da União Européia no Plano Colômbia através deste fundamento. Houve, por parte do governo, a tentativa de expulsar esta ONG, porém a União Européia barrou o processo, exercendo diversas pressões internacionais.

5. “CEJIL”, associada à *Organização de Estados Americanos-OEA*. E membro do sistema interamericano de direitos humanos e proteção internacional. A CEJIL assessora juridicamente, de graça, as vítimas de violência. Também permanece na região de fronteira

que corresponde à área dos territórios de pesquisa no sul da Colômbia.

6. O “WOLA”, dedica-se à denúncia de violações de direitos humanos nos países da América Latina. Tem seu escritório principal em Washington. Não tem um contato direto com as populações, porém desenvolve sua intervenção através da interlocução com o governo e com as forças militares.

7. Os “Tribunales de Opinión” surgiram em 1998, a partir do processo de conflito na Colômbia, com investimento da “Organização Mundial Contra a Tortura”. Assegura que sua intervenção é fazer pronunciamento moral e divulgar pesquisas nacionais, preferencialmente.

É este o contexto da presença de ONG`s nos territórios, uma vez que as ONG`s nacionais não manifestam gozar de garantias de segurança para permanecer na região. O governo atual, não apóia a intervenção das ONG`s e associa a participação destas junto à sociedade civil como auxiliadoras dos grupos guerrilheiros. Especialmente no Urabá [Antioquia] e Chocó, as ONG`s nacionais vêm procurando a intermediação da Igreja Católica para organizar as comunidades que moram em áreas críticas de violência, sob o critério de “comunidades de paz”.

As atividades que caracterizam a intervenção das ONG`s nos territórios, não têm um compromisso com a transformação social, mas, são voltadas para as respostas às necessidades imediatas e localizadas. E é no espaço do imediatismo que a alienação ganha força. Desse modo, não se consegue articular, no seio da sociedade, às lutas, apreendendo as contradições de classes, a partir das aparências que o cotidiano revela.

Ao dizer de NETTO (1989), *o cotidiano não se descola do histórico – antes, é um dos seus níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais.*

Vale lembrar que na acepção marxiana, a atividade da sociedade civil constitui o motor da história⁹⁰. Como imaginar um sistema social sem projeto de sociedade? Sem participação efetiva da classe que vive do trabalho? Conferimos, desse modo, a importância de continuar apreendendo e compreendendo a tensão entre *alienação/desalienação*. A profunda necessidade em construir mediações que nos permitam fazer a passagem entre as vivências imediatas da vida cotidiana e, a luta pela superação desse limite. Quer dizer, a procura por não aceitar o cotidiano como imposto, inalterável, natural. E é, certamente, a partir das conexões com o mundo do trabalho e da reprodução social que se torna imprescindível a luta pela superação da barbárie. Com certeza esta será a sinalização para continuarmos desenvolvendo a Pesquisa, além da vivência durante o Curso de Doutorado.

“Certamente, permitir que o mecanismo de mercado seja o único diretor do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, de fato até mesmo do volume e do uso do seu poder aquisitivo, resultaria na demolição da sociedade. A mercadoria chamada “força de trabalho” não pode ser jogada de um lado para o outro, não pode ser usada indiscriminadamente, nem mesmo deixada sem uso, sem também afetar o indivíduo humano que vem a ser o portador desta mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema dispõe também da entidade física, psicológica e moral do “homem” fixado àquele rótulo. Roubado da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos pereceriam sob os efeitos da exposição social; morreriam como vítimas do agudo deslocamento social por meio de vício, perversão, crime e fome. A natureza seria reduzida a seus elementos, o ambiente que nos cerca e as paisagens seriam destruídos, rios poluídos, a segurança militar posta em risco, destruída a capacidade de produzir alimentos e matérias-primas. Finalmente, a administração do poder aquisitivo pelo mercado periodicamente liquidaria empreendimentos empresariais, pois a escassez e a sobra de dinheiro provariam ser tão desastrosas para os negócios quanto as inundações e secas na sociedade primitiva. Evidentemente, trabalho, terra e mercados de moeda são essenciais a uma economia de mercado. Mas nenhuma sociedade poderia resistir aos efeitos de um tal sistema de ficções cruas, mesmo por um período muito curto de tempo, a menos que sua substância natural e humana, como também sua organização empresarial, fossem protegidas contra as devastações deste moinho satânico”POLÁNYI, Karl apud Meszáros (2002:902).

90 “O Estado, o regime político, é o elemento subordinado, e a sociedade civil, o reino das relações econômicas, o elemento dominante”. MARX e ENGELS, 1977, (Vol. 3, p. 111).



Foto 13. Paisagem urbana: passeatas em massa manifestando o protesto contra as privatizações das empresas públicas, a dispensa de empregos e a flexibilização das condições do trabalho assalariado.

Quadro 01. Comparativo das características de dois tipos de partidos políticos

CARACTERÍSTICAS	PARTIDO DE QUADROS	PARTIDO DE MASSAS
1. Funções manifestas	Quase exclusivamente eleitorais	Ideológicas, eleitorais e de governo
2. Atividades	Limitadas e intermitentes, ficam em torno da rotina eleitoral	Extensivas e permanentes
3. Principais beneficiários	Os eleitos	Os membros
4. Incentivos	Burocracia	Ideológicos
5. Estilo operacional	Pragmático	Ideológico
6. Requisitos de organização	Dependem da conjuntura	Altamente integrada
7. Membros	Informal. As necessidades eleitorais determinam o tamanho da organização	Critérios formais de afiliação e fortes organizações de base que são requeridas para construir legitimidade
8. Unidade de organização	Comitês “clique” de lideranças	Seções ou carteiras
9. Distribuição da autoridade	Autonomia das subunidades. Centralização dentro da descentralização	Descentralização dentro da centralização
10. Recrutamento de lideranças	Clientelas	Padrões de carreira política institucionalizados
11. Estilo organizacional	Profissional	Amador

Fonte: Gómez, H. (1989 a: 189), p. 385.

A afirmação segundo a qual os *partidos políticos na Colômbia representam o eleitor, porém, não o cidadão*, permite compreender como a negação da política está na base da recortada democracia. A falta de projetos alternativos de sociedade, a administração por inércia, assim como a prática

instrumental de inúmeras violências, terminam suscitando o medo e provocando a apatia da sociedade frente aos partidos políticos.

Tanto o partido Liberal quanto o Conservador têm sido, historicamente, partidos de quadros [rígidos e excludentes] que operacionalizam sua razão instrumental para atingir interesses, ao passo que manipulam clientelas.

A atomização dos partidos e a prática do clientelismo como motor da política, a partir de 1970, vêm provocando uma concorrência eleitoral sem definição de um paradigma de sociedade, assim como a falta de uma base social diferenciada que acompanhe essa ideologia.

As elites governantes vêm copiando modelos, nas práticas de construir partido e de fazer política, que favorecem as características de partidos de quadros. O País está sedento de constituir partidos políticos que reflitam sua militância. O desafio se coloca na construção de um paradigma alternativo de sociedade, que não negue a função social da política: ela é uma mediação necessária, porém, não suficiente de reforma e de mudanças.

Por seu lado, as comunidades indígenas, na Colômbia, manifestam formas alternativas de reager ao conflito. Sua decisão é resistir nos territórios e desenvolver pequenos projetos de sobrevivência. Isto, através do apoio de alguns organismos multilaterais. O depoimento a seguir registra experiências em comunidades indígenas de Cauca e Putumayo⁹¹:

Con cultivos de moras, cría de gallinas, de lechones y vacas, de la mano de un proyecto cultural del cual nace un grupo musical que le canta a la vida, nació un nuevo escenario donde los niños, niñas y jóvenes indígenas y afrocolombianos le apuestan a la paz.

La cultura ancestral de las comunidades indígenas en el departamento del Cauca y la labor de sus cabildos se han convertido en soportes del proceso de retorno de los jóvenes desvinculados del conflicto armado, dentro del programa de reinserción que adelanta la Oficina Internacional para las Migraciones (OIM).

El programa ha beneficiado a 535 menores en los resguardos indígenas páez (Caldono y Hueyas), guambiano (la María), yanacona (río Blanco) y en el corregimiento Guachené. Los esfuerzos del programa se orientan a:

- *Brindar a los menores desvinculados del conflicto los medios necesarios para llevar a cabo sus iniciativas productivas.*
- *Ofrecer asistencia jurídica a los dirigentes indígenas para facilitar la reinserción de miembros de sus comunidades*

91 * Programa de "Reinserción para niños, niñas y jóvenes" - OIM com recursos da AID en Cauca (Colômbia).

- *Construir con los docentes de la región un currículo para la paz.*

Los niños y jóvenes beneficiarios gozan ahora de aceptación en sus comunidades y han escogido opciones de vida productivas y sustentables. Y hay un espíritu de solidaridad entre ellos, que poco a poco va calando en las filas de los grupos armados y robándole más niños a la guerra.

4. O conflito de guerrilhas [de extrema direita e de esquerda], posicionamentos ideológicos e suas expressões no real/concreto [objetivações].

O Quadro 02 apresenta as Propostas dos sujeitos armados. Na pesquisa levantada, encontram-se vários documentos programáticos publicados. Este é um esforço de sistematizá-los, considerando-se que correspondem a manifestações no campo ideológico-político e não, necessariamente, às táticas e estratégias particulares de luta armada que fundamentam a coerência ou não, de um projeto revolucionário. Isto, a nosso ver, porque todos os grupos armados, especialmente as autodefesas [paramilitares] participam em inúmeras violências contra a população civil camponesa, sob diversas justificativas de proteção e combate.

Quadro 02. Propostas programáticas dos sujeitos armados (continua)

TEMAS	FARC	ELN	AUC
Via para as reformas	Assembléia Constituinte	Convenção Nacional	Congresso da República
Reforma política	<ul style="list-style-type: none"> •Garantias para a oposição; •Garantias para as minorias; •Acesso da oposição e das minorias aos meios de comunicação; •Rama eleitoral independente. 	<ul style="list-style-type: none"> •Democracia participativa e “poder popular”. •Eliminação do clientelismo. •Democracia comunitária no plano local. •Garantias para partidos minoritários. 	<ul style="list-style-type: none"> •Financiamento estatal de campanhas. •Modernização do Tribunal Regional Eleitoral . •Voto programático obrigatório. •Ampliação da revocatória do mandato

Quadro 02. Propostas programáticas dos sujeitos armados (continuação)

TEMAS	FARC	ELN	AUC
Via para as reformas	Assembléia Constituinte	Convenção Nacional	Congresso da República
	<ul style="list-style-type: none"> •Mudanças no calendário eleitoral. •Fortalecer a participação cidadã. •Congresso unicameral. •Luta contra o clientelismo. •Eleição popular do Procurador. •Eleição popular de juízes e magistrados. 		<ul style="list-style-type: none"> •Mais inabilidades para funcionários. •Fortalecimento da democracia participativa •Reestruturação dos organismos de controle. •Garantias para partidos minoritários.
Regime territorial	<ul style="list-style-type: none"> •Desmontar o centralismo; •Reordenar o território integral; •Descentralização e fortalecimento do poder local.; •Descentralização política e administrativa; •Municípios mais ativos no planejamento e execução da política; 	<ul style="list-style-type: none"> •Regiões ou “cantones” ;com maior autonomia. 	<ul style="list-style-type: none"> •Fortalecer a descentralização
Forças Armadas	<ul style="list-style-type: none"> •Doutrina militar e defesa do Estado bolivariano; •Garantia da soberania nacional; •Respeito aos direitos humanos; •Polícia dependente do Ministério do Interior. 	<ul style="list-style-type: none"> •Exército conformado a partir de base revolucionária; •Sem paramilitarismo; •Respeito aos direitos humanos e à protesta social. 	<ul style="list-style-type: none"> •Defesa nacional e seguridade cidadã; •Redefinição de funções e missão da força pública; •Serviço militar universal;

Quadro 02. Propostas programáticas dos sujeitos armados (continuação)

TEMAS	FARC	ELN	AUC
Via para as reformas	Assembléia Constituinte	Convenção Nacional	Congresso da República
Política exterior	<ul style="list-style-type: none"> •Respeito aos princípios de autodeterminação dos povos e mútuo benefício; •Prioridade da integração regional e latino-americana; •Revisão de pactos militares e ingerência das potências em assuntos internos. 	<ul style="list-style-type: none"> •Autonomia, soberania e independência de Estados Unidos; •Integração latino-americana para atuar em bloco ante o mundo contra o neocolonialismo. 	Não tem proposta.
Política antinarcóticos	<ul style="list-style-type: none"> •Solução não militar do fenômeno de produção, comercialização e consumo; •Compromisso das grandes potências como principais fontes de demanda; •Legalização do consumo. 	<ul style="list-style-type: none"> •Definida de forma autônoma e soberana; •Acordo global para atacar o consumo e às máfias; •Substituição de cultivos; •Prevenção e atenção de drogaditos. 	Não tem proposta.
Política econômica	<ul style="list-style-type: none"> •Inversão em áreas estratégicas e protecionismo; •Ampliação do mercado interno; •Estímulos à pequena, média e grande indústria privada, à autogestão, microempresa e economia solidária; •Estatização dos sectores estratégicos; 	<ul style="list-style-type: none"> •Protecionismo em defesa da pequena e média indústria; •Estatização de sectores estratégicos; •Maior gasto social; •Economia comunitária; 	<ul style="list-style-type: none"> •Forte intervenção social do Estado; •Redistribuição do produto sob os princípios de equidade e justiça.

Quadro 02. Propostas programáticas dos sujeitos armados (continuação)

TEMAS	FARC	ELN	AUC
Via para as reformas	Assembléia Constituinte	Convenção Nacional	Congresso da República
	<ul style="list-style-type: none"> •50% do recurso nacional será investido no bem-estar social e 10% na investigação científica; •Renegociação da dívida externa. 	<ul style="list-style-type: none"> •Formas de economia mista; •Renegociação da dívida externa; •Desenvolvimento sustentável; •Investimento estrangeiro com transferência tecnológica. 	
Terra e política agrária	<ul style="list-style-type: none"> •Erradicar o latifúndio e redistribuir as terras; •Definir fronteira agrícola que racionalize a colonização e proteja as reservas Naturais; 	<ul style="list-style-type: none"> •Eliminar o latifúndio improdutivo; •Adjudicação de baldios; •Crédito para o campesinato; •Propriedades familiares, cooperativas, estatais, mistas e socialistas; 	<ul style="list-style-type: none"> •Reforma agrária mediante empresas de economia solidária; •Prioridade dos prédios ociosos na reforma; •Frear a ampliação da fronteira agrícola;
Terra e política agrária	<ul style="list-style-type: none"> •Democratização do crédito, assistência técnica e de mercado; •Estímulo à indústria rural; •Proteção do sector agropecuário. 	<ul style="list-style-type: none"> •Proteção das bacias hidrográficas; •Consolidar a indústria alimentícia nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> •Modernização tecnológica e industrial do agro.
Política energética	<ul style="list-style-type: none"> •Exploração em benefício do país e das suas regiões; •Renegociações de contratos com multinacionais; •Desenvolvimento da petroquímica. 	<ul style="list-style-type: none"> •Exploração nacional. •Investimento estrangeiro, mas com transferência tecnológica. •Revisão de contratos de associação e concessões vigentes. 	<ul style="list-style-type: none"> •Grande debate nacional sobre o petróleo. •Revisão do regime de contratos. •Fundo de estabilização petroleira.

Quadro 02. Propostas programáticas dos sujeitos armados (continuação)

TEMAS	FARC	ELN	AUC
Via para as reformas	Assembléia Constituinte	Convenção Nacional	Congresso da República
Política energética		<ul style="list-style-type: none"> •Manejo soberano dos preços de hidrocarbonetos •Imposto de um dólar por barril para o desenvolvimento de municípios petroleiros. •Conformação do Conselho Nacional de Petróleo. •Foro Nacional Energético. •Projeto de lei marco de hidrocarbonetos. 	<ul style="list-style-type: none"> •Maior participação da Nação nos Contratos de Associação e de risco compartilhado; •Reforma do regime de transferências.
Reforma urbana	Não tem proposta	<ul style="list-style-type: none"> •Reforma para resolver os problemas de bairros marginais, habitações e lotes ociosos. 	<ul style="list-style-type: none"> •Reforma para evitar o crescimento excessivo das cidades. •Desenvolvimento urbano integral de inclusão. <ul style="list-style-type: none"> –Construção e melhoramento de habitação. –Espaço público. –Infra-estrutura e serviços públicos.

Fonte: www.FARCEp.org; www.eln-voces.com; www.colombialibre.net. (2003)

Observa-se que as “Autodefensas Unidas de Colombia-AUC” não desenvolveram propostas com relação a muitos dos temas que os grupos guerrilheiros vêm apresentando, através de Assembléia Constituinte e da Convenção Nacional. O espaço da reivindicação das AUC é o Congresso da República, onde tem articulações com partidos políticos.

CONCLUSÕES

O conflito colombiano tem dimensões históricas associadas à luta agrária liderada por movimentos sociais camponeses que desde a década de 1920 sinalizaram a trilha pela busca de participação da sociedade civil nos espaços deliberativos, através da política.

Entre 1903-1948 é possível demarcar o período no qual se construiu o modelo de civilidade, mediante a participação de diferentes interesses, tanto urbanos como rurais, representados no governo por dirigentes do Partido Liberal, sendo que ao interior deste Partido existia uma forte força de esquerda sob liderança de Jorge Eliecer Gaitán [gaitanismo].

Estes movimentos sociais iniciaram na década de 30 o processo de construir e efetivar a reforma agrária, encontrando barreiras na interlocução com segmentos da classe governante. Em 1948 foi assassinado Gaitán, e é nessa conjuntura histórica que alguns movimentos camponeses decidiram pela via armada para desenvolver seu projeto agrário.

Impossível deixar de mencionar que ao chegarmos a esta fase de conclusão da pesquisa, nos percebemos surpresos pelas determinações que avançam velozmente, no processo de expulsão dos camponeses destes territórios.

Seguidamente destacaremos algumas análises:

- A participação conivente do Estado colombiano é maior do que poderíamos haver imaginado no início da investigação;
- A relação entre a reprodução da violência, em escala exacerbada, acontece em territórios onde já se tem um projeto em andamento e, para estes territórios foco da pesquisa, será a construção de corredores de transporte e circulação de mercadorias entre as Américas;
- Os interesses transnacionais têm o poder de definir o destino de vastas áreas, desenvolvendo o processo de expulsão da população, posterior à face de encerrar a negociação com o Estado;
- Corresponde ao Estado colombiano conduzir a “artificialização” do território. Isto quer dizer, gerar as práticas diversas de conflito contra a cultura econômica, política e social local e desse modo gerar as

determinações objetivas necessárias que justificam a intervenção internacional;

- O governo fez opção por estimular a presença de *milícias de soldados camponeses* para atacar sem escrúpulo organizações sócias diversas e população de pequenos proprietários, especialmente em Urabá, Cauca, Caquetá e Putumayo;
- Tanto o conceito de “soberania nacional”, assim como o conceito de “Estado-nação”, no real/concreto não tem validade [na realidade colombiana à luz das manifestações estudadas]; as determinações empíricas nos apresentam fluxos de riqueza e de subordinação transnacional sob comando externo que estão longe da significação idealista;
- Capital e Estado nos parecem constituir um todo articulado: o capital traçando os projetos e o Estado desenvolvendo as mediações necessárias para garantir o cumprimento dos pactos com seu “melhor parceiro”;
- Mas, como pode desenvolver-se esta *eficiência*, sem encontrar limite na resistência camponesa? Identificamos a função mediadora das múltiplas violências [vale mencionar que nem os genocídios escapam na hora da escolha];
- Identificamos assim mesmo, a função social das ilegalidades e neste contexto se inscreve a reprodução do comércio de drogas, processos que garantem a transferência da riqueza socialmente produzida direcionando-a em benefício dos interesses privados;
- A acumulação de terra como fonte de poder, estimulada pela especulação fundiária entre narcotraficantes, opõe-se à concepção da terra como fator de sobrevivência, base cultural dos camponeses. Este processo permite a mudança de vocação nos territórios, vocação que não será mais direcionada ao desenvolvimento de processos produtivos: em primeira instância se insere a exploração pecuária, através de colonos na qualidade de mediadores. Logo, após, intervêm os interesses de diversos capitais transnacionais;

- A alienação garantida através da disseminação do medo e do terror, do acréscimo dos conflitos sociais, políticos e econômicos termina despolitizando os conflitos agrários e consolidando o controle da mídia favorável à decisão política de subordinar os territórios às novas significações na base material.

É nessa conjuntura de escolha pela demarcação de duas vias no processo da construção social de um projeto nacional, a via do governo e a via camponesa armada, que se vem exercendo a chamada “dupla governabilidade”. A virada foi a excisão entre a classe capitalista [administradora da renda pública] e as classes populares que começaram a ser iludidas. É a partir desta conjuntura histórica que se implanta o modelo de governar através da circulação de elites.

A tentativa em nome do *Estado de Direito* de traçar um paradigma constitucional progressista em 1991, com uma densa oferta de garantias e de mecanismos de controle cidadão, expressou a escolha pela “sociedade de direitos” e como efeito negativo gerou uma espécie de jogo anárquico dos sujeitos sociais na relação como o direito. É neste contexto de guinada entre a prática de *Estado Social* a um *Estado Comunitário* [governo de Álvaro Uribe Vélez, 2002-2006] que, paradoxalmente, a população indígena e afrodescendente construiu uma visão internacional e regional forte. Foi a raiz do movimento social que iniciou na década de 70, associando este movimento reivindicatório à recuperação e legalização de suas terras o que lhes permitiu, tanto a índios como a negros, fazer uma trilha de interlocução, em diversas escalas, e construir a proposta de paradigma maior: “*el gran territorio negro e indígena*”, assim como suas “*comunidades de paz*”. Essa linha divisória expressa uma luta e um embate regular entre *duas Colômbias*.

Neste mesmo sentido a identidade de paramilitares e narcotraficantes com o atual presidente Álvaro Uribe Vélez tem relação com a partilha de interesses em possuir gado, em desocupação de terras, nas suas características autoritárias e de invadir, sem escrúpulos. Esta oportunidade de acordos políticos para legalizar seu capital coloca tanto narcotraficantes quanto paramilitares numa relação próxima ao usufruto do poder público, em

complemento com o poder militar. Isto, de passo lhes facilitaria a impunidade [“Lei de alternatividade”]. A troca de favores com o estabelecimento foi uma estratégia que funcionou muito eficazmente e é apoiada de raiz pelos EUA.

Consideramos que a desigualdade é uma condição necessária, porém, não suficiente da guerra interna. Não é exato, então afirmar, que a *violência na Colômbia é devida à pobreza ou à injustiça social*. Mas, também é inexato afirmar que a violência não exerce impacto sobre o espalhamento da miséria.

Na década de 80 as organizações de colonos buscaram alternativas para se protegerem da falência na crise agrária, que não foi outra questão que o resultado da concentração de forças econômicas e políticas através de comerciantes, pecuarista, representantes da igreja, militares, guerrilha e depois paramilitares [plantações de coca, papoula, maconha, presença do conflito armado se espalharam nas terras mais prósperas].

Reparamos que entre guerrilhas, paramilitares, narcotraficantes, contrabandistas, politiqueiros profissionais a luta acontece na procura pela legitimidade e o controle de riquezas nas diferentes regiões. Este processo apóia-se na presença de colonos, para se aproximar às populações estimulando o crescimento da fronteira agrícola.

Não existe na Colômbia um segmento que tenha apresentado, historicamente, capacidade de comandar e unir à população na perspectiva de construir um projeto nacional. Mas vale salientar que sem pausa, historicamente, a população camponesa tem feito inúmeras tentativas de apostar na construção de um projeto hegemônico, só que sempre essa procura esbarrou nas práticas do uso da violência por parte das classes dominantes.

A *encomenda, fazenda, clientelismo*, etc., como garantia da ascensão individual, de maneira que pertencer às elites dirigentes é alguma oportunidade possível através, também, de ilegalidades. A geografia colombiana, particularmente diversa, termina sendo um tributo para favorecer aos interesses do clientelismo, patrimonialismo e mercantilismo sob o interesse da apropriação privada do público.

A vocação, tanto histórico como geográfica, da Colômbia, sinaliza uma linha divisória frágil entre um Norte mais paramilitar, mais pecuário, mais de criação de cavalos [eixo *Córdoba-Urabá, Antioquia e chocó-Nudo do Paramillo-nordeste antioqueño, bajo Cauca antioqueño e Magdalena medio (sul de*

Bolívar, sul do César, Barrancabermeja]) e um Oriente, mais andino, camponês, com maior influência da guerrilha [Caquetá, Putumayo, Guaviare e Meta]. Entre 1999 e 2000 as Forças Militares exerceram pressão nestas áreas, procurando despejar a guerrilha, terminaram abrindo espaço para os grupos paramilitares.

Refletir nos referenciais ideológicos que originam os processos de mobilização popular, em massa, costurando uma ideologia de mudança [México, Bolívia ou Cuba] nos permite compreender a divisão entre uma Colômbia das elites e uma outra da periferia, esta última enxergada pelas mesmas elites como *zonas de colonização*, de *minorias*, de *territórios baldios* que precisam ser submetidos a rigor e a regime de colônia interna.

Vale salientar que as guerrilhas colombianas, sem exceção, têm adotado um programa político, têm feito alianças sob perspectivas programáticas, têm acompanhado trabalho de base, têm gerado vínculos com movimentos sociais diversos, participaram em diálogos com diferentes autoridades nacionais e internacionais e com organizações políticas também diversas. Seu comando, seus militantes se definem como revolucionários, independente do paradigma e das mediações que historicamente vêm praticando para garantir a continuidade de suas lutas.

A intervenção dos EUA, na Colômbia e no subcontinente, se orienta sob políticas conjunturais, regionais e gerais previsíveis, todas com a finalidade de perpetuar a dominação e impedir o desenvolvimento político, econômico e social de sociedades subordinadas. A guerra contra a droga, operacionalmente, não é diferente da guerra histórica contra a insurgência, nem da atual guerra contra o terrorismo, parece que tampouco não o será na “guerra pela água”, ou mesmo “contra o populismo”, etc. A ausência de um paradigma estratégico de relacionamento com América Latina, por parte dos EUA, explica suficientemente a continuidade na política antidrogas, depois de três décadas (1970, 1980 e 1990) de fracasso.

Não deixa de ser paradoxal que em uma conjuntura histórica de regressão social em sociedades que padecem da destruição sob comando de anarquias radicais, na atual ordem, alguns ideólogos falem em uma economia *pos-capitalista*, no *posmodernismo*, na novidade da reestruturação do sistema internacional. Esta regressiva fez possível ocasionar uma derrota sem

precedentes ao campo popular, expressado no desmanche de direitos cidadãos, na fragilidade do impulso democrático, no sucesso de umas 200 megacorporações que tem hegemonia no mercado-mundo.

Para avançar na construção de alternativas regionais de desenvolvimento, é urgente superar a visão restrita ao espaço nacional e conseguir fazer uma projeção regional-internacional, com diplomacia e planejamento articulador, em razão de países que partilham a condições de explorados. Países estes constituídos por riqueza étnica, recursos naturais e com projetos sociais capazes de gerar novas significações na base produtiva e em sua reprodução social.

BIBLIOGRAFIA

AHUMADA, Consuelo. *Cuatro años a bordo de si mismo: la herencia económica, social y política del gobierno de Andrés Pastrana*. Bogotá: El Áncora Editores, 2002

ALDANA, Walter....[et al.] *Conflictos Regionales – Atlántico y Pacífico – Apartadó*: Fundación Friedrich Ebert de Colombia, Fescol; Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de Colombia, 1998.

ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Editora Abril, 2004

AMMAN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: 8ª ed. Cortez, 1992.

AMMAN, Safira Bezerra. *Participação Social*. São Paulo: 3ª ed. Cortez e Moraes, 1978.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e Centralidade do Mundo do Trabalho*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____, Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Editorial Boitempo, 1999.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História: situações revolucionárias em perspectiva marxista*. São Paulo, Xamã, 2004.

http://www.tognolli.com/html/mid_29.htm *Por que não poderá existir um capitalismo sem crises cada vez mais severas? Cinco polêmicas sobre os prognósticos d'O Capital e o balanço da história*". CEFET/SP e USP, Julho, 2003.

BANCO DE LA REPUBLICA *Economía subterránea en Colombia 1976-2003: una medición a partir de la demanda de efectivo*

BBC Mundo. http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/misc/newsid_3533000/3533808.stm 4 de agosto, 2004.

BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.

BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores. Ainda há lugar para os sindicatos?*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BILLON, Yves e Pablo Alejandro. *50 años de monte*. Francia e Colombia: Les Films du Village Odyssee Cityzen, 2002.

BOBBIO, Norberto....[et al.] *Dicionário de Política*. São Paulo: Editora UnB. 12ª edição, 2002.

BORGIANNI, Elisabete. *Sobre a diferença entre objetivação e alienação em Marx, Serviço Social e Sociedade*, 56, São Paulo, Cortez, 1998.

BORGIANNI, Elisabete; MONTAÑO, Carlos (Orgs.) *Metodologia y Servicio Social. Hoy en debate*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

BRAGA, Ruy. *A restauração do capital: um estudo da crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1996

BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos donos. Planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda. 1985.

_____*O País das Alianças. Elites e continuísmo no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 1990.

CABALLERO, Antonio. *Quince años de mal Agüero*. Medellín, Colombia: La Hoja Mes S.A, 1996

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. São Paulo: 4ª ed. Papyrus Campinas, 1984.

CASANOVA, González Pablo. *Las categorías del desarrollo económico y la investigación en ciencias sociales*. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1973.

CASTEL, Roberto. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CASTRO, Germán. *Sin tregua: ni en la muerte, ni en el destierro, ni en el despojo del Estado*. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana S. A., 2003.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 2.Morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª Edição, 1998

_____*A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ:Vozes, 3ª Edição, 1998

CHASIN, José. *A miséria brasileira. 1964 – 1994: do golpe militar à crise social*. Santo André – SP: Estudos de edições Ad Hominem. 2000

CHESNAIS, François....[et al.]. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003 (Seminário marxista: questões contemporâneas).

CHESNAIS, François (coord). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo, SP: Xamã, 1998.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda., 2002.

CONSTITUCIÓN COLOMBIANA, 1991.

CONTRALORÍA GENERAL DE LA REPÚBLICA. *Los Narcotraficantes realizan gigantesca contra reforma agraria*. Oficina del Vicecontralor. Bogotá, junio 9 de 2005

COSTA, Gilmaisa M. *Aproximação ao Serviço Social como complexo ideológico*. In: *Temporalis 2*, Ano I, nº 2 – julho a dezembro de 2000, pp. 95-119..

CUEVA, Agustín, *El desarrollo del capitalismo en América Latina*, D.F., Siglo Veintiuno Editores, 2002

DALTON, Scout e MARTINEZ, Margarita. Filme *La Sierra*, Medellín, 2005.

DECLARACIÓN: *Pueblo Nasa y el derecho a la tierra*. 6 Sep 2005, 14h18. ("Aquí estoy País" aquiestoypais@uniminuto.edu)

DIAS, Edmundo Fernandes, *O Possível e o Necessário: As Estratégias das Esquerdas*. In. *Outubro*. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. No. 03, 1999.

_____. *A Liberdade (Im)Possível na Ordem do Capital. Reestruturação Produtiva e Passivização*. Textos Didáticos. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997.

DUQUE, C., Mario Alberto *La selva aún frena a la Panamericana*, El Colombiano, Julio de 2005, p 15^a

EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Editora Boitempo, 1997.

EL TIEMPO - *En los confines de Colombia* Jornal Especial, 2003: pp 40

_____. *Deuda eterno problema*. Jornal, Bogotá: marzo 9 de 2003, revista, pp.12.

ESCOBAR, Arturo e PEDROSA. Alvaro. *Pacífico: Desarrollo o Diversidad? Estado, capital y movimientos sociales en el Pacífico colombiano*. Santafé de Bogotá, Colombia: Cerec – Ecofondo, 1996

ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo. Construcción y Deconstrucción del desarrollo*. Santafé de Bogotá, Colombia: Grupo Editorial Norma S.A, 1998

FAJARDO, Darío. *La Tierra, el poder político, las reformas agrarias y rural*. Bogotá, ILSA, 2002.

GARAY, Luis Jorge (director académico). *Colombia entre la exclusión y el desarrollo*. Bogotá: Contraloría General de la República, 2002

GONZALEZ SERNA AURA, *Subordinação da Colômbia à lógica reprodutiva de dominação do capital sob o pretexto da luta "anti-drogas"*: UFPE/SS-Pós-graduação. Ensaio, 2003.

_____. *Velhas práticas. Roupagem nova no discurso ambiental: um estudo de caso sobre a implementação de um projeto de infra-estrutura petrolífera no Município Dagua, na Colômbia (1993-1999)*. Dissertação de mestrado. UFPE-PPG em Serviço Social. Recife, 2000

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: 2ª ed. Companhia das Letras, 1995.

_____. *Tempos Interessantes Uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

http://www.desdeabajo.info/mostrar_articulo.php?tipo=actualidad&id=598 *EL PUEBLO NASA Y EL DERECHO A LA TIERRA* Date: Tue, 6 Sep 2005 14:18:00 -

<http://www.farcep.org/novedades/coyuntura/frontera/agosto162003.php> *Informe de la Comisión de Diálogos para la Paz de las FARC*, Caquetá, 2000.

IBARRA, Pedro e TEJERINA, Benjamín. *Los movimientos sociales. Transformaciones políticas y cambio cultural*. Madrid: Editorial Trotta, S. A., 1998.

IRAGORRI, Juan Carlos. *Mi guerra es la paz. Navarro se confiesa*. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana, S.A., 2004.

_____. *Patadas de ahorcado. Caballero se desahoga*. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana, S.A., 2002.

JARAMILLO, Jaime. *La personalidad histórica de Colombia y otros ensayos*. Bogotá, Biblioteca Básica de Colômbia, 1977.

LE MONDE DIPLOMATIQUE, Fevereiro, 2005, pp. 8 e 9.

_____. *Cartographie Amérique du Sud*. <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/>

LENINE, V.I. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Centauro Editora, 2000.

LERMA, Gloria Patricia. *Limites e possibilidades da Lei 70 ou Lei de Comunidades Negras na Colômbia*. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, 1998.

LESSA, Sérgio *A ontologia de Lukács*. UFPE – Curso oferecido pelo Mestrado de Serviço Social; 26 – 30 de Julho de 1999.

_____. *A ontologia de Lukács*. Maceió: Edufal, 1996

_____. Curso sobre a categoria *Trabalho*. UFPE – Doutorado de Serviço Social. 26 – 30 de Outubro de 1999.

_____. *Serviço Social e trabalho: do que se trata? In: Temporalis 2*. Brasília, ABEPSS, 2000.

_____. *Mundo dos Homens trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LUKÁCS, Georg. *Per una ontologia dell'essere sociale*. Roma, Riuniti, 1976/1981.

_____. *Historia y conciencia de clase*. México: Editorial Grijalbo, 1969.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução*. Tradução Lívio Xavier. . São Paulo – SP: Editora Expressão Popular 1999

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Organização e Introdução Osvaldo Coggiola. São Paulo: Editorial Boitempo, 1998.

_____. *A Ideologia Alemã*. Versão eletrônica disponível em <http://www.jahr.org>. 2003.

MARX, Karl *Introdução Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

_____. *O Capital – Livro I – O Processo de Produção do capital*, Vol. I, Trad. Reginaldo Sant'Anna, 9ª Ed., São Paulo: DIFEL, 1984.

_____. *A miséria da filosofia*. São Paulo, Global, 1985.

_____. *A Questão judaica*. Petrópolis: 2ª ed. Vozes, 1994.

_____. *Crítica do Programa de Gotha*. In MARX, K. e ENGELS, F. *Crítica dos programas socialistas de Gotha e de Erfurt*. Porto, Tipografia Nunues Ltda., 1974.

_____. *Grundrisse*. México, Siglo XXI, 1997.

MARX, Karl e ENGELS, Frédrich. *Textos - Vol. 3*. São Paulo, Edições sociais, 1977

Manual. *Operaciones Contra Fuerzas Irregulares*, traducción del Manual FM-31-15 del ejército de Estados Unidos, Biblioteca del Ejército, septiembre 1962.

_____. *La Guerra Moderna*, Biblioteca del Ejército # 12, traducción del francés Roger Trinquier, 1963.

_____: *Reglamento de Combate de Contraguerrillas* – EJC J-10, Comando General de las Fuerzas Militares, Disposición # 005 del 9 de abril de 1969.

_____. *Instrucciones Generales para Operaciones de Contraguerrillas*, impreso por Ayudantía General del Comando del Ejército, 1979.

_____. *Combate Contra Bandoleros y Guerrilleros*, EJC-3-101, aprobado por Disposición 00014 del Comando del Ejército, del 25 de junio de 1982.

_____. *Reglamento de Combate de Contraguerrillas* – EJC-3-10, aprobado por Disposición 036 del Comando General de las Fuerzas Militares, del 12 de noviembre de 1987.

MAZA MARQUEZ, Miguel Alfredo...[et al.] *En qué momento se jodió Colombia*. Bogotá: Editorial La Oveja Negra Ltda., 1990.

MÉSZÁROS, István, Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial e Editora da Unicamp. Outubro, 2002

MINAYO, M.C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1993.

_____(org). *Pesquisa Social. Teoría, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOGOLLÓN, Carlos. Vídeo *Lúdica Macábrica*. Bogotá, 2003.

MOLANO, Alfredo. Los años del tropel: crónicas de la violencia. Bogotá: El Áncora, 1985.

_____. *Selva adentro: una historia oral de la colonización del Guaviare*. Bogotá: El Áncora, 1987.

_____. *Siguiendo el corte: relatos de guerras y de tierras*. Bogotá: El Áncora, 1989.

_____. *Aguas arriba: entre la coca y el oro*. Bogotá: El Áncora, 1990.

_____. *Rebusque mayor: relatos de mulas, traquetos y embarques*. Bogotá: El Áncora, 1997.

MOLANO, Alfredo y RAMIREZ, Maria Constanza. *El Tapón del Darién. Diario de una travesía*. Santafé de Bogotá, El Sello Editorial, 1996.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. *“Terceiro setor” e reestruturação do capital: o canto da sereia*. Rio de Janeiro, UFRJ/ESS, 2001. (Tese de Doutorado).

MOTA, A, E., AMARAL, Â. S. *Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social*. In. *A nova fábrica de consensos*. MOTA, A.E. São Paulo: Cortez, 1998, p. 23-44.

NETTO, J. P. e M.C. Brant CARVALHO. *Cotidiano, conhecimento e crítica*. São Paulo: 4^a Ed. Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1995

_____. *Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996

_____. *Prólogo do manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. *Crise, democracia e sociabilidade* Conferência. Maceió: UFAL/SS, 27/08/02.

_____. *Para a crítica da vida cotidiana*; in Netto, J. P. e Falcão, M. C. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo, Cortez, 1989.

NEVES, Gervásio Rodrigo, *Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades* (algumas notas), In *Território: Globalização e Fragmentação*, Santos, Milton e outros (org.), ed. Hucitec/Anpur, São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, *A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*, in *Novos Caminhos da Geografia*. Carlos, Ana Fani (org), ed. Contexto, São Paulo, 2002.

OSPINA, Luis. Filme *La Desazón Suprema*. Medellín, 2004.

OSPINA, Mario, *Integración fluvial de Sur América (IFSA)*, South American Riversay System (SARS). Bogotá, 1997.

OSPINA, William. *Las auroras de sangre*. Santa Fé de Bogotá, Colombia: Editorial Norma, S.A, 1999

_____. *La decadencia de los dragones*. Santafé de Bogotá (Colombia): Editorial Alfaguara, 2002

PANIAGO, Maria Cristina. *O controle do capital: uma impossibilidade objetiva*. In: *Serviço Social e Sociedade* nº 64. São Paulo, Cortez, nov/2000.

PAPACCHINI, Angelo....[et al.] *Violencia, Guerra y Paz una mirada desde las ciencias sociales*. Santiago de Cali: Unidad de Artes Gráficas de la Facultad de Humanidades de la Universidad del Valle, 2002.

PINASSI, Maria Orlanda, LESSA, Sérgio (orgs.) *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, maio de 2002.

PNUD *Informe Nacional de Desarrollo Humano – Colombia, 2003*

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Ontologia Social, formação profissional e política*. São Paulo: Programa de estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista. Nº 1, maio de 1997.

POSADA, Miguel. La Guerra Jurídica de la Subversión. In. “Revista das Forças Armadas (Vol. LII, No.162, março 1997).

Raffestin, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RALPH, Peters....[et al.] *Colômbia de Vietnam al Amazonas*. Bogotá: Fundación para la Investigación y la Cultura, 2002.

RESTREPO, Laura. *La multitud errante*. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana y Seix Barral Biblioteca Breve, 2001.

Revista das Forças Armadas (Vol. LII, No.162, março 1997)

RÜCKERT, Aldomar, *Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades*. Artigo apresentado no 1º Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, Canoas, set/2004.

SALAZAR, Alonso. *Drogas y Narcotráfico en Colombia*. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana S. A., 2001.

SANCHEZ, José Ignacio. Vídeo *Ruta 387 – Notas de Guerra*, Cali: Universidad del Valle, Escuela de Comunicación Social, 2002.

SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

_____, *O retorno do território*, in *Território: Globalização e Fragmentação*, Santos, Milton e outros (org.), ed. Hucitec/Anpur, São Paulo, 1994

_____, *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARMIENTO, Libardo. *La violencia: mecanismo de regulación en la economía colombiana*. In “Le Monde diplomatique”, Agosto 2002, pp. 4-6.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil. Cultura e educação para a democracia*. São Paulo: Ed. Vozes, 1999

SOLER, Ricaurte. *Panamá: nación y oligarquía, 1925-1975*. Panamá: Ediciones de la Revista Tareas, 2002.

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in) visíveis da produção: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro, UFRJ/ESS, 2002.

TEIXEIRA, Francisco J. S. *Curso sobre o método em Marx*. Pós-graduação em Serviço Social-UFPE. Notas em sala de aula, outubro de 2000.

_____. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Editora Ensaio, 1995.

_____. *Trabalho e Valor: contribuição para a crítica da razão econômica*. São Paulo: Cortez, 2004.

TONET, Ivo. *Democracia ou Liberdade?* Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. *As tarefas dos intelectuais, hoje*. In: *Novos Rumos* N° 29. São Paulo, Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 1999

TROTSKI, Leon. *Qué es una situación revolucionaria?* In: *Escritos*. Bogotá: Pluma, 1976, t. II, v. 2.

UNPeriódico, Bogotá, D.C., n° 33, 2003.

USLAR PIETRI, Arturo. *Un nuevo mundo que cambió el mundo..* In. *Revista: El Correo de la Unesco*. Junio de 1992, pp. 9 - 14

VALENCIA, Álvaro. *Ante la cruda realidad*. Bogotá, Periódico El Tiempo, 3 de junio, 1988, p. 7.

VALENCIA, Leon. <http://www.revistanumero.com/41/41sepai.htm> 2003.

WEBER, Max. *Reflexions sur la violence*. Paris: 1962 (trad. ital. Milano)

YOURCENAR, Marguerite. *De olhos abertos. Conversas com Matthieu Galey*. Portugal: Distri Editora, 1990.